Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 28/02, 1 E 2 DE MARÇO DE 2026 | Nº 26.098 | Preço banca: R$ 3,50

Contas públicas têm superávit de R$ 103,7 bilhões em janeiro

As contas públicas fecharam o mês de janeiro com saldo positivo, com superávit em todas as esferas de governo, federal e regionais. O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou superávit primário de R$ 103,7 bilhões no mês passado.

Na comparação com janeiro de 2025, houve redução no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R$ 104,1 bilhões positivo.

As estatísticas fiscais foram divulgadas na sexta-feira (27) pelo Banco Central (BC). O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses, o setor público consolidado foi deficitário em R$ 55,4 bilhões, 0,43% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 55 bilhões, 0,43% do PIB. Página 3

MG: moradores de cidades afetadas pelas chuvas já podem sacar o FGTS

Página 3

Renda domiciliar per capita chega a R$ 2.316 em 2025, diz IBGE

Página 3

Receita paga lote da malha fina do Imposto de Renda de fevereiro

Cerca de 205 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências vão acertar as contas com o Leão. Na sexta-feira (27), a Receita Federal paga o lote da malha fina de fevereiro, que também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 204.824 contribuintes receberão R$ 578,97 milhões. Desse total, R$ 337,69 milhões irão para contribuintes com prioridade legal no reembolso. Página 3

São Paulo teve o maior carnaval de sua história, com 17,3 milhões de foliões, R$ 4 bi em impacto econômico e 55 mil empregos

Foto: Divulgação/Prefeitura de SP

Com os grandes circuitos lotados de foliões e elogios de artistas que subiram nos trios, o Carnaval de Rua de São Paulo se consolida mais uma vez como uma festa democrática que levou para as ruas milhares de fãs de todos os ritmos. De acordo com o Observatório do Turismo, a festa reuniu 17,3 milhões de pessoas nos blocos de rua e no Sambódromo do Anhembi, movimentou R$ 4 bilhões na economia da capital e gerou 55 mil empregos diretos e indiretos, consolidando-se como a maior edição já realizada na cidade. Página 2

Linha 17Ouro: Conheça a estação que terá passarela inédita de dois níveis e integração com a Linha 5Lilás

Página 2

Mês da Mulher terá mutirão de emprego com mais de 2 mil vagas

Página 2

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 5,13	Compra: 5,16
Venda: 5,13	Venda: 5,34

EURO

Compra: 6,07
Venda: 6,07

Esporte

Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha vai a trilha histórica na Serra da Baitaca

O Campeonato Brasileiro Loterias Caixa de Atletismo de Corrida em Trilha e Montanha 2026 e o The Hill Race em Prol do Itupava, em Quatro Barras, no Paraná, no domingo (1/3), duas competições que serão realizadas simultaneamente, vão reunir 372 atletas - 49 deles competindo em mais de uma categoria - no Parque Estadual da Serra da Baitaca. O Estado do Paraná, tradicional no montanhismo do Brasil, vai receber a terceira edição do Brasileiro (o parque fica a aproximadamente 30 km do Aeroporto Afonso Pena de São José dos Pinhais).

O evento também terá a participação de 50 crianças da comunidade, bem como de comerciantes locais e patrocinadores que vão vender e ou expor produtos regionais e esportivos.

O Brasileiro em si recebeu inscrições de 174 atletas, de 44 clubes e dez Estados do País. A competição será realizada "dentro" do The Hill Race em Prol do Itupava. A competição também terá como propósito direcionar recursos para pequenas intervenções e reformas do Parque Estadual Serra da Baitaca e o Caminho de Itupava, trilha histórica, usada por indígenas e colonos para a circulação de pessoas e mercadorias no século 17.

"Estamos agraciados com uma serra espetacular, bem preservada e que tem muita história. A Baitaca é o berço do montanhismo, caminho histórico. O Brasileiro no local é um grande marco para a modalidade e quem está nisso sonhou com este momento há muitos anos", comentou Letícia Saltori (IPEC Londrina Fel-PR), de 38 anos, que vai disputar o short trail (32 km) e conhece muito bem a trilha.

Foto: divulg

Cristiano *Tedeski*

O paranaense Cristiano Tedeski, que vive em Colombo - cidade que desenvolve o atletismo -, de 37 anos, também está feliz com a escolha do local para a realização do Brasileiro. "Um campeonato nacional na 'minha serra', meu centro de treinamento, correndo ao lado dos melhores do país... Teremos um embate duríssimo no Classic", disse.

No Brasileiro estarão em disputa as seguintes categorias: Short Trail - 32,0 km-2.200 m d+ (a partir dos 20 anos); Classic 17,0 km-920m d+ (a partir de 18 anos); Classic Sub-20 - 7,0 km-230m d+ (de 16 até 19 anos); e Vertical - 7,0 km-880m d+ (a partir de 16 anos).

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) recebeu 81 inscrições no Classic, 30 no Classic sub-20, 66 no Vertical, 45 no Short Trail - 222 inscrições e 174 atletas inscritos, muitos deles para duas provas. As maiores equipes inscritas são Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (PR), com 19 atletas, ANR-Ijuí-Atletismo, do Rio Grande do Sul, com 16 atletas, Prefeitura Municipal de Pinhais (PR) e Clã Delfos, de Minas Gerais, com 15 atletas.

O Congresso Técnico será no sábado (28/2), às 10 horas, no Ninho da Gralha, para representantes de todas as equipes e para temas técnicos: mapa, altimetria, postos de hidratação, postos de controle, largada e chegada, dentre outros.

O Campeonato Brasileiro Loterias Caixa de Atletismo de Corrida em Trilha e Montanha 2026 será realizado dentro do The Hill Race (inscrições: www.thehillrace.com.br) e é competição do calendário da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), com apoio da Federação de Atletismo do Paraná (FAP).

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Goiânia receberá a largada do Sertões Petrobras 2026

O mapa do roteiro do Sertões Petrobras 2026 acaba de ganhar sua primeira referência. A 34ª edição do maior rally das Américas, que acontecerá de 22 a 30 de agosto, terá mais uma vez Goiânia como local de largada, a exemplo do que aconteceu na temporada passada. E reforçando uma tradição que faz, da capital de Goiás, a cidade que mais vezes deu início ao desafio (será a 18ª ocasião) e também a que mais recebeu o evento, já que esta será a 21ª visita. O anúncio foi feito na quinta-feira (26) através de um divertido vídeo, publicado no YouTube do Sertões.

Com isso, Goiânia se consolida como casa do Sertões Petrobras – não é exagero dizer que a cidade está para a prova como Paris está para o Rally Dakar. As explicações para esse match de sucesso são várias: a localização geográfica privilegiada, que permite desenhar percursos desafiadores para os quatro cantos do país; a infraestrutura hoteleira, de comércio e serviços e, acima de tudo, a paixão de seu povo pelo esporte e o carinho com que recebe competidores, equipes e organização desde o início dessa história, em 1998.

Naquela ocasião, ela foi o ponto final da segunda etapa, iniciada em Uberlândia (MG), e deu início à terceira etapa, rumo a Paranã (TO). Em 2002, seria a vez da primeira largada, e elas se sucederam tão rápido quanto as máquinas que levantam poeira atravessando o Brasil. Após um intervalo de sete anos, Sertões Petrobras e Goiânia se reencontraram em 2025 e seguem juntos esse ano para escrever novas histórias. Para que caminhos a cidade levará motos, carros e UTVs em busca da vitória em agosto? O mistério será desfeito nos próximos meses. O que já é possível antecipar é que Goiânia será mais uma vez palco das iniciativas sociais e ambientais que transformaram o maior rally das Américas em referência quando o assunto é a sustentabilidade.

Goiânia

Uma cidade planejada, hospitaleira, com qualidade de vida e que se destaca por contar com o maior índice de área verde por habitante do Brasil (94m2), quase oito vezes acima do indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Capital de Goiás, encravada no Planalto Central, Goiânia é também a capital verde do país, repleta de atrações culturais e turísticas.

Sua história se inicia na década de 1930 do século XX quando Pedro Ludovico, interventor nomeado pelo presidente Getúlio Vargas após a revolução, iniciou estudos para transferir a capital de Goiás Velho para um novo local. Uma área às margens do Córrego Botafogo foi escolhida e, em 24 de outubro de 1933, houve o lançamento da pedra fundamental. As construções em Art Deco prevaleceram nos primeiros anos, a ponto de fazer de Goiânia hoje a dona do segundo maior acervo do planeta neste estilo arquitetônico.

Nos primeiros anos, o povoamento foi relativamente modesto, até que o início das obras para a construção de Brasília e o esforço para interiorização do país trouxeram novo impulso à cidade, que, a partir de 1955, passou a experimentar um crescimento rápido. De acordo com IBGE (2024), sua população é de 1,5 milhão de habitantes.

Pulsante, Goiânia conta com uma ampla oferta hoteleira, ligações aéreas e rodoviárias para as principais capitais do país. Sua gastronomia traz como destaques criações que ressaltam ingredientes regionais como Pequi; Guariroba, a castanha de Baru e os peixes de água doce. O Empadão Goiano, a Galinhada e a Matula são alguns dos principais exemplos da culinária goiana. Uma atração à parte são os Pit Dogs, lanchonetes de rua espalhadas por toda a cidade, com seus sanduíches caprichados.

O visitante pode conhecer um dos 32 bosques e parques municipais, com opções para caminhadas, descanso e contemplação. Além disso, Goiânia conta com a maior Feira Hippie do país. Diante da antiga Estação Ferroviária, milhares de expositores oferecem, aos sábados e domingos, opções em artesanato, confecção, calçados e artigos regionais. A arte está presente com uma vibrante cena musical que se expande do Sertanejo ao Rock, e com espaços que merecem ser conhecidos, como o Museu de Arte de Goiânia e o Centro Cultural Oscar Niemeyer.

O Sertões é patrocinado pela Petrobras. Onde tem patrocínio Petrobras, tem Governo do Brasil.

autojornal
o dia a dia motorizado

Mês da Mulher terá mutirão de emprego com mais de 2 mil vagas

No mês de março, a Prefeitura de São Paulo promoverá uma série de ações em celebração ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no domingo (8). A programação começa na terça-feira (3), com um encontro voltado a empresas participantes do programa Tem Saída, iniciativa que incentiva a autonomia econômica de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Um dos destaques da agenda é o Contrata SP – Dia Internacional da Mulher, que oferecerá mais de 2 mil vagas de emprego nas áreas de comércio e serviços na capital. A ação acontece na sexta-feira (6), e as interessadas podem se inscrever até 5 de março pelo Portal Cate.

As oportunidades estão distribuídas por todas as regiões da cidade e exigem, no mínimo, ensino fundamental completo. O processo seletivo será realizado das 9h às 16h, no Cate Central, localizado na Avenida Rio Branco, 252.

Ao longo do mês, a programação reunirá ações voltadas à empregabilidade e geração de renda, qualificação profissional, rodas de conversa, feiras e palestras.

O programa Tem Saída promoverá uma série de encontros com empresas parceiras e a equipe técnica da iniciativa, com ações de empregabilidade, atendimento de saúde bucal e palestras sobre empreendedorismo, entre outras atividades.

Os encontros começam no dia 10, na zona sul, e seguem até 31 de março. As atividades serão realizadas em centros de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade social e a membros da comunidade LGBTQIAP+.

O mês de março também contará com novas inserções de beneficiárias no Programa Operação Trabalho (POT) – Mães Guardiãs. As participantes selecionadas atuarão na rede municipal de ensino. A iniciativa é conduzida pelas secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e de Educação, com inscrições realizadas no início deste ano.

A atividade prevê bolsa-auxílio no valor de R$ 1.702,05 para jornada de segunda a sexta-feira, com carga horária de 30 horas semanais, sendo seis horas diárias.

As feiras do programa Mãos e Mentes Paulistanas percorrerão todas as regiões da capital, levando o artesanato produzido por mulheres a diferentes pontos da cidade.

Parques como Buenos Aires, na região central; Carmo, na zona leste; e Cidade Toronto, na região oeste receberão exposições e comercialização de produtos das participantes do programa.

As unidades de trabalho compartilhado e colaborativo TEIA, da Ade Sampa — agência vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) — estão com inscrições abertas para oficinas, cursos e encontros de networking voltados às empreendedoras paulistanas.

As atividades acontecerão em todas as regiões da capital, com foco em desenvolvimento de carreira e negócios. (Prefeitura de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Assim como deputados estaduais e federais, vereadores e vereadoras assumidamente Bolsonaristas marcaram presença no ato da avenida Paulista que visou demonstrar ao Brasil que os brasileiros "devem acordar"

.

PREFEITURA (São Paulo)

Ex-prefeito Haddad (PT do Lulismo) será candidato ao governo SP pelo palanque à reeleição do Lulismo (no PT) no Estado SP. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) já apoia a reeleição do governador Tarcísio (Republicanos)

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ao receber o Colar de Honra ao Mérito do deputado-presidente André Prado (PL), o ex-deputado Costa Neto (dono do PL) não 'assinou recib´o pra quem é contra a indicação do André pra vice do Tarcísio (Republicanos) 2026

.

GOVERNO (São Paulo)

Agora coordenador da campanha de Flavio Bolsonaro (PL), Tarcísio Freitas (no Republicanos) garante o palanque paulista do filho do ex-presidente no maior colégio eleitoral do Brasil [eleitorado de + de 34 milhões]

.

CONGRESSO (Brasil)

Deputada federal (pela 1ª vez por SP), Marina Silva (dona do Rede) não tem voto cativo de cristãos e cristãs protestantes. Em 2026, deve achar que terá votos [ao Senado pelo PT] se 'falar a língua dos anjos'

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Pedir votos [pro Haddad - PT - disputar o governo do Estado SP] será missão bem espinhosa pro vice Alckmin (no PSB), mesmo que o ex-governador França (PSB) seja candidato a vice-governador ou ao Senado

.

PARTIDOS (Brasil)

Refundador e dono do PSD, o ex-prefeito paulistano Kassab não economiza falas [educadas, porém contundentes] contra alguns donos e sócios preferenciais de apoiadores [como ele] do Tarcísio (Republicanos)

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Tanto os(as) advogados(as) de defesa [direito penal], como principalmente os(as) colegas [direito financeiro / tributário] já têm suas estratégias pra que Daniel Vorcaro (caso do banco Master) valorize seus silêncios

.

ANO 34

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "A quem tenho eu no céu senão a ti? E na terra não há quem eu deseje além de ti" **Salmo 73:25**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

São Paulo teve o maior carnaval de sua história, com 17,3 milhões de foliões, R$ 4 bi em impacto econômico e 55 mil empregos

Com os grandes circuitos lotados de foliões e elogios de artistas que subiram nos trios, o Carnaval de Rua de São Paulo se consolida mais uma vez como uma festa democrática que levou para as ruas milhares de fãs de todos os ritmos. De acordo com o Observatório do Turismo, a festa reuniu 17,3 milhões de pessoas nos blocos de rua e no Sambódromo do Anhembi, movimentou R$ 4 bilhões na economia da capital e gerou 55 mil empregos diretos e indiretos, consolidando-se como a maior edição já realizada na cidade.

Os dias de folia se consolidaram com resultados positivos de público e na atuação integrada da Prefeitura nas áreas de limpeza, segurança, reciclagem, saúde, mobilidade, acessibilidade e atendimento ao turista, não só nos blocos, mas também no Sambódromo do Anhembi.

Sem registro de incidentes graves, o Carnaval de Rua tomou os bairros em todas as regiões da cidade. Artistas como Pedro Sampaio e Léo Santana, que desfilaram no domingo (22) no Circuito do Ibirapuera, demonstraram ao vivo sua alegria de participar do Carnaval de São Paulo. "É um sonho realizado... uma multidão... poder estar em São Paulo, num trio elétrico... é surreal", disse Pedro Sampaio. Antes dele, Léo Santana, que também havia levado uma multidão para o circuito, deixou o recado: "Prefeitura de São Paulo, obrigado. Ano que vem tem mais".

Confira os principais dados a respeito da festa na cidade:

Ao longo de oito dias de operação — incluindo pré e pós-Carnaval — a Prefeitura estruturou ações articuladas nas áreas de segurança, limpeza urbana, reciclagem, saúde, mobilidade, acessibilidade e atendimento ao turista, garantindo infraestrutura compatível com a dimensão do evento.

Público

A estimativa de 17,3 milhões de foliões considera os blocos de rua distribuídos por todas as regiões da cidade e o público do Sambódromo do Anhembi, de acordo com o Observatório do Turismo.

Os grandes circuitos registraram lotação máxima, com destaque para o Ibirapuera e megablocos que reuniram multidões. Artistas como Pedro Sampaio e Léo Santana elogiaram publicamente a organização da festa e a estrutura oferecida na capital.

Sem registro de incidentes graves, o Carnaval ocupou os bairros de forma descentralizada, reforçando seu caráter democrático e plural.

Somente no Anhembi, cerca de 350 mil pessoas acompanharam os ensaios e desfiles das 32 escolas dos grupos Especial, Acesso I e Acesso II. Mais de 64 mil componentes passaram pela avenida.

Impacto econômico

O Carnaval movimentou R$ 4 bilhões na economia paulistana, beneficiando diretamente setores como hotelaria, bares e restaurantes, transporte, comércio ambulante, turismo, serviços e cadeia produtiva do samba.

A geração de renda se distribuiu por todas as regiões da cidade, especialmente nas áreas com maior concentração de blocos e no entorno do Sambódromo do Anhembi, consolidando o evento como um dos principais vetores econômicos do calendário paulistano.

Geração de empregos

Foram criados 55 mil empregos diretos e indiretos, abrangendo trabalhadores da cadeia cultural, equipes técnicas, segurança, limpeza, saúde, transporte, produção, montagem de estruturas, comércio e serviços.

O volume reforça o papel do Carnaval como política pública de desenvolvimento econômico, com impacto significativo na geração de renda temporária e na dinamização do mercado de trabalho.

Turismo

De acordo com levantamento do Observatório do Turismo, realizado com 3.028 foliões ao longo do pré, durante e pós-Carnaval, 98,5% do público aprovaram os investimentos da Prefeitura em infraestrutura e a atuação integrada em áreas como segurança, saúde e direitos humanos. A pesquisa aponta ainda crescimento consistente na presença de turistas nacionais e internacionais, aumento no tempo médio de permanência e elevação expressiva do gasto médio em todos os períodos da festa, em comparação com 2025.

No pré-Carnaval, o número médio de pernoites subiu 81% e o gasto médio, 42,7%; durante o Carnaval, o gasto médio individual cresceu 26,9%, com alta de 32% entre turistas; e, no pós-Carnaval, o gasto médio avançou 70,9%. O levantamento também registra ampliação e renovação do público, com aumento significativo de participantes de outros estados e países e elevados índices de recomendação e defesa da continuidade do apoio público ao evento.

Reciclagem e Limpeza Urbana

Foram coletadas no carnaval 143,81 toneladas de materiais recicláveis.

No circuito do Ibirapuera, uma ação inédita com 200 catadores cadastrados resultou na retirada de 31,48 toneladas de recicláveis. A iniciativa foi realizada em parceria com a Ambev, Ecourbis e Associação Nacional dos Catadores, com remuneração média diária de R$ 250 aos trabalhadores.

No Sambódromo do Anhembi, a Cooperativa Central Tietê coletou 77 toneladas de recicláveis — aumento de 45,28% em relação a 2025 (53 toneladas) e de 108,11% em comparação com 2024 (37 toneladas), mais que dobrando o volume triado em dois anos.

Além disso, 737 toneladas de resíduos foram removidas das vias após os desfiles. A operação contou com 3.623 agentes de limpeza atuando diariamente e aplicação de 9.360 litros de desinfetante. O tempo médio de liberação das ruas foi de aproximadamente uma hora após a passagem dos blocos.

Segurança

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana registrou 33 ocorrências atendidas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM). Ao todo, 56 pessoas foram conduzidas aos Distritos Policiais e 17 foram presas — oito delas com apoio do reconhecimento facial do Smart Sampa. Entre as capturas estão condenados por estupro na Bahia (com penas de seis e nove anos), por tráfico de drogas (cinco anos e um ano e sete meses) e um condenado a mais de 20 anos por homicídio, recapturado no Centro da capital. A operação contou com 6.464 agentes da GCM (20% a mais que em 2025), 1.884 viaturas, 40 mil câmeras do Smart Sampa — sendo 482 nos circuitos dos blocos e 62 no Sambódromo —, além de 23 drones, Smart Bus e Smart Dog.

Saúde

Com 80 postos médicos montados por toda a cidade, além de 95 ambulâncias (20 delas com UTI), a Prefeitura registrou 3.336 atendimentos nos postos médicos e ambulâncias durante os oito dias de Carnaval. Do total, 62 pacientes precisaram ser removidos para hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), o que representa taxa de transferência de 1,86%. Entre médicos e enfermeiros, a Prefeitura disponibilizou 960 profissionais de saúde para atendimento em todas as regiões, além de 1.920 bombeiros civis. Como retaguarda, 34 UPAs, AMAs e hospitais municipais da rede operaram normalmente. Os postos funcionaram com desfibriladores, salas de emergência climatizadas e monitoramento em tempo real pela Sala de Situação da Secretaria Municipal da Saúde.

Mobilidade

Durante as três edições do Domingão Tarifa Zero no período carnavalesco, 8,1 milhões de passageiros foram transportados gratuitamente. O site especial da SPTrans registrou 95 mil visualizações desde o pré-carnaval, crescimento de 85% em relação a 2025. Nos cinco dias de operação especial para os desfiles das escolas de samba no Anhembi, o serviço municipal de transporte que fez a ligação entre o Metrô e o Sambódromo realizou 1.035 viagens nas duas linhas de ônibus dedicadas ao evento e outras 92 viagens por meio das vans do Atende+, garantindo acessibilidade ao público com mobilidade reduzida. (Prefeitura de SP)

Conheça a estação que terá passarela inédita de dois níveis e integração com a Linha 5Lilás

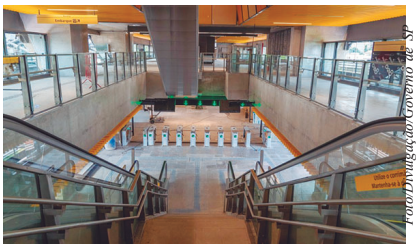
A futura estação Campo Belo, da Linha 17Ouro, foi concebida para ser a principal referência operacional e de integração do primeiro trecho do monotrilho na zona sul da capital.

Localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, a estação se diferencia por reunir a maior capacidade de atendimento da linha, podendo receber quase 40 mil passageiros por dia. Ela ainda contará com uma passarela inédita de dois níveis, projetada para oferecer mais segurança, fluidez e rapidez nas conexões entre modais.

Com 98% de avanço nas obras civis e 86% na implantação dos sistemas, a estação Campo Belo já tem concluídas suas principais áreas estruturais, como plataforma, mezanino, acessos, circulações internas e equipamentos de acessibilidade. As próximas etapas envolvem os serviços finais de acabamento, a integração entre os sistemas operacionais e a preparação do espaço para os testes dinâmicos dos últimos trens que antecedem a operação assistida.

Conheça a estação Campo Belo:

A estação tem uma plataforma central de 60 metros, acessos distribuídos pelas ruas Arizona e Ministro Luiz Gallotti e passarelas que conectam o mezanino à avenida. O projeto prioriza praticidade e acessibilidade, com elevadores, escadas rolantes e bloqueios dimensionados para a alta demanda prevista, garantindo circulação contínua mesmo nos horários de pico.



Foto/Divulgação Governo de SP

Com *98% de avanço nas obras civis e 86% na implantação dos sistemas, a estação Campo Belo já tem concluídas suas principais áreas estruturais*

O grande diferencial técnico da Estação Campo Belo é a passarela de dois níveis, solução inédita na Linha 17 Ouro e um dos elementos mais complexos do empreendimento. A estrutura, com 220 toneladas, 29,5 metros de comprimento e 10 metros de largura, foi instalada em três etapas entre setembro e outubro de 2024, envolvendo interdições programadas e operações noturnas com guindastes de grande porte.

O nível superior permitirá a integração direta entre as linhas 17Ouro e 5Lilás, enquanto o nível inferior funcionará como passarela de travessia e acesso direto à estação, organizando o fluxo de pedestres e ampliando a segurança viária em um dos principais eixos de circulação da zona sul.

No entorno do empreendimento, a região concentra serviços essenciais, escolas, mercados, unidades de saúde, áreas de lazer e comércio local em um raio de até 15 minutos de caminhada. Além disso, a estação conta com conexão direta com a ciclovia da Avenida Jornalista Roberto Marinho, que incentiva deslocamentos de curta distância por bicicleta. A estação também contará com paraciclos, baias de embarque e desembarque e integração com linhas de ônibus da SPTrans, reforçando a distribuição de mobilidade urbana.

Assim como as demais estações da Linha 17Ouro, o projeto da Campo Belo incorpora soluções de sustentabilidade, como ventilação e iluminação naturais, captação de água pluvial para limpeza e irrigação e paisagismo com espécies nativas, contribuindo para conforto ambiental e valorização do espaço público.

Linha 17Ouro

Previsto para operar em março de 2026, o primeiro trecho da Linha 17Ouro vai ligar o Aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária, beneficiando cerca de 100 mil passageiros por dia. Com oito estações e 6,7 km de extensão, o novo monotrilho vai reduzir o tempo de deslocamento, ampliar a integração com outros modais e oferecer uma nova alternativa de transporte para moradores e trabalhadores da zona sul. (Governo de SP)

Contas públicas têm superávit de R$ 103,7 bilhões em janeiro

As contas públicas fecharam o mês de janeiro com saldo positivo, com superávit em todas as esferas de governo, federal e regionais. O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou superávit primário de R$ 103,7 bilhões no mês passado.

Na comparação com janeiro de 2025, houve redução no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R$ 104,1 bilhões positivo.

As estatísticas fiscais foram divulgadas na sexta-feira (27) pelo Banco Central (BC). O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses, o setor público consolidado foi deficitário em R$ 55,4 bilhões, 0,43% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 55 bilhões, 0,43% do PIB.

Esferas de governo

Em janeiro último, a conta do Governo Central teve superávit primário de R$ 87,3 bilhões ante resultado negativo de R$ 83,2 bilhões em janeiro de 2025. O montante difere do resultado divulgado nesta quarta-feira (25) pelo Tesouro Nacional, de déficit de R$ 86,9 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos regionais - estaduais e municipais tiveram resultado positivo de R$ 21,3 bilhão em janeiro passado contra R$ 22 bilhões no mesmo mês de 2025, contribuindo para aumentar o superávit das contas públicas.

Em sentido contrário, as empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras – contribuíram para a redução do superávit das contas consolidadas, com o resultado negativo de R$ 4,9 bilhões em janeiro. No mesmo mês de 2025, houve déficit de R$ 1 bilhão.

Os gastos com juros ficaram em R$ 63,6 bilhões no mês passado, influenciados pela alta da taxa básica de juros – Selic - e do estoque do endividamento líquido no período. Com isso, o resultado nominal das contas públicas – formado pelo resultado primário e os juros – caiu, na comparação interanual. No mês de janeiro, o superávit nominal ficou em R$ 40,1 bilhões contra o resultado positivo de R$ 63,7 bilhões em igual mês de 2025.

Em 12 meses encerrados em janeiro, o setor público acumula déficit R$ 1,1 trilhão, ou 8,49% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 8,3 trilhões em janeiro, o que corresponde a 65% do PIB, redução de 0,3 ponto percentual do PIB no mês.

A redução se deve ao superávit primário do mês, à variação do PIB nominal e aos ajustes da dívida externa líquida, compensados pelos juros nominais apropriados e pela apreciação cambial de 4,9% em janeiro. Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

No mês passado, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 10,1 trilhões ou 78,7%, mesmo percentual do PIB observado no mês anterior. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais. (Agência Brasil)

Brasiliana

Mauricio Picazo Galhardo

Então olhei para o brasil e ví o campo ...

- Quero saber apresenta:

" ... A missão oficial brasileira à Coreia do Sul registrou, segunda-feira (23), avanços nos processos para a abertura e ampliação de mercados para produtos da agropecuária nacional. O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, anunciou, conforme mencionado pelo presidente sul-coreano, a etapa final para a exportação de ovos, a previsão de auditorias para uva e carne bovina e ampliação dos estados a serem avaliados para a exportação de carne suína ao país asiático.

Minas Gerais: moradores de cidades afetadas pelas chuvas já podem sacar o FGTS

Moradores das cidades mineiras afetadas pelos temporais já podem pedir o saque dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O recurso para os cidadãos de Juiz de Fora, Matias Barbosa e Ubá foi liberado na sexta-feira (27).

O valor a ser sacado é limitado a R$ 6.220, e para usufruir do benefício é necessário ter saldo na conta do FGTS e não ter feito saque pelo mesmo motivo (calamidade) nos últimos 12 meses.

Baixe o app FGTS e insira as informações de cadastro;

Acesse a opção "Solicitar seu saque 100% digital" ou, no menu inferior, vá em "Saques" e selecione "Solicitar saque";

Clique em "Calamidade pública", informe o nome do município e selecione-o na lista;

Escolha o tipo de comprovante de endereço, digite o CEP e o número da residência;

Encaminhe foto de documento de identidade e de comprovante de residência em nome do trabalhador, emitido até 120 dias antes da decretação da calamidade;

Escolha a conta para crédito do valor (Caixa ou outro banco) e envie a solicitação.

Doação

A Caixa informou que, junto com a ONG Moradia e Cidadania, arrecadará recursos para famílias afetadas pelos temporais. As doações podem ser feitas por meio de depósito em conta ou Pix:

Chave Pix (Telefone): 31-999910733

Banco: CAIXA (104)

Agência: 0620

Operação: 1292

Conta Corrente: 577578823-7

Chuvas

Subiu para 64 o número de pessoas mortas na região da Zona da Mata mineira pelo excesso de chuvas nos últimos dias, de acordo com as informações mais recentes do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

As operações de busca e salvamento prosseguem ao longo de todo o dia, em várias frentes de atuação, sendo seis em Juiz de Fora e duas em Ubá, que são municípios próximos. (Agência Brasil)

Prévia da inflação de fevereiro atinge 0,84%, diz IBGE

A prévia da inflação oficial de fevereiro ficou em 0,84%, o que representa avanço em relação ao mês anterior, quando ficou em 0,20%. O maior impacto (0,32 p.p.) no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) partiu do grupo educação, que teve alta de 5,20%. A explicação está nos reajustes no início do ano letivo que ocorreram nas mensalidades de escolas e cursos.

Outro grupo que influenciou o indicador foi o de transportes, com elevação de 1,72%. Neste caso, o peso no índice ficou em 0,35 p.p. (ponto percentual). Os demais grupos oscilaram entre -0,42% de vestuário e 0,67% de saúde e cuidados pessoais.

A alta acumulada do IPCA-15 no ano é de 1,04%, enquanto nos últimos 12 meses foi de 4,10%. O resultado é menor do que os 4,50% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Os dados do IPCA-15 de fevereiro, divulgados na sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam ainda que no grupo saúde e cuidados pessoais a alta ficou em 0,67% e impacto de 0,09 p.p, com destaques para os avanços em artigos de higiene pessoal (0,91%) e do plano de saúde (0,49%).

No grupo alimentação e bebidas, que subiu 0,20% com impacto de 0,04 p.p., a alimentação no domicílio avançou 0,09% em fevereiro, que representa recuo em relação a janeiro, quando marcou 0,21%. Conforme o indicador, as principais variações positivas ficaram com o tomate (10,09%) e as carnes (0,76%).

Nas queda de percentual, os destaques foram o arroz (-2,47%), o frango em pedaços (-1,55%) e as frutas (-1,33%).

"A alimentação fora do domicílio registrou maior variação que no domicílio: 0,46%, com as altas da refeição (0,62%) e do lanche (0,28%)", informou o IBGE.

Após cair 0,26% em janeiro, o grupo habitação teve alta de 0,06% em fevereiro. Os resultados da taxa de água e esgoto (1,97%) e do aluguel residencial (0,32%) foram destaques.

Em sentido contrário, a energia elétrica residencial caiu 1,37% e foi o subitem com o maior impacto negativo no indicador (0,06 p.p.). O motivo foi a ocorrência no período de bandeira tarifária verde, que é sem custo adicional para os consumidores. "A taxa de água e esgoto teve alta de 1,97%, enquanto o subitem gás encanado registrou queda de 0,71% nas tarifas", informou o IBGE.

Indicadores regionais

Nos índices regionais, São Paulo teve a maior variação (1,09%). A explicação está nas elevações dos subitens passagens aéreas (16,92%) e nos cursos regulares (6,34%), com destaque para o ensino fundamental (8,32%). A menor variação ficou em Recife (0,35%). O motivo foram as quedas no transporte por aplicativo (-10,34%) e na energia elétrica residencial (-2,32%).

De acordo com o IBGE, para o cálculo do IPCA-15 de fevereiro, foram analisados os preços coletados no período de 15 de janeiro de 2026 a 12 de fevereiro de 2026 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 13 de dezembro de 2025 a 14 de janeiro de 2026 (base).

"O indicador refere-se às famílias com rendimento de 1 a 40 salários-mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e do município de Goiânia", diz o levantamento. (Agência Brasil)

Renda domiciliar per capita chega a R$ 2.316 em 2025, diz IBGE

O rendimento domiciliar per capita para o Brasil, em 2025, ficou em R$ 2.316. O valor representa um avanço em relação a 2024, quando a renda média dos residentes no país ficou em R$ 2.069. Foi maior também na comparação com anos anteriores: R$ 1.893, em 2023, e R$ 1.625, em 2022.

Entre as unidades da federação, esse valor variou de R$ 1.219 no Maranhão a R$ 4.538 no Distrito Federal. Nove estados e o DF superaram o rendimento médio nacional.

Na sequência do DF, que registrou a maior renda, ficaram os estados de São Paulo (R$ 2.956), Rio Grande do Sul (R$2.839), Santa Catarina (R$2.809), Rio de Janeiro (R$2.794), Paraná (R$ 2.762), Mato Grosso do Sul (R$ 2.454), Goiás (R$ 2.407), Minas Gerais (R$2.353) e Mato Grosso (R$ 2.335).

Os dados registrados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua divulgados na sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme o órgão, a divulgação atende à Lei Complementar 143/2013, que estabelece os novos critérios de pagamentos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Além disso, em consequência, define os compromissos assumidos para determinar os valores que serão repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU) "para o cálculo dos fatores representativos do inverso do rendimento domiciliar per capita".

Segundo o IBGE, o rendimento domiciliar per capita é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (nominais) e o total dos moradores.

"Nesse cálculo, são considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes", informou, acrescentando que para o cálculo, todos os moradores são considerados, incluindo os classificados como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

Os valores são definidos levando em consideração os rendimentos brutos de trabalho e de outras fontes, efetivamente recebidos no mês de referência da pesquisa, acumulando as informações das primeiras visitas da PNAD Contínua aos domicílios, feitas no 1º, 2º, 3º, e 4º trimestres de 2025.

Segundo o IBGE, a PNAD Contínua é uma pesquisa domiciliar, amostral, realizada desde janeiro de 2012, "que acompanha as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho, entre outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país".

Em 2020 e 2021 os dados sofreram impacto da pandemia de covid-19 e de acordo com o IBGE, houve queda acentuada de taxas de aproveitamento da coleta, sobretudo da primeira visita ao domicílio. "As menores taxas de aproveitamento das entrevistas refletiam o contexto excepcional, ocasionado pela pandemia de covid-19 nesses anos e os procedimentos adotados para minimizar as perdas de informação que poderiam ocorrer devido à pandemia, ao isolamento social e ao acesso dos entrevistadores aos domicílios", explicou.

Esse panorama começou a mudar a partir de 2022, quando já se observava o processo de recuperação do aproveitamento das entrevistas em curso, o que se consolidou em 2023.

"Diante desses impactos, para o cálculo do rendimento domiciliar per capita dos anos de 2020, 2021 e 2022 foi adotada a quinta visita ao domicílio, em alternativa ao padrão até então adotado (primeira visita) e temporariamente suspenso em decorrência da pandemia de covid-19."

"A partir de 2023, com o retorno aos níveis de aproveitamento das amostras, o cálculo do rendimento domiciliar per capita volta a ter como referência o banco de primeira visita aos domicílios", concluiu o IBGE. (Agência Brasil)

Receita paga lote da malha fina do Imposto de Renda de fevereiro

Cerca de 205 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências vão acertar as contas com o Leão. Na sexta-feira (27), a Receita Federal paga o lote da malha fina de fevereiro, que também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 204.824 contribuintes receberão R$ 578,97 milhões. Desse total, R$ 337,69 milhões irão para contribuintes com prioridade legal no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

127.585 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix;

39.290 contribuintes de 60 a 79 anos;

17.318 contribuintes sem prioridade;

10.735 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;

6.632 contribuintes acima de 80 anos;

3.264 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave.

A consulta está disponível desde o último dia 20 na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve, acessando o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". (Agência Brasil)

Jornal Oficial SP

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1059457032024826002** (OJA) MM. Juiz(a) de Direito da UPJ da 1ª e 4ª e 16ª Varas Cíveis - Regional II - Santo Amaro, do UPJ da 1ª e 4ª e 16ª Varas Cíveis - Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME SILVA E SOUZA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Alexandre Barbosa da Melo CPF 292.713.008-66, que Ivan Severino da Silva ajuizou ação comum para cobrança de R$ 150.000,00 (jul/24), referente aos cheques 000154 e 000158, banco Santander, ag. 0641. Estando o réu em lugar incerto, expede-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo supra, contestar a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo 04/02/2026. | 28,27

BERG-STEEL S.A FÁBRICA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS

C.N.P.J. Nº 44.209.294/0001-31 - NIRE Nº 353.000.27132

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os acionistas da Berg-Steel S/A Fábrica Brasileira de Ferramentas, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 13/03/2026, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na Via Industrial, nº 51, Distrito Industrial I, na cidade de Araras/SP. CEP 13.602-030, a fim de deliberarem: **(i)** exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **(ii)** destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(iv)** definição da remuneração global dos administradores da Companhia; **(v)** deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal, eleição e remuneração global dos seus membros; **(vi)** outros assuntos de interesse social. Estão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as cópias dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. Somente poderão participar da AGO o acionista ou seu procurador, desde que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, conforme artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. Talitha Baggio Chiarotti - Presidente do Conselho de Administração. (28/02, 03 e 04/03)

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, PAULO RICARDO DE PINHO MACHADO, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 4078.523-9, CPF nº 376.270.388-47, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Otto de Barros nº 141, Casa, Vila Santo Estevão, fica intimado a purgar a mora referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 14/06/2025 a 14/01/2026, no valor de R$51.842,25 (cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$51.870,88 (cinquenta e um mil oitocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos), que atualizado até 29/05/2026, perfaz o valor de R$78.073,10 (setenta e oito mil e setenta e três reais e dez centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Rua Marques de Lages nº 1380, Apartamento nº 227, localizado no 22º pavimento do Condomínio Gardens II Living Club, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 08 na matrícula nº 212.264. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, MIRIAM DO NASCIMENTO LUCARTS, brasileira, solteira, maior, cabeleireira, barbeira, manicure, pedicure, maquiadora, esteticista e massagista, RG nº 41.583.832-3, CPF nº 342.716.848-48, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Belas Artes nº 26, Vila Dom Pedro I, fica intimada a purgar a mora referente a 19 (dezenove) prestações em atraso, vencidas de 09/07/2024 a 09/01/2026, no valor de R$14.632,41 (quatorze mil seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$15.413,59 (quinze mil quatrocentos e treze reais e cinquenta e nove centavos), que atualizado até 02/06/2026, perfaz o valor de R$17.877,35 (dezessete mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 840, lote 02B, Apartamento nº 512, localizado no 5º pavimento da Torre 02, do Condomínio Residencial Dez Celeste, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 385 na matrícula nº 235.455, transportada pela Av. 1 na matrícula nº 256.355. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. O Substituto.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 558.105, em 06/08/2025, o Requerimento feito por VICTOR ROGÉRIO SBRIGHI PIMENTEL, brasileiro, solteiro, maior, advogado, inscrito na OAB/SP nº 156.696, RG nº 18.159.484-SSP/SP, CPF/MF nº 148.536.958-42, convivente em união estável com DÓRIS KERTSMAN, brasileira, solteira, maior, guia de turismo, RG nº 19.502.7875-SSP/SP, CPF/MF nº 105.085.928-60; e, MARCOS PAULO SBRIGHI PIMENTEL, brasileiro, solteiro, maior, guarda vidas, RG nº 18.159.485-7SSP/SP, CPF/MF nº 166.375.108-07, todos residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua André Dreyfus nº 109, apartamento 31, Bloco 1, bairro Sumaré, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do APARTAMENTO nº 31, tipo "A", localizado no 3º andar do "EDIFÍCIO MIRANTE D'AVIZ", integrante do Condomínio Mirante do Sumaré, situado na Rua André Dreyfus nº 109, no 19º Subdistrito – Perdizes, objeto da transcrição nº 75.865, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não representação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado", fica ele por este Edital INTIMADO da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 13 de fevereiro de 2026. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

O 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 216A, §§ 4º e 13º, da Lei nº 6.015/73, FAZ SABER que foi prenotado, sob o nº 674.933, o procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade extraordinária, requerido por Claudinei de Souza Forte, brasileiro, comerciante, RG nº 23.426.309-XSSP/SP, CPF nº 164.963.018-24 e sua mulher Keli Cristine Sousa Forte, brasileira, comerciante, RG nº 24.808.543-8-SSP/SP, CPF nº 193.396.168-63, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Sequoia, nº 123, Jardim Santa Maria, com o objetivo de obter o reconhecimento do domínio sobre área de 123,95m², situada à Rua Sequoia, nº 123, constituído pelo lote 11-A da quadra 35, do Jardim Santa Maria, no 38º Subdistrito – Vila Matilde, nesta Capital, contribuinte Municipal nº 147.166.0021-0, transcrito sob n°s 14.155 do 7° R.I.; 10.109, 105.112 e 105.113 do 9° R.I.; 60.570 deste R.I.; e inscrição n° 155 do 9° R.I., de propriedade de Rogério Giorgi, Julio Giorgi, Edith De Azevedo Soares Giorgi, Cesar Giorgi, Irene De Almeida Giorgi, Alfredo Giorgi, Heloisa De Moraes Giorgi, Mauro Lindberg Monteiro, Adele Giorgi Monteiro, Brasilina Giorgi Pagliarini, Renzo Pagliari, Amelia Giorgi De Lacerda Soares, João De Lacerda Soares Neto, Heloisa Conceição De Lacerda Soares, Guilherme Giorgi De Lacerda Soares, Maria Luiza D'orey De Lacerda Soares, Maria Amelia Lacerda De Soares Papa, Amadeu Augusto Papa, Maria Lucia Lacerda Soares Alcide, Luir Orlando Alcide, Elena Maria Giorgi Botelho, Tibiriça Botelho Filho, João Sérgio Migliori, comprometido a venda à Lourival Leandro dos Santos Filho e Paulo Leandro dos Santos. Os requerentes alegam exercer posse mansa, pacífica e ininterrupta, com ânimo de dono, por período superior a 15 anos, atendendo aos requisitos legais para a usucapião. O imóvel confronta-se com os lotes 9-C, 10-C e 11-B da quadra 35, do Jardim Santa Maria. O presente edital tem por finalidade DAR CIÊNCIA ROGÉRIO GIORGI, JULIO GIORGI, CESAR GIORGI, CESAR GIORGI, IRENE DE ALMEIDA GIORGI, ALFREDO GIORGI, HELOISA DE MORAES GIORGI, MAURO LINDBERG MONTEIRO, ADELE GIORGI MONTEIRO, BRASILINA GIORGI PAGLIARI, RENZO PAGLIARI, AMELIA GIORGI DE LACERDA SOARES, JOÃO DE LACERDA SOARES NETO, HELOISA CONCEIÇÃO DE LACERDA SOARES, GUILHERME GIORGI DE LACERDA SOARES, MARIA LUIZA D'OREY DE LACERDA SOARES, MARIA AMELIA LACERDA DE SOARES PAPA, AMADEU AUGUSTO PAPA, MARIA LUCIA LACERDA SOARES ALCIDE, LUIZ ORLANDO ALCIDE, ELENA MARIA GIORGI BOTELHO, TIBIRIÇA BOTELHO FILHO, JOÃO SÉRGIO MIGLIORI, LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS FILHO, MANOEL HENRIQUE DOS SANTOS, DONATH DE FREITOS DOS SANTOS, EDEVALDO GONÇALVES DUARTE E A TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS, para que, no prazo de 15 dias úteis, contados da publicação deste edital, apresentem impugnação fundamentada, caso não concordem com o reconhecimento da usucapião. As manifestações deverão ser dirigidas ao 16º Registro de Imóveis, localizado na Rua Pamplona, nº 1.593, Jardim Paulista, São Paulo/SP, durante o horário de expediente, das 9h às 16h. Fica informado que, não havendo manifestação no prazo estipulado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes, e o procedimento de usucapião extrajudicial poderá ser concluído com o competente registro, nos termos da Lei.

MTR-45 Administração de Bens e Participações S.A.

CNPJ nº 42.741.453/0001-19 - NIRE 35.300.629.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 29 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **MTR-45 Administração de Bens e Participações S.A.** ("Companhia"), na Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Cerqueira César, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei de 6.404/76 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Fabrício Mitre** e secretariados pelo Sr. **Rodrigo Coelho Cagali. 4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** redução do capital social da Companhia no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, com o respectivo cancelamento de ações ordinárias de emissão da Companhia em até 36 (trinta e seis) meses; **(ii)** aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante a emissão de 1 (um) nova ação preferencial classe C; **(iii)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações do Capital Social; e **(iv)** a autorização aos administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia geral, após discussão e debates das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas representando a totalidade do capital social deliberaram o quanto segue, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Autorizar a realização da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser realizado nos próximos 36 (trinta e seis) meses, com o cancelamento de 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias a medida que o capital seja reduzido, nominativas e sem valor nominal da Companhia por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, passando dos atuais R$ 97.272.175,00 (noventa e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 89.271.685 (oitenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; 1 (uma) ação preferencial classe A; 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal, para R$ 67.272.175,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais) dividido por 67.271.685 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal, conforme estabelecido nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. **5.3.** Consignar que, nos termos do §1º do Art. 174 da Lei das S.A., durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores que discordarem das novas condições anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia nos termos mencionados. **5.4.** Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia será realizada, sem prejuízo da redução do capital social da Companhia somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.3, acima, (i) mediante a inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no Art. 174, §2º, da Lei das S.A. **5.4.1.** Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), será restituída de imediato para: (i) R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ao acionista Icone – Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada, no montante crescente nacional, sem juros ou correção monetária; e (ii) R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) à acionista Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. **5.5.** Aprovar a subscrição e emissão de *(i)* 1 (uma) nova ação preferencial classe C, nominativa e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser integralizada em até 36 (trinta e seis) meses, sendo o preço total de emissão da ação será inteiramente destinado à conta de capital social da Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), o capital social da Companhia passará **de** R$ 67.272.175,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 67.271.685 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal, **para** R$ 73.272.175,00 (setenta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 59.271.685 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal. **5.5.1.** Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.882.930/0001-65 ("Mitre"), e será integralizada em até 36 (trinta e seis) meses, de acordo com os termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata, na forma constante do **Anexo I**. **5.5.2.** O acionista Icone – Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada, fundo de Investimento imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 53.137.434/0001-02, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, expressamente renuncia, em favor da Companhia, ao exercício do seu direito de preferência para a subscrição das Ações Emitidas. **5.6.** Em razão das deliberações previstas nos itens acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5** O capital social da Companhia, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, é de R$ 73.272.175,00 (setenta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), dividido em 59.271.685 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, seiscentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral. §2º. A ação preferencial classe A ("Ação PNA") não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhe assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão das Ações PNB que seja destinada à formação do capital social; e (ii) prioridade no recebimento de dividendos mínimos, cumulativos e anuais, em montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor economicamente equivalente, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das S.A. §3º. O valor dos dividendos prioritários mensais a serem distribuídos ao titular da Ação PNA corresponderá à diferença positiva entre (i) R$ 119.500.000,00 (cento e dezenove milhões e quinhentos mil reais) atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Nacional Preços do Consumidor Amplo, publicado mensalmente pela FGV ("INCC-DI"), desde o segundo mês anterior à 27 de dezembro de 2023 até o segundo mês anterior à data do cálculo do Benchmark (e considerando a variação acumulada composta apenas pelos valores mensais positivos – i.e., expurgados do cálculo os meses em que a variação for negativa) e acrescido exponencialmente de uma sobretaxa de 13% (treze por cento) ao ano, ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado pro rata die desde 27 de dezembro de 2023 até a data do cálculo do Benchmark, deduzido da totalidade dos valores líquidos recebidos pelo acionista titular da Ação PNA a título de dividendos e de outras formas de distribuição de resultado ou restituição de capital ou reservas da Companhia até a data de cálculo ("Benchmark"), calculado tendo como data-base o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; e (ii) o Benchmark calculado tendo como data-base o dia 26 (vinte e seis) do mês anterior ("Valor dos Dividendos Ação PNA"). §4º. As ações preferenciais classe B ("Ações PNB") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão das Ações PNB que seja destinada à formação do capital social; e (ii) direito de resgate, em moeda corrente nacional, com redução ou não do capital social, a critério do seu titular, pelo valor, por ação, a ser calculado conforme o §5º abaixo. §5º. O valor do resgate previsto no item (ii) do §4º acima corresponderá à diferença entre o Valor dos Dividendos Ação PNA no mês em questão e o montante de dividendos ou outros proventos efetivamente distribuídos ao acionista titular da Ação PNA em referido mês. §6º. Os acionistas titulares de Ações PNB poderão resgatar 1 (uma) Ação PNB por mês, salvo se, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês, tal acionista tiver recebido, no mês em questão, dividendos ou outros proventos em montante correspondente ao valor integral do Valor dos Dividendos Ação PNA. §7º. As ações preferenciais classe C ("Ações PNC") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A., terão prioridade no reembolso de capital (prioridade essa correspondente ao valor equivalente à parte do preço de emissão da ação que seja destinada à formação do capital social), sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia (estando tal reembolso subordinado ao prévio recebimento do reembolso pelas ações preferenciais Classe A e B); e (ii) sendo resgatáveis, em moeda corrente nacional, a critério do seu titular, com redução ou não do capital social. §8º. Na proporção do número de ações de que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. §9º. A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito na condição prevista no boletim ou na chamada feita com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei das S.A., sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizado. §10º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor economicamente equivalente, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das S.A. §11º. É vedado o desmembramento das ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 2 (duas) ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral. §2º. A ação preferencial classe A ("Ação PNA") não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhe assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão da Ação PNA que seja destinada à formação do capital social; e (ii) prioridade no recebimento de dividendos mínimos, cumulativos e anuais, a serem calculados na forma do §3º abaixo. §3º. O valor dos dividendos prioritários mensais a serem distribuídos ao titular da Ação PNA corresponderá à diferença positiva entre (i) R$ 119.500.000,00 (cento e dezenove milhões e quinhentos mil reais) atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Nacional Preços do Consumidor Amplo, publicado mensalmente pela FGV ("INCC-DI"), desde o segundo mês anterior à 27 de dezembro de 2023 até o segundo mês anterior à data do cálculo do Benchmark (e considerando a variação acumulada composta apenas pelos valores mensais positivos – i.e., expurgados do cálculo os meses em que a variação for negativa) e acrescido exponencialmente de uma sobretaxa de 13% (treze por cento) ao ano, ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado pro rata die desde 27 de dezembro de 2023 até a data do cálculo do Benchmark, deduzido da totalidade dos valores líquidos recebidos pelo acionista titular da Ação PNA a título de dividendos e de outras formas de distribuição de resultado ou restituição de capital ou reservas da Companhia até a data de cálculo ("Benchmark"), calculado tendo como data-base o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; e (ii) o Benchmark calculado tendo como data-base o dia 26 (vinte e seis) do mês anterior ("Valor dos Dividendos Ação PNA"). §4º. As ações preferenciais classe B ("Ações PNB") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão das Ações PNB que seja destinada à formação do capital social; e (ii) direito de resgate, em moeda corrente nacional, com redução ou não do capital social, a critério do seu titular, pelo valor, por ação, a ser calculado conforme o §5º abaixo. §5º. O valor do resgate previsto no item (ii) do §4º acima corresponderá à diferença entre o Valor dos Dividendos Ação PNA no mês em questão e o montante de dividendos ou outros proventos efetivamente distribuídos ao acionista titular da Ação PNA em referido mês. §6º. Os acionistas titulares de Ações PNB poderão resgatar 1 (uma) Ação PNB por mês, salvo se, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês, tal acionista tiver recebido, no mês em questão, dividendos ou outros proventos em montante correspondente ao valor integral do Valor dos Dividendos Ação PNA. §7º. As ações preferenciais classe C ("Ações PNC") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A., terão prioridade no reembolso de capital (prioridade essa correspondente ao valor equivalente à parte do preço de emissão da ação que seja destinada à formação do capital social), sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia (estando tal reembolso subordinado ao prévio recebimento do reembolso pelas ações preferenciais Classe A e B); e (ii) sendo resgatáveis, em moeda corrente nacional, a critério do seu titular, com redução ou não do capital social. §8º. Na proporção do número de ações de que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. §9º. A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito na condição prevista no boletim ou na chamada feita com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei das S.A., sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizado. §10º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor economicamente equivalente, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das S.A. §11º. É vedado o desmembramento das ações ordinárias nominativas, 1 (uma) ação preferencial classe A, 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe B e 1 (uma) ação preferencial classe C, todas nominativas e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral. §2º. A ação preferencial classe A ("Ação PNA") não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhe assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão da Ação PNA que seja destinada à formação do capital social; e (ii) prioridade no recebimento de dividendos mínimos, cumulativos e anuais, a serem calculados na forma do §3º abaixo. §3º. O valor dos dividendos prioritários mensais a serem distribuídos ao titular da Ação PNA corresponderá à diferença positiva entre (i) R$ 119.500.000,00 (cento e dezenove milhões e quinhentos mil reais) atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Nacional Preços do Consumidor Amplo, publicado mensalmente pela FGV ("INCC-DI"), desde o segundo mês anterior à 27 de dezembro de 2023 até o segundo mês anterior à data do cálculo do Benchmark (e considerando a variação acumulada composta apenas pelos valores mensais positivos – i.e., expurgados do cálculo os meses em que a variação for negativa) e acrescido exponencialmente de uma sobretaxa de 13% (treze por cento) ao ano, ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado pro rata die desde 27 de dezembro de 2023 até a data do cálculo do Benchmark, deduzido da totalidade dos valores líquidos recebidos pelo acionista titular da Ação PNA a título de dividendos e de outras formas de distribuição de resultado ou restituição de capital ou reservas da Companhia até a data de cálculo ("Benchmark"), calculado tendo como data-base o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; e (ii) o Benchmark calculado tendo como data-base o dia 26 (vinte e seis) do mês anterior ("Valor dos Dividendos Ação PNA"). §4º. As ações preferenciais classe B ("Ações PNB") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, prioridade essa correspondente à parte do preço de emissão das Ações PNB que seja destinada à formação do capital social; e (ii) direito de resgate, em moeda corrente nacional, com redução ou não do capital social, a critério do seu titular, pelo valor, por ação, a ser calculado conforme o §5º abaixo. §5º. O valor do resgate previsto no item (ii) do §4º acima corresponderá à diferença entre o Valor dos Dividendos Ação PNA no mês em questão e o montante de dividendos ou outros proventos efetivamente distribuídos ao acionista titular da Ação PNA em referido mês. §6º. Os acionistas titulares de Ações PNB poderão resgatar 1 (uma) Ação PNB por mês, salvo se, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês, tal acionista tiver recebido, no mês em questão, dividendos ou outros proventos em montante correspondente ao valor integral do Valor dos Dividendos Ação PNA. §7º. As ações preferenciais classe C ("Ações PNC") não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada (i) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A., terão prioridade no reembolso de capital (prioridade essa correspondente ao valor equivalente à parte do preço de emissão da ação que seja destinada à formação do capital social), sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia (estando tal reembolso subordinado ao prévio recebimento do reembolso pelas ações preferenciais Classe A e B); e (ii) sendo resgatáveis, em moeda corrente nacional, a critério do seu titular, com redução ou não do capital social. §8º. Na proporção do número de ações de que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. §9º. A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito na condição prevista no boletim ou na chamada feita com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei das S.A., sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizado. §10º. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor economicamente equivalente, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das S.A. §11º. É vedado o desmembramento das ações ord

LIV LINHAS INTELIGENTES DE ATENÇÃO A VIDA S/A

CNPJ Nº 00.846.662/0001-87
Registro ANS Nº 37328-4
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem da Administração

A LIV Saúde é uma operadora de planos privados de assistência à saúde que atua de forma alinhada à Rede ICC Saúde, instituição com aproximadamente 80 anos de atuação no setor de assistência à saúde. Seu modelo assistencial é fundamentado nos princípios da medicina baseada em evidências e da atenção centrada no beneficiário, com foco na promoção da qualidade de vida e na melhoria contínua dos desfechos em saúde. A operadora adota práticas de coordenação do cuidado por meio de equipes multidisciplinares, abrangendo as diferentes etapas da atenção à saúde. Essas diretrizes orientam a atuação institucional e contribuem para o fortalecimento da eficiência assistencial, de uso adequado dos recursos e da qualidade dos serviços prestados.

Em 2025, o mercado de planos de saúde no Brasil apresentou uma trajetória de crescimento discreto, refletida na ampliação de aproximadamente 1,5% no número de beneficiários ao longo do ano. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os planos médico-hospitalares evoluíram de cerca de 52,2 milhões de usuários ao final de 2024 para mais de 53 milhões em outubro de 2025.

Apesar das oscilações mensais observadas no período, os indicadores trimestrais e semestrais confirmam uma tendência positiva. Esse movimento foi verificado tanto nos planos médico-hospitalares quanto nos planos odontológicos, evidenciando um desempenho favorável do setor.

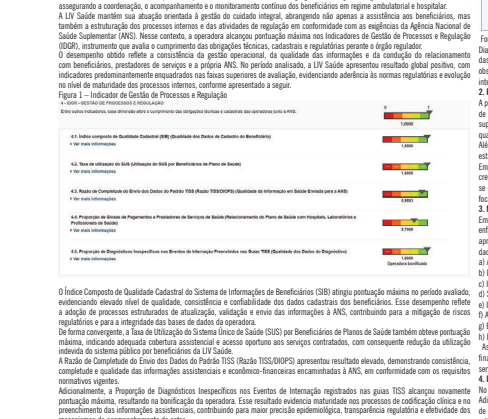
Ainda assim, o mercado de planos de saúde segue enfrentando desafios relevantes. A elevada rotatividade de contratos compromete a previsibilidade financeira das operadoras, enquanto os reajustes das mensalidades, historicamente superiores à inflação, são impulsionados pelo aumento dos custos médico-hospitalares, pela incorporação de novas tecnologias e pela intensificação da judicialização. Esses fatores ampliam a pressão sobre consumidores e empresas, encarecem o acesso aos planos de saúde e tornam o ambiente setorial mais complexo.

A LIV Saúde organiza sua atuação com base no cuidado integral ao beneficiário, em conformidade com as diretrizes regulatórias vigentes e orientada à ampliação do acesso e à efetividade da assistência prestada. Nesse contexto, são estruturados programas de acompanhamento por linhas de cuidado, conduzidos por equipes multiprofissionais, com vistas à organização da atenção e à priorização das práticas assistenciais. Adicionalmente, a operadora promove o fortalecimento da integração entre a governança clínica e a rede credenciada, assegurando a coordenação, o acompanhamento e o monitoramento contínuo dos beneficiários em regime ambulatorial e hospitalar.

A LIV Saúde mantém sua atuação orientada à gestão do cuidado integral, abrangendo não apenas a assistência aos beneficiários, mas também a estruturação dos processos internos e das atividades de regulação em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Nesse contexto, a operadora alcançou pontuação máxima nos Indicadores de Gestão de Processos e Regulação (IDGR), instrumento que avalia o cumprimento das obrigações técnicas, cadastrais e regulatórias perante o órgão regulador.

O desempenho obtido reflete a consistência da gestão operacional, da qualidade das informações e da condução do relacionamento com beneficiários, prestadores de serviços e a própria ANS. No período analisado, a LIV Saúde apresentou resultado global positivo, com indicadores predominantemente enquadrados nas faixas superiores de avaliação, evidenciando aderência às normas regulatórias e evolução no nível de maturidade dos processos internos, conforme apresentado a seguir.

Figura 1 – Indicador de Gestão de Processos e Regulação



O Índice Composto de Qualidade Cadastral do Sistema de Informações de Beneficiários (SIB) atingiu pontuação máxima no período avaliado, evidenciando elevado nível de qualidade, consistência e confiabilidade dos dados cadastrais dos beneficiários. Esse desempenho reflete a adoção de processos estruturados de atualização, validação e envio das informações à ANS, contribuindo para a mitigação de riscos regulatórios e para a integridade das bases de dados da operadora.

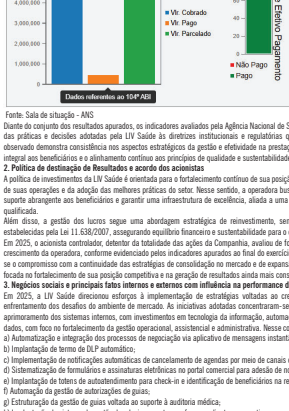
De forma convergente, a Taxa de Utilização do Sistema Único de Saúde (SUS) por Beneficiários de Planos de Saúde também obteve pontuação máxima, indicando adequada cobertura assistencial e acesso oportuno aos serviços contratados, com consequente redução da utilização indevida do sistema público por beneficiários da LIV Saúde.

A Razão de Completude do Envio dos Dados do Padrão TISS (Razão TISS/DIOPS) apresentou resultado elevado, demonstrando consistência, completude e qualidade das informações assistenciais e econômico-financeiras encaminhadas à ANS, em conformidade com os requisitos normativos vigentes.

Adicionalmente, a Proporção de Diagnósticos Inespecíficos nos Eventos de Internação registrados nas guias TISS alcançou novamente pontuação máxima, resultando na bonificação da operadora. Esse resultado evidencia maturidade nos processos de codificação clínica e no preenchimento das informações assistenciais, contribuindo para maior precisão epidemiológica, transparência regulatória e efetividade dos mecanismos de acompanhamento do setor.

No que se refere ao Ressarcimento ao SUS, o índice de efetivo pagamento indica plena adimplência da operadora, demonstrando conformidade com as obrigações legais e normativas estabelecidas pela ANS. Esse desempenho reforça a regularidade da LIV Saúde no cumprimento das exigências regulatórias, bem como a solidez de sua gestão financeira e o comprimisso institucional com a sustentabilidade do sistema de saúde.

Figura 4 – Ressarcimento ao SUS



Fonte: Sala de situação - ANS

Diante do conjunto dos resultados apurados, os indicadores avaliados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar evidenciam a aderência das práticas e decisões adotadas pela LIV Saúde às diretrizes institucionais e regulatórias que orientam sua atuação. O desempenho observado demonstra consistência nos aspectos estratégicos da gestão e efetividade na prestação da assistência, assegurando a atenção integral aos beneficiários e o alinhamento contínuo aos princípios de qualidade e sustentabilidade da saúde suplementar.

2. Política de destinação de Resultados e acordo dos acionistas

A política de investimentos da LIV Saúde é orientada para o fortalecimento contínuo de sua posição no mercado, por meio do aprimoramento de suas operações e da adoção de melhores práticas de mercado. Nesse sentido, a operadora busca expandir sua rede própria, oferecer um suporte abrangente aos beneficiários e garantir uma infraestrutura de excelência, aliada a uma equipe assistencial e de gestão altamente qualificada.

Além disso, a gestão dos lucros segue uma abordagem estratégica de reinvestimento, sempre em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei 11.638/2007, assegurando equilíbrio financeiro e sustentabilidade para o crescimento da empresa.

Em 2025, o acionista controlador, detentor da totalidade das ações da Companhia, avaliou de forma positiva os resultados alcançados e o crescimento da operadora, conforme evidenciado pelos indicadores apurados ao final do exercício. Com base nesse desempenho, reafirma-se o comprimisso com a continuidade das estratégias de consolidação no mercado e de expansão sustentável. A Companhia permanecerá focada no fortalecimento de sua posição competitiva e na geração de resultados ainda mais consistentes ao longo de 2026.

3. Negócios sociais e principais fatos internos e externos com influência na performance da operadora

Em 2025, a LIV Saúde direcionou esforços à implementação de estratégias voltadas ao crescimento sustentável da operadora e ao enfrentamento dos desafios do ambiente de mercado. As iniciativas adotadas concentraram-se, principalmente, no desenvolvimento e no aprimoramento dos sistemas internos, com investimentos em tecnologia da informação, automação de processos e integração de bases de dados, com foco no fortalecimento da gestão operacional, assistencial e administrativa. Nesse contexto, destacam-se as seguintes ações:

a) Automatização e integração dos processos de negociação via aplicativo de mensagens instantâneas aos sistemas corporativos;
b) Implantação de termo de DLP automático;
c) Implementação de notificações automáticas de cancelamento de agendas por meio de canais digitais;
d) Sistematização de formulários e assinaturas eletrônicas no processo comercial para adesão de novos beneficiários;
e) Implantação de totens de autoatendimento para check-in e identificação de beneficiários na retirada de senhas;
f) Automação da gestão de autorizações de guias;
g) Estruturação da gestão de guias voltada ao suporte à auditoria médica;
h) Implantação de sistema de gestão de relacionamento com clínicas e demais corporativos.

As melhorias implementadas contribuíram para o aumento da eficiência operacional, o aprimoramento dos controles assistenciais e financeiros e maior agilidade nos processos decisórios, reforçando a sustentabilidade da operadora e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, em consonância com as diretrizes regulatórias aplicáveis.

4. Integralização de Capital – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No exercício de 2025, a LIV Saúde registrou aportes que totalizam R$ 8,5 milhões provenientes da Controladora, alocados na rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Esses recursos serão integralizados e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo no exercício de 2026. A operadora encerrou o ano com o Capital Social de R$ 125,8 milhões, mantido em ações ordinárias, refletindo a estabilidade financeira e o comprimetimento com o crescimento sustentável da Companhia.

5. Investimentos da companhia em sociedades e coligadas e controladas

Em 2025, a LIV Saúde manteve sua estratégia de fortalecimento e expansão, com foco no aumento da capacidade de atendimento e na ampliação dos serviços nas unidades já existentes. Como proprietária integral da Clínica LIV Saúde Serviços Especializados S/A, a operadora oferece aos beneficiários uma rede própria consolidada no Ceará e na região Sul Fluminense, com estrutura capaz de realizar até 120 mil atendimentos mensais. Nesse mesmo ano, uma das unidades localizadas no Ceará passou a operar com atendimento 24 horas, ampliando o acesso dos beneficiários e reforçando o comprimisso da LIV Saúde com a continuidade e a qualidade da assistência.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

Ano após ano a LIV Saúde vem demonstrando grande consolidação no mercado de saúde suplementar através de seus resultados financeiros. É possível observar na Demonstração de Resultado do Exercício do ano de 2025 que as contraprestações passaram de R$ 235,5 milhões em 2024 para R$ 261,4 milhões em 2025. Ainda no grupo das contraprestações é possível observar a redução no valor da Variação das Provisões Técnicas que passou de R$ 1 milhão em 2024 para R$ 181 mil em 2025, sendo importante ressaltar que essa provisão técnica demostra a suficiência de contraprestação versus o sinistro.

Como pôde ser observado no mercado ao longo do período analisado, a alta nos custos assistenciais tem impactado de forma significativa o setor de saúde suplementar. O aumento nas despesas médicas e hospitalares pressiona diretamente os resultados das operadoras. Nesse cenário, a Liv Saúde também foi impactada por esse movimento de elevação de custos. Verificou-se um crescimento de 12% no sinistro da companhia, onde o montante saiu de R$ 194,2 milhões em 2024 para R$ 219,7 milhões em 2025.

No exercício de 2025, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R$ 19.227.423,89. Desse total, R$ 16.650.799,49 decorrem do resultado da Clínica Liv, reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial.

O método de equivalência patrimonial consiste no reconhecimento, no resultado da investidora, da parcela proporcional ao resultado apurado por suas controladas, não representando, necessariamente, desembolso de caixa no período. Assim, o impacto registrado reflete o desempenho contábil da Clínica Liv no exercício, mantendo-se alinhado às normas contábeis aplicáveis.

Damos destaque ao Resultado Operacional da LIV Saúde de R$ 33.686.931,83, demonstrando a sua eficiência quando comparamos as contraprestações efetivas versus os eventos indenizáveis menos os tributos dentro sobre a operação.

O resultado do período também foi influenciado por variações em provisões técnicas e reconhecimento de perdas sobre créditos, sem prejuízo da continuidade operacional e das estratégias adotadas pela Administração para o fortalecimento da Companhia e de suas controladas.

Embora o resultado observado mereça atenção, ele não modifica o direcionamento estratégico da LIV Saúde no longo prazo. A Companhia permanece orientada à melhoria contínua de seus processos, à ampliação da base de beneficiários e à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro. A Administração ratifica na superação desse contexto por meio de iniciativas voltadas ao reequilíbrio das carteiras, à disciplina na gestão de despesas e ao aprimoramento da eficiência operacional, preservando sua solidez e competitividade no mercado de saúde suplementar.

A LIV Saúde assegura uma gestão responsável, pautada na segurança, integridade e qualidade dos serviços prestados. Reafirma, ainda, seu comprimisso com a ética e a transparência no relacionamento com seus beneficiários, alinhando em estrita conformidade com as normas da agência regulatória. Alinhada às boas práticas de governança corporativa e à RN nº 518/2022, adota medidas de conformidade, gestão de riscos e controles internos voltados à sua solvência.

7. Capacidade financeira, emissão de debêntures e não ocorrência de operações suspeitas – Lei 9.613/1998

A Controladora da LIV Saúde reitera seu comprimisso com a continuidade das operações da Companhia, assegurando a alocação de recursos financeiros, quando necessário, para garantir a continuidade dos serviços de saúde prestados aos beneficiários. Além disso, reafirma seu comprimisso com a adequada gestão dos títulos e valores mobiliários vinculados aos ativos que garantem as operações.

Em relação à emissão de debêntures, a Companhia não realizou nenhuma emissão em 2025. A administração da Controladora informou que a emissão de debêntures não foi considerada uma prioridade.

Conforme a Lei 9.613/1998, art. 11, inciso III, a administração da LIV Saúde declara que, durante o exercício de 2025, não houve propostas, transações ou operações envolvendo partes relacionadas que necessitassem ser informadas à ANS.

8. Premissas para o ano de 2026

Para o exercício de 2026, a Administração da LIV Saúde reafirma seu comprimisso com o fortalecimento e a expansão no mercado de saúde suplementar, mantendo esse propósito como objetivo central da organização. Como pilares fundamentais para o sucesso da Operadora, destacam-se o respeito irrestrito aos beneficiários da LIV Saúde e a plena observância das normativas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que seguem orientando todas as suas ações.

No âmbito do planejamento estratégico, a LIV Saúde mantará como premissa a continuidade do desenvolvimento de novos sistemas e soluções tecnológicas voltados à melhoria da experiência do beneficiário. Esses investimentos visam ampliar a eficiência dos processos, facilitar o acesso aos serviços, aprimorar a gestão do cuidado e assegurar maior agilidade, transparência e qualidade no atendimento, reforçando o comprimisso da Companhia com a inovação e a evolução contínua da assistência prestada.

Tais iniciativas são essenciais para a consolidação da posição da LIV Saúde no setor e para a oferta de uma experiência em saúde cada vez mais eficiente, acessível e centrada no beneficiário.

9. Agradecimentos

O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos e pela superação de desafios relevantes impostos pelo cenário da saúde suplementar. Em um ambiente caracterizado por constantes mudanças e elevada complexidade, a LIV Saúde demonstrou solidez, capacidade de adaptação e crescimento, alcançando resultados expressivos ao longo do período.

Essas conquistas foram viabilizadas pela dedicação, pelo comprometimento e pelo espírito de equipe de nossos colaboradores, que atuaram com profissionalismo, responsabilidade e foco permanente na qualidade da assistência e na melhoria contínua dos processos.

Registramos, de forma especial, nosso agradecimento à confiança depositada por nossos beneficiários, que acreditam em nosso trabalho e são a razão de nossa atuação. O apoio de cada um foi fundamental para a superação dos desafios de 2025 e para que sigamos fortalecidos rumo aos próximos anos, mantendo o comprimisso de cuidar das pessoas com responsabilidade, qualidade e respeito.

Agradecemos sinceramente a todos por fazerem parte desta jornada.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		**34.215.724,41**	**41.694.960,80**
Disponível	**5**	**309.426,89**	**113.390,74**
Realizável	**6**	**33.906.297,52**	**41.581.570,06**
Aplicações Financeiras	6.1	11.374.946,28	9.549.916,66
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		11.374.946,28	9.549.916,66
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		13.448.838,76	12.730.608,48
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6.2	10.349.874,29	10.226.939,52
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		2.798.964,47	2.503.668,96
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora		-	-
Créditos Tributários e Previdenciários	6.3	2.056.779,87	1.743.607,47
Bens e Títulos a Receber	6.4	7.325.732,61	17.557.437,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**12.225.000,00**	**10.469.295,06**
Realizável a Longo Prazo	**7**	**4.558.469,00**	**5.222.397,68**
Aplicações Financeiras		8.000,00	8.000,00
Aplicações Livres	7.1	8.000,00	8.000,00
Títulos e Créditos a Receber	7.2	495.718,85	1.563.687,15
Depósitos Judiciais e Fiscais	7.3	4.018.750,15	3.614.710,53
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo	7.4	36.000,00	36.000,00
Investimentos		**2.032.370,13**	**3.144.025,06**
Participações Societárias pelo Método de Custo		2.032.370,13	3.144.025,06
Imobilizado	**8**	**5.169.261,09**	**1.529.483,84**
Imobilizado de Uso Próprio		4.277.185,42	637.408,17
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		3.761.687,70	31.795,64
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		515.497,72	605.612,53
Outros Imobilizações		892.075,67	892.075,67
Intangível	**9**	474.990,77	573.388,49
TOTAL DO ATIVO		**46.450.815,40**	**52.164.255,86**

	NE	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		**27.468.582,40**	**25.902.472,46**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	17.672.220,89	16.012.430,01
Provisões de Prêmios / Contraprestações		448.066,82	846.330,51
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	10.1	448.066,82	664.533,44
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações		-	181.797,07
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	10.2	2.210.918,91	1.747.707,12
Provisão de Eventos/Sinistros a Liq. para Outros Prestadores	10.3	6.601.318,85	6.975.032,53
Provisão para Eventos/Sinistros Oc. e Não Avisados (PEONA)	10.4	8.411.916,31	6.443.359,85
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		645.427,23	98.145,26
Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.874,19	3.849,73
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		107.187,16	94.295,53
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		536.365,88	-
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Oper.		-	-
Provisões	11	3.714.390,82	4.200.061,22
Provisão para Ações Judiciais		3.714.390,82	4.200.061,22
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	1.563.665,95	2.224.278,50
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	2.213.963,00	1.687.166,67
Débitos Diversos	14	1.658.914,51	1.680.390,80
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**4.171.626,41**	**3.243.355,57**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	443.808,42	527.017,24
Provisões de Prêmios / Contraprestações a Pagar		443.808,42	527.017,24
Provisões		1.261.797,99	0,00
Provisões para Tributos Diferidos		1.261.797,99	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		2.466.020,00	2.716.338,33
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Plano Saúde da Oper.		-	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	**16**	**14.810.606,59**	**23.018.427,83**
Capital Social / Patrimônio Social	16.1	125.826.474,88	121.836.474,88
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.1	8.500.000,00	3.990.000,00
Reservas	16.1	2.278.787,24	335.070,58
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		2.278.787,24	335.070,58
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	16.2	- 121.794.655,53	- 103.143.117,63
TOTAL DO PASSIVO		**46.450.815,40**	**52.164.255,86**

(*) as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	Capital Social / Patrimônio Social	Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**121.836.474,88**	**335.070,58**	**(0,00)**	**(91.568.424,48)**	**30.603.120,98**
Aumento de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	3.990.000,00	-	3.990.000,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	2.022.846,48	2.022.846,48
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(13.597.539,63)	(13.597.539,63)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**121.836.474,88**	**335.070,58**	**3.990.000,00**	**(103.143.117,63)**	**23.018.427,83**
Aumento de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	3.990.000,00	-	- 3.990.000,00	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	8.500.000,00	-	8.500.000,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	240.815,41	240.815,41
Reservas de Reavaliação	-	2.278.787,24	-	-	2.278.787,24
Reclassificação de Saldo	-	- 335.070,58	-	335.070,58	-
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(19.227.423,89)	(19.227.423,89)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**125.826.474,88**	**2.278.787,24**	**8.500.000,00**	**(121.794.655,53)**	**14.810.606,59**

(*) as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. Contexto operacional

A LIV Linhas Inteligentes de Atenção a Vida S/A (LIV Saúde ou Empresa), pessoa jurídica do direito privado, constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ Nº 00.846.662/0001-87, conforme Estatuto e Atas registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35300519949 em 21/08/1995, estabelecida à Avenida Paulista Nº 1079, 7º andar, Bairro Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A LIV Saúde tem como controlador direto o Instituto do Câncer do Ceará - ICC, associação privada, inscrito no CNPJ Nº 07.265.515/0001-62, estabelecido à Rua Papi Junior, Nº 1222, bairro Rodolfo Teófilo, CEP 60.430-230, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.

A Empresa é uma prestadora de serviços, com direção, propriedade e patrimônio próprio, gozando de autonomia administrativa, financeira e técnica, regendo-se pelas disposições do Estatuto, normas internas e as legislações que lhe são aplicadas.

A LIV Saúde tem como objeto a operação de planos de assistência à saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde - ANS, na modalidade de operadora de medicina de grupo, sob o nº 37.928-0.

Para a consecução de seu objetivo a companhia poderá constituir subsidiárias e participar no capital de outras sociedades, conforme Estatuto.

A LIV Saúde, com três décadas de sua criação, possui know-how na área da saúde, com solidez e conhecimento de mercado, oferecendo procedimentos modernos no cuidar dos seus pacientes, sem excessos de custos e com efetividade. Aliando equipes médicas integradas com tecnologia de última geração. Essa é a maneira que a LIV Saúde encontrou para cuidar bem de seus beneficiários.

A LIV Saúde, tem por modelo de negócio o desenvolvimento de produtos relacionados ao mercado de saúde suplementar, com foco no atendimento aos consumidores pertencentes especialmente às classes B, C e D com atuação nacional, regional, estadual e municipal, e ainda redes de distribuição locais.

A presença da LIV Saúde em várias regiões do país, permite-lhe a pulverização de suas receitas recorrentes com maior previsibilidade de seu modelo de negócio, alinhando os novos procedimentos médicos, bem como as inovações tecnológicas da medicina.

A LIV Saúde é uma empresa estruturada sob as melhores práticas de *compliance* e governança corporativa, tendo sua administração exercida por uma diretoria eleita pelos sócios acionistas fundadores.

No âmbito da adoção das melhores práticas de governança corporativa e *compliance*, a LIV Saúde, no exercício de 2025, continuou com a execução do planejamento estratégico fortalecendo sua estrutura operacional, quer seja na contratação de equipe interna, como também contratando assessoria especializada, na busca da excelência dos controles internos e de processos, com vistas ao crescimento de mercado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e as principais práticas contábeis

1. Base de preparação

As demonstrações contábeis elaboradas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas.

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Resolução Normativa 528/2022, divulgada pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

A Administração considera que a Operadora dispõe de recursos financeiros para continuar no mercado de saúde suplementar, alinhado com o Princípio da Continuidade, com o pressuposto que continuará operando no futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras, foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata.

2.2.2. Aplicação financeira vinculada às provisões técnicas - Ativo Garantidor

A aplicação financeira vinculada às provisões técnicas, dedicado ao setor de saúde suplementar, em atendimento a RN - ANS nº 521 de 2023, está disponível em Fundos de Investimentos Dedicados a ANS.

2.2.3. Instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Sociedade determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e contas a receber.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que poder ser realizada da seguinte forma:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos de recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos.

A mensuração subsequente de passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser realizada da seguinte forma:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

b) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no caso da Entidade, compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e débitos de operações de administração de benefícios.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

2.2.3.1. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.4. Contas a receber, Contraprestações a repassar e Provisão para perdas sobre créditos

Nas operações de contraprestações a receber por meio de contratos individuais e contratos coletivos por adesão, a operadora realiza as operações de cobrança dos beneficiários para cobertura dos custos assistenciais. As operações são reconhecidas no ativo "Contas a receber", na contrapartida de "Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhas - PPCNG", sendo reconhecida a receita, na razão *pro rata temporis* correspondente ao período de cobertura.

A inadimplência verificada na carteira de contas a receber da LIV Saúde, considera as mensalidades vencidas há mais de 90 dias, conforme disposto no item 10.2.3.2 do anexo I da RN 528/2022.

A Administração entende que a provisão para créditos duvidosos calculados nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas contábeis adotadas no Brasil, ao IFRS e a resolução da ANS.

2.2.5. Partes relacionadas

De acordo com a seção 9 do CPC 05 (R1), parte relacionada é a pessoa ou sociedade que possui relação com a Entidade que está elaborando as demonstrações contábeis. As transações com as partes relacionadas, tem na sua essência, transferência de recursos, serviços e ou obrigações.

2.2.6. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais.

2.2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.2.8. Empréstimos e financiamentos

São empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As diferenças que por ventura existirem entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de li

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

LIV LINHAS INTELIGENTES DE ATENÇÃO À VIDA S/A

CNPJ Nº 00.846.662/0001-87
Registro ANS Nº 37928-0

LIV SAÚDE

NOTAS EXPLICATIVAS

Clínica LIV Saúde	0,00	15.690.742,16
Outros Bens e Títulos a Receber	0,00	10.534,25
Saldo	**174.426,33**	**16.934.340,64**
Saldo Total	**7.329.732,61**	**17.557.437,45**

Destacando-se nesta conta, temos:

a) Adiantamento a prestadores de serviço: Nessa rubrica, está registrado os adiantamentos concedidos aos prestadores de serviços. Destaca-se o adiantamento concedido ao Hospital Santa Cecília no montante de 5,8 milhões para compensação nas competências seguintes ao encerramento do exercício.

b) Outros créditos ou bens a receber: Destacamos nesse grupo, os depósitos judiciais em que a operadora é compelida a efetuar os depósitos como garantia da ação, sendo o levantamento dessas disponibilidades realizadas após o julgamento do mérito, o que poderá ser revestida para a operadora ou para a parte reclamante. Destacamos ainda, que o montante de 15,6 milhões evidenciados da relação da LIV Saúde (controladora) com a CLÍNICA LIV (controlada), relativo a partes relacionadas, foi transferido para o Ativo Não Circulante, como aporte de capital da controlada, que no final do exercício foi consolidado pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP; a mensuração do investimento da Controladora na Controlada.

7. Realizável a longo prazo

7.1. Aplicações Financeiras - Títulos de Capitalização e Caução Imobiliário

Evidenciamos as garantias oferecidas pela Operadora, quando de locação de imóveis, sendo realizado por meio de Títulos de Capitalização e Caução Imobiliários, cujo resgate ocorrerá no final do contrato de locação. O montante evidenciado na posição de 31/12/2025 totaliza o valor de R$ 44.000,00.

7.2. Títulos e Créditos a Receber

	2025	2024
Outros Títulos a Receber	495.718,85	1.563.687,15
Total	**495.718,85**	**1.563.687,15**

Evidenciamos nesse grupo o valor em que a Operadora tem a receber da SICARD, objeto do acordo comercial firmado na aquisição do empreendimento em 2018. No exercício de 2025, observa-se uma redução de 68,30% no saldo em relação a 2024.

7.3. Depósitos judiciais e fiscais

Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	**2025**	**2024**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN Próprio	3.606.710,53	3.606.710,53
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhista	10.000,00	8.000,00
Depósitos Judiciais – Eventos/Sinistros	402.039,62	0,00
Total	**4.018.750,15**	**3.614.710,53**

Nesse Grupo, registra-se o montante relativo aos depósitos judiciais realizados em decorrência do ISSQN Próprio, o qual foi judicializado a base cálculo do tributo, conforme Processo Nº 013.483431.2019.8060001, a qual a Operadora é a promovente contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza. A Operadora já teve decisão favorável ao pleito, estimando que no exercício seguinte seja realizado o levantamento dos depósitos em favor da Operadora, ao tempo que se fará o encontro de contas com a obrigação constituída no Passivo. Afirmamos que durante o curso do processo, a Operadora foi compelida a realizar os depósitos judiciais até fevereiro de 2023 em que por determinação da Justiça, o depósito judicial, considerava a alíquota da atividade sobre o total das Contraprestações Líquidas declaradas junto a Prefeitura de Fortaleza. Destacamos que a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da edição do Decreto 15.854/2003, alterou a base de cálculo do ISS para as operadoras, permitindo a dedução dos eventos indenizáveis.

7.4. Investimentos

Nesse Grupo, registra-se o montante de R$ 2.032.370,13, que corresponde a equivalência patrimonial da LIV Saúde (controladora) com a CLÍNICA LIV (controlada), na posição de 31/12/2025, cujo reflexo está evidenciado no Patrimônio Líquido da Controlada.

8. Imobilizado

O imobilizado da Operadora, está constituído por todo acervo de bens remanescente e adquiridos no exercício de 2025.

No exercício, embasado nas premissas da NBC, foram examinados os registros do imobilizado da operadora, no que se aplica aos testes de redução ao valor recuperável dos ativos, compreendendo o exercício de 2025, bem como ainda em conjunto com a administração da empresa e setores correlatos, a fim de se definir o potencial de geração de receita advinda dos investimentos e consequente valor residual contábil. Foi definido para análise dos testes de recuperabilidade, as unidades geradoras de caixa, assim definidas como: bens médicos hospitalares, móveis e utensílios e maquinário e equipamentos em conformidade ao que estabelece o item 68 do CPC 01 (R1), em que, em sua descrição, afirma que, quando a empresa não puder determinar o valor recuperável de um ativo, fica ao seu critério determinar uma unidade geradora de caixa.

A Entidade adotava o Método do Valor Justo para se chegar ao valor recuperável dos bens, conforme estabelece o item 67 do CPC 01 (R1). Considerando os valores contábeis dos testes e a natureza da Entidade, a adoção do Método do Valor em Uso era inviável não apresentando sinergia com as operações da empresa, haja vista que os investimentos não estavam ligados diretamente na geração de caixa do negócio, restando assim somente o primeiro teste para obtenção de resultados.

Por fim, a Entidade como conhecedora do seu negócio e da alocação e destinação de seu imobilizado, previa que todas as suas unidades geradoras de caixa não sofriam depreciação acelerada por fatores externos e de uso e seguindo as instruções contidas no CPC 01 (R1) e em consonância aos testes aplicados na data base estabelecida pela empresa, não havendo necessidade de os bens serem reduzidos ao seu valor recuperável, pois tal valor não foi menor que seu valor contábil.

Mesmo com as evidências satisfatórias aos enunciados acima, a Operadora no exercício 2025, contratou a empresa Ethics, especializada em levantamento de acervo de imobilizado para que fosse realizado o *impairment*. O trabalho foi realizado tanto na LIV Saúde como na CLÍNICA LIV, com a data focal de 28/02/2025, onde o resultado do trabalho foi de unificação dos acervos, sendo demonstrado na LIV Saúde.

ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO) - 28/02/2025 - TEST DE IMPAIRMENT

Conta Contábil	Descrição	Valor Contábil	(-) Depreciação / Amortização	Valor Contábil Líquido	Valor justo líquido de despesa de venda	Valor em Uso	(-) Perda por Recuperabilidade ou AVP - Fevereiro - 2025
HOSPITALARES/ODONTOLÓGICOS							
133219014	Móveis e utensílios	346.736,56	(345.851,56)	885,00	573.200,10	649.626,78	**648.741,78**
133219012	Máquinas e equipamentos	1.333.943,14	(1.184.906,13)	149.037,01	2.868.642,00	3.251.127,60	**3.102.090,59**
133219013	Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	280.549,48	(280.549,48)	-	419.175,00	475.065,00	**475.065,00**
NÃO HOSPITALARES/ODONTOLÓGICOS							
133229012	Máquinas e equipamentos	809.053,36	(693.094,06)	115.959,30	105.232,50	119.263,50	**3.304,20**
133229013	Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	761.467,87	(698.107,04)	63.360,83	114.462,00	129.723,60	**66.362,77**
133229014	Móveis e utensílios	1.397.947,99	(915.164,36)	482.783,63	180.792,00	204.897,60	**(277.886,03)**
133229015	Veículos	295.680,98	(295.680,98)	-	13.050,00	14.790,00	**14.790,00**
Totais		**5.225.379,38**	**(4.413.353,61)**	**812.025,77**	**4.274.553,60**	**4.844.494,08**	**4.032.468,31**

Conta Contábil	Descrição	Valor Contábil	(-) Depreciação / Amortização	Valor Contábil Líquido	Valor justo líquido de despesa de venda	Valor em Uso	(-) Perda por Recuperabilidade ou AVP - Outubro - 2025
NÃO HOSPITALARES/ODONTOLÓGICOS							
133229012	Máquinas e equipamentos	810.404,64	(670.760,36)	139.644,28	105.232,50	119.263,50	**(20.380,78)**
133229014	Móveis e utensílios	1.408.056,39	(982.365,98)	425.690,41	180.792,00	204.897,60	**(220.792,81)**
Totais		**2.218.461,03**	**(1.653.126,34)**	**565.334,69**	**286.024,50**	**324.161,10**	**(241.173,59)**

O resultado do *impairment* importou no ajuste líquido de R$ 3.540.585,23, cujo montante está evidenciado na Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

A composição do imobilizado na posição de 31/12/2025, é demonstrado ao custo de aquisição, sendo destacado em rubrica separada o Ajuste de Variação Patrimonial. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais.

Descrição	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo 2025	Custo 2024
Imobilizado de uso próprio - Hospitalares/ Odontológicos			
Máquinas e Equipamento	10%	2.792.140,16	0,00
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	20%	405.621,68	0,00
Móveis e Utensílios	10%	563.925,86	31.795,64
Saldo		**3.761.687,70**	**31.795,64**
Imobilizado de uso próprio - Não Hospitalares/ Odontológicos			
Instalações Administrativas	10%	93.214,34	194.354,54
Máquinas e Equipamento	10%	94.116,10	0,00
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	20%	141.771,91	42.516,51
Móveis e Utensílios	10%	173.758,63	368.741,48
Veículos	20%	12.636,71	-
Saldo		**515.497,72**	**605.612,53**
Outras Imobilizações - Não Hospitalares/ Odontológicos			
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	892.075,67	892.075,67
Outras imobilizações	-	-	-
Saldo		**892.075,67**	**892.075,67**
Saldo Total		**5.169.261,09**	**1.529.483,84**

9. Intangível

Descrição	Custo 2025	Custo 2024
Intangível - Hospitalares/ Odontológicos		
Aquisição de Carteira - Gamec	0,00	0,00
Sistema de Computação	379.480,00	474.349,96
Saldo	**379.480,00**	**474.349,96**
Intangível - Não Hospitalares/ Odontológicos		
Sistema de Computação	14.110,77	17.638,53
Marcas Comerciais	21.400,00	21.400,00
Outros Ativos Intangíveis	60.000,00	60.000,00
Saldo	**95.510,77**	**99.038,53**
Saldo Total	**474.990,77**	**573.388,49**

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Nesse Grupo, destacamos a composição das provisões técnicas, constituídas em obediência ao regime da competência e aos atos normativos da ANS. As provisões técnicas evidenciadas no passivo circulante e não circulante refletem a cobertura de risco, objetivando dimensionar as obrigações futuras da operadora. São elas:

Descrição	2025	2024
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	448.029,57	845.208,57
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	2.210.918,91	1.747.707,12
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	2.306.904,23	2.519.403,41
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	8.411.916,31	6.443.359,85
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	4.294.414,61	4.455.629,12
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha	37,25	1.121,94
Saldo Total	**17.672.220,89**	**16.012.430,01**
Circulante	17.672.220,89	16.012.430,01
Não Circulante	443.808,42	527.017,24
Saldo Total	**18.116.029,31**	**16.539.447,25**

Demonstramos no quadro abaixo as movimentações incorridas na constituição e reversão das provisões técnicas.

	PPCNG/PIC	SUS	PEL	PEONA	TOTAL
Saldos em 31/12/2024	**846.330,51**	**2.274.724,36**	**6.975.032,53**	**6.443.359,85**	**16.539.447,25**
Constituições	115.343.037,77	4.153.431,68	191.904.398,70	2.629.570,91	314.030.439,06
Reversões	-	-	-	-	-
Baixas/Pagamentos	(115.741.301,46)	(3.773.428,71)	(192.278.112,38)	(661.014,45)	(312.453.857,00)
Saldos em 31/12/2025	**448.066,82**	**2.654.727,33**	**6.601.318,85**	**8.411.916,31**	**18.116.029,31**

10.1. Provisão de prêmio/contraprestação

Nesse Grupo, está evidenciado a Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhos - PPCNG bem como a Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC. A PPCNG refere-se a parcela da contraprestação relativa ao período de risco e/ou cobertura ainda não decorridos, conforme IV do art. 3º da RN ANS 393/2015. A medida que a cobertura contratual é decorrida no tempo, a operadora reconhece a parcela da cobertura como receita. A PIC refere-se à insuficiência de contraprestações/ prêmios para cobertura de eventos/sinistros a ocorrer, quando contratada, de acordo com IV-A do art. 3º da RN ANS 393/2015.

Do montante de R$ 448.066,82, a PPCNG constituída na posição de 31/12/2025 foi de R$ 381.913,44, referente aos contratos individuais e R$ 66.153,38 referente aos contratos coletivos.

10.2. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS

Nesse Grupo, a composição da Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar - PEL - SUS, está evidenciado da seguinte forma:

a. Débitos evidenciados no Passivo Circulante, totaliza o montante de R$ 2.210.918,91;

b. Débitos evidenciados no Passivo não Circulante, totaliza o montante de R$ 443.808,42;

c. Avisos de beneficiários identificados: assistência prestada ao beneficiário da operadora atendido na rede do Sistema Único de Saúde - SUS e ainda não cobrado, finalizando 2025 com R$ 1.411.867,59;

d. Débitos parcelados: distribuídos entre circulante (R$ 799.051,32) e não circulante (R$ 443.808,42) já cobrados pelo SUS e parcelados pela operadora.

10.3. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais

Nesse Grupo, a composição da Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar - PEL dos prestadores de serviços, está evidenciado pelo regime de competência incluindo os valores de despesas ocorridas e reconhecidas no resultado. Abaixo, demonstramos a segregação do valor provisionado.

	2025
A Vencer	4.086.836,31
Vencidos	
Vencidos de 1 a 30 dias	1.496.174,42
Vencidos de 31 a 60 dias	117.884,38
Vencidos de 61 a 90 dias	200.666,37
Vencidos de 91 a 120 dias	235.505,79
Vencidos a mais de 120 dias	464.251,57
Saldo Total	**6.601.318,85**

10.4. Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisadas - PEONA

Nesse Grupo, a composição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados tem a sua constituição realizada por metodologia própria, RN 393/2015. A PEONA refere-se a uma estimativa do montante de eventos/sinistros ocorridos e que até o encerramento do exercício não tenham sido avisados a operadora. Nesse exercício o montante evidenciado para a PEONA é de R$ 8.411.916,31.

11. Provisões

Durante o exercício de 2025, a entidade está exposta a riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, para quais, a entidade constitui provisões a fim de se resguardar do resultado dessas ações no futuro.

EVENTOS CLASSIFICADOS COMO PROVAVELMENTE

Tipo de Evento	Saldo Inicial	Adição	Redução	Saldo Final
Ações Cíveis	2.522.583,06	-	131.949,59	2.390.633,47
ANS	1.677.478,16	-	353.720,81	1.323.757,35
TOTAL	**4.200.061,22**	**-**	**485.670,40**	**3.714.390,82**

De acordo com as informações prestadas pela assessoria jurídica, o montante de R$ 3,7 milhões é o risco da Companhia para os processos que poderão ser julgados procedentes em favor do reclamante. A Companhia por meio de sua assessoria, tem envidado esforços no sentido de provar junto ao Órgão regulador a não procedência das infrações e a consequente nulidade da penalidade pecuniária. Observa-se que no curso do exercício, vários processos tiveram a sua classificação de risco alterada, onde a Operadora foi beneficiada, apresentando uma reversão da provisão no montante de R$ 485.670,40.

EVENTOS CLASSIFICADOS COMO POSSIVELMENTE

Tipo de Evento	Valor
Ações Administrativas	22.975,01
Ações Cíveis	19.550.963,81
Ações Trabalhistas	1.373.103,17
Ações Tributárias	9.641.601,40
ANS	4.292.563,88
TOTAL	**34.881.207,27**

Para os processos que estão transitando em juízo com prognóstico de possivelmente, a assessoria jurídica destacou o montante de R$ 34,8 milhões, dos quais a maioria dos processos são de ações com obrigação de fazer, quer seja de procedimentos não acobertados pelo plano de saúde com pedido de indenização; ações de cobranças indevidas alegadas pelo reclamante; autos de infração fiscal, entre outros tipos, mas todas com possibilidade de não prosperar em condenação contra a reclamada.

12. Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2025	2024
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		
Tributos e Contribuições	868.778,64	1.535.388,53
Outros Tributos e Contribuições	-	-
Retenções de Imposto e Contribuições	454.596,31	448.598,97
Parcelamento de Tributos e Contribuições	240.291,00	240.291,00
Saldo Total	**1.563.665,95**	**2.224.278,50**
Circulante	1.563.665,65	2.224.278,50
Não circulante	-	-
Saldo Total	**1.563.665,65**	**2.224.278,50**

Neste grupo destacamos:

a) ISS a recolher: O montante evidenciado nessa rubrica é de R$ 565.271,34 relativo ao ISS devido à Prefeitura Municipal de Fortaleza. A obrigação está sendo constituída deduzindo os eventos indenizáveis das contraprestações líquidas. Para a atividade de Operadora de Plano de Saúde, no Município de Fortaleza, a alíquota do ISSQN é de 2%, conforme o Código Tributário do Município de Fortaleza. Enfatizamos que a constituição dessa obrigação, está diretamente vinculada ao resultado da discussão judicial, conforme Nota Explicativa 7.3;

b) COFINS e PIS a recolher: Pelo regime da cumulatividade e em conformidade com a Lei 9.718/1998, e suas alterações, a LIV apura estes tributos com a dedução de provisões técnicas e efetivo pagamento dos eventos ocorridos. O saldo a ser realizado no exercício seguinte ao mês de dezembro/2025 é de R$ 9.489,39;

c) Retenções de impostos: Valores retidos em decorrência à substituição tributária, cuja responsabilidade pelo repasse ao governo é da LIV Saúde. Os valores retidos referem-se a IRRF, COFINS, PIS e CSLL, teve como obrigação constituída o montante de R$ 454.596,13;

d) Contribuições Previdenciárias e FGTS: Valor no montante de R$ 294.017,91, refere-se as contribuições previdenciárias e o FGTS dos funcionários da Entidade que serão realizados no início do exercício seguinte.

e) Parcelamentos de tributos e contribuições: Valor no montante de R$ 240.291,00, refere-se exclusivamente a valores de multas administrativas junto a ANS, que estão em processo de negociação.

13. Empréstimos e Financiamentos

Evidencia-se nesse grupo, na posição de 31/12/2025, o montante de R$ 4.679.983,00, referente a captação de recursos financeiros concedido a Empresa, pelo sistema bancário. O montante está evidenciado no curto prazo pelo valor de R$ 2.213.963,00 e no longo prazo pelo valor de R$ 2.466.020,00.

14. Débitos diversos

Nesse Grupo, está evidenciado as obrigações de curto prazo e longo prazo da Operadora, relacionadas com a operacionalização administrativa. Abaixo temos o desmembramento desta rubrica:

Descrição	2025	2024
Débitos Diversos		
Obrigações com Pessoal	1.366.245,31	1.332.470,07
Fornecedores	276.390,27	335.943,73
Débitos com Aquisição de Carteira	-	-
Outros Débitos a Pagar	16.278,93	11.977,00
Saldo Total	**1.658.914,51**	**1.680.390,80**

14.1 Fornecedores

Nesse Grupo, destacamos as obrigações da Operadora, relacionadas com os serviços técnicos. Como relevante, destacamos a obrigação constituída de fornecedores no montante de R$ 276.390,27, sendo desse montante, o valor de R$ 141.630,88, decorrente dos fornecedores gerais da entidade. Ressaltamos nesse grupo, o cumprimento da exigibilidade na ordem de 51%.

15. Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde - SUS

Nesse Grupo, destacamos as Provisões de Eventos e Sinistros a Liquidar para SUS, no montante de R$ 443.808,42, que comparativamente ao exercício anterior apresentou um declínio de 18,17%.

16. Patrimônio Líquido

16.1 Capital social, AFAC e Reserva de Capital

Nesse Grupo, destacamos o Capital Social da LIV Saúde, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 125.826.474,88, divididos em 125.826.474,88 ações ordinárias, conforme disposto no capítulo II de seu Estatuto.

Registra-se que durante o exercício de 2025, a Entidade evidenciou um montante de R$ 8.500.000,00 na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, com efetivação da integralização prevista para fevereiro/2026.

16.2 Lucros/Prejuízos acumulados

Nesse Grupo, está evidenciado a movimentação dos resultados da Operadora, que acumula no período o montante de R$ 121,8 milhões conforme discriminado abaixo:

Descrição	2025	2024
Lucros/Superávits Acumulados	-	484.018,09
Prejuízos/Déficits Acumulados	(102.567.231,64)	(89.545.578,00)
Resultado do Exercício	(19.272.423,89)	(13.597.539,63)
Saldo Total	**(121.794.655,53)**	**(103.143.117,63)**

17. Resultado do Exercício

O Resultado do Exercício da Operadora em 2025, apresenta um prejuízo líquido no montante de R$ 19.227.423,89, decorrente de suas operações assistenciais, administrativas e financeiras, sendo mais relevante na composição do resultado as despesas assistenciais decorrentes dos eventos indenizáveis líquidos. Os acionistas entendem que o resultado apresentado pela Companhia, reflete a agressividade do mercado de saúde suplementar, onde requer o aporte de capital, para fazer jus ao custeio assistencial.

17.1 Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde

Nesse Grupo, está evidenciado as contraprestações efetivas, reconhecidas pelo regime de competência, sendo o seu reconhecimento realizado de acordo com a cobertura assistencial pro rata tempore. As contraprestações efetivas representam as receitas da operadora evidenciadas pelo valor nominal.

No exercício de 2025, registra-se o montante de R$ 261.630.375,17 de contraprestações líquidas, composto por plano individual, coletivo empresarial e coletivo por adesão, deduzido dos tributos diretos, conforme segue:

	2025	2024
Receitas com Operação de Assistência à Saúde - Individual	**25.571.728,29**	**23.777.418,99**
Receitas com Operação de Assistência à Saúde - Coletivo	**242.305.578,57**	**223.738.182,04**
Coletivo Empresarial	241.093.647,67	221.904.234,54
Coletivo por Adesão	1.211.930,90	1.833.947,50
(-) Tributos Diretos	(6.246.931,69)	(6.794.132,71)
Saldo Total	**261.630.375,17**	**240.721.468,32**

17.2 Variações das Provisões Técnicas - Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIC

Em consonância com a RN ANS 393/2015, a Operadora passou a reconhecer no exercício, as variações positivas e negativas, vinculadas a Provisão de Insuficiência de Prêmio - PIC, evidenciando na posição de 31/12/2025 o montante de R$ 181.797,07.

17.3 Eventos indenizáveis líquidos

Nesse Grupo, evidencia custo da operadora, pelos eventos indenizáveis líquidos representando as despesas incorridas com os beneficiários, reconhecidas pelo regime de competência, atinente ao uso da cobertura contratual.

O sinistro de maior representatividade dentro do grupo de despesas com eventos é o coletivo empresarial, representando 94% do total das despesas, conforme tabela:

	2025	2024
Despesas com Eventos Conhecidos - Individual	(21.919.463,82)	(19.501.509,04)
Despesas com Eventos Conhecidos - Coletivo Empresarial	(207.390.570,55)	(187.442.102,66)
Despesas com Eventos Conhecidos - Coletivo por Adesão	(1.395.880,62)	(1.809.654,63)
(-) Glosas	5.566.562,84	6.230.609,27
(-) Recuperação por Coparticipação	6.913.238,80	5.949.449,95
Ressarcimento ao SUS	(1.501.841,84)	2.290.543,17
Variação da PEONA	(1.968.556,46)	(2.947.349,98)
Saldo Total	**(221.696.511,85)**	**(197.230.019,92)**

17.4 Despesas Administrativas

	2025	2024
Despesas com Administração	-	975.493,07
Despesas com Empregados	8.295.335,88	8.003.437,36
Despesas com Indenizações	165.081,40	157.454,38
Despesas com Encargos Sociais	3.002.454,99	3.199.764,35
Despesas com Assistência Social	1.235.405,58	1.123.938,52
Despesas com Formação Profissional	19.645,26	23.329,23
Alimentação ao Trabalhador	948.566,58	848.435,66
Despesas com Transporte de Empregados	306.477,00	307.207,75
Outras Despesas com Pessoal Próprio	347.110,56	343.985,37
Remuneração por Serviços de Terceiros	9.218.832,31	6.171.645,67
Despesas com Localização e Manutenção	1.716.810,33	1.605.172,55
Despesas com Utilização de Equipamentos e Veículos	346.560,80	347.944,85
Despesas com Bens de Uso Próprio	362.898,68	299.632,46
Outras despesas com Localização e Funcionamento	740.286,35	589.812,87
Publicidade e Propaganda	515.272,04	1.749.584,63
Impostos	127.049,87	114.799,71
Contribuições	92.464,41	147.722,11
Taxa de Saúde Suplementar	81.492,01	4.659,06
Multas Administrativas	565.291,52	224.919,87
Despesas Diversas	1.386.820,72	2.140.146,70
Saldo Total	**29.473.856,29**	**28.379.086,17**

17.5 Resultado Financeiro Líquido

Receitas Financeiras	**2025**	**2024**
Receitas com Títulos de Renda Fixa Privados	1.078.655,65	846.998,59
Receitas por Recebimentos em Atraso	210.812,71	397.768,33
Receitas Financeiras Diversas	265.927,73	1.034.765,30
Outras Receitas Financeiras	915,63	86.815,67
Saldo	**1.556.311,72**	**2.366.347,89**
Despesas Financeiras		
Despesa Financeira com Empréstimos	(822.548,23)	(1.819.635,43)
Despesa de Ajuste a Valor Presente	(343.512,20)	(3.222.330,75)
Despesas Financeiras com Operações de Assistência à Saúde	(56.391,76)	(54.656,03)
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	-	(454,74)
Despesas por Pagamentos em Atraso	(141.732,03)	(202.027,69)
Despesas com Impostos e Contrib. sobre Transações Financeiras	(5.623,09)	(72.028,36)
Despesas Financeiras Diversas	(1.743.531,61)	(2.949.998,88)
Saldo	**(3.113.338,92)**	**(8.321.131,88)**
Saldo Líquido	**(1.557.027,20)**	**(5.954.783,99)**

17.6 Resultado Patrimonial

No exercício a Operadora realizou o ajuste patrimonial pelo método da equivalência patrimonial, tendo como resultado a evidenciação de R$ 16.650.799,49 na rubrica de Despesas Patrimoniais. O ajuste foi necessário em razão da redução do capital da Clínica LIV ao longo dos últimos 6 anos. O resultado do investimento da LIV Saúde (Controladora) na Clínica LIV (controlada) está demonstrado na Nota Explicativa nº 7.4.

18. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	(19.227.423,89)	(13.597.539,63)
Depreciação e amortização	461.296,40	299.632,46
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(181.797,07)	(1.037.909,44)
Provisão para perdas sobre créditos	1.377.091,88	2.639.273,31
Rendimento de aplicação financeira	(1.078.655,65)	(2.366.347,89)
Variações que afetaram ao resultado positivamente	8.011.942,49	8.283.008,68
Variações que afetaram ao resultado negativamente	-	-
Lucro Líquido Ajustado	**(10.637.545,84)**	**(5.779.882,51)**
(Aumento) diminuição das contas do ativo:		
Contraprestações pecuniárias a receber	(418.230,28)	(463.763,79)
Aplicações financeiras	(1.825.029,62)	(96.775,15)
Créditos tributários e previdenciários	(313.172,40)	(194.766,81)
Bens e títulos a receber	10.231.704,84	7.867.315,54
Depósitos judiciais	(404.039,62)	300,00
Títulos e créditos a receber	1.067.968,30	(1.563.687,15)
Outros créditos	-	(36.000,00)
	8.339.201,22	**5.512.622,64**
Aumento (diminuição) das contas do passivo:		
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	1.576.582,06	2.911.615,28
Débitos de operações de assistência a saúde	547.281,97	(80.118,80)
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	276.478,00	-
Tributos e contribuições a recolher	(660.612,55)	490.504,16
Provisões para ações judiciais	(485.670,40)	1.017.348,58
Provisões para Tributos Diferidos	1.261.797,99	-
Débitos diversos	(21.476,29)	(4.096.018,72)
	2.494.380,78	**243.330,50**
Caixa gerado pelas operações	**196.036,16**	**(23.929,37)**

19. Patrimônio Mínimo Ajustado

O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, é calculado conforme estabelecido pela ANS na RN Nº 569, sendo a sua constituição, representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator 'K', definido pelo enquadramento da operadora quanto a sua classificação, segmentação, região de comercialização (Anexo I da RN 569) e pelo capital base estabelecida pela ANS.

A seguir, a demonstração da composição do PMA

Apuração do Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

Descrição	Ano base: 2025
Classificação	Medicina de grupo
Segmentação	ST
Região de comercialização	5
Fator 'K':	18,06%
Capital base	12.328
PATRIMÔNIO MÍNIMO EXIGIDO (PME)	2.226
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	14.336
Situação de PME: suficiente em:	**12.110**

20. Capital Circulante Líquido (CCL)

O Capital Circulante Líquido - CCL representa o total de recursos de curto prazo disponíveis para financiamento das atividades da empresa. Ao final de 2025 a LIV Saúde apresentou um CCL positivo em R$ 6.747.142,01. Consequentemente a liquidez corrente da operadora é positiva em 1,2456, conforme demonstrado abaixo:

Capital Circulante	**2024**
Ativo Circulante	34.215.724,41
Passivo Circulante	27.468.582,40
Situação do Capital Circulante	**6.747.142,01**
Índice de Liquidez Corrente	**1,2456**

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há evidências de eventos subsequentes relevantes até a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras.

22. INDICADORES FINANCEIROS

Os indicadores financeiros da Companhia, tem por objetivo demonstrar e avaliar a capacidade financeira, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros. Os índices deste grupo mostram a base da situação financeira, os quais destacamos:

ÍNDICES E LIQUIDEZ EM 2025	
Liquidez Corrente	
Ativo Circulante	34.215.724,41
Passivo Circulante	27.468.582,40
Liquidez Corrente	**1,2456**
Liquidez Geral	
Ativo Circulante + Realizável a LP	38.774.193,41
Passivo Circulante + Exigível a LP	31.640.208,81
Liquidez Geral	**1,2255**
Liquidez Seca	
Ativo Circulante - Estoques	34.215.724,41
Passivo Circulante	27.468.582,40
Liquidez Seca	**1,2456**
Composição do Endividamento	
Passivo Circulante	27.468.582,40
Capitais de Terceiros (PC + PNC)	31.640.208,81
Participação de Capital de Terceiros	**0,8682**
Participação de Capital de Terceiros Imediato (CT/PL)	
Capitais de Terceiros (PC)	27.468.582,40
Patrimônio Líquido	14.810.606,59
Participação de Capital de Terceiros	**1,8547**
Capital de Giro - CGL	
Ativo Circulante	34.215.724,41
Passivo Circulante	27.468.582,40
Capital de Giro - CGL	**6.747.142,01**
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	**33.686.931,83**
RESULTADO BRUTO COM AS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	**31.617.354,80**

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2025

DIRETORIA

Pedro Menelau Gonçalves da Silva
Diretor Presidente

Leonardo Rosário de Alcântara
Diretor Superintendente

CONTADOR
Sérgio de Melo Duarte
CPF Nº 244.606.133-87
CRC CE009566/O-S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDEN

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras das pessoas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SÁBADO À SEGUNDA-FEIRA, 28/02, 1 E 2 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 11.696.857/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 *(em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	4	16.438	3.786
Aplicações financeiras	4	669	4.273	90.840	90.955
Contas a receber	5	2.739	2.614	69.943	65.727
Estoques		–	–	58	68
Impostos a recuperar	6	7.234	5.130	26.608	25.111
Dividendo a receber	14	17.953	26.183	–	–
Despesas antecipadas		–	–	6.161	3.838
Outras Contas a Receber		–	–	1.619	7.121
		28.599	**38.205**	**213.891**	**196.642**
Não Circulante					
Depósitos Judiciais		–	–	322	322
Outras contas a receber		–	–	19.746	19.832
Partes relacionadas	14	4.368	17.948	–	–
Ativo fiscal diferido	15	8.729	9.207	10.699	11.383
Investimentos	7	769.424	802.865	–	–
Imobilizado	8	24	–	1.500.389	1.565.232
Intangível	9	–	–	17.756	20.121
		782.545	**830.020**	**1.548.912**	**1.616.869**
Total do Ativo		**811.144**	**868.225**	**1.762.802**	**1.813.731**

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	11	2.800	2.620	23.412	17.586
Financiamentos	12	–	–	31.104	28.442
Debêntures	12	–	–	46.091	45.791
Obrigações tributárias		59	68	12.057	11.598
Obrigações Trabalhistas		49	131	1.236	1.294
Dividendo a pagar	14	29.173	38.470	30.927	40.148
Partes relacionadas		2.770	2.770	–	–
Arrendamentos a pagar	10	–	–	5.918	5.669
Contas a pagar	13	580	614	38.225	3.819
		35.431	**44.673**	**188.970**	**154.348**
Não circulante					
Fornecedores	11	–	–	131	131
Financiamentos	12	–	–	202.308	229.146
Debêntures	12	–	–	230.456	275.514
Obrigações tributárias		–	–	4.812	5.068
Provisão para desmobilização	10	–	–	10.340	9.641
Provisão para demandas judiciais	16	–	–	187	8
Arrendamentos a pagar	10	–	–	73.460	76.727
Contas a pagar	13	–	–	107.530	642
		–	–	**629.224**	**596.878**
Patrimônio líquido	17				
Capital social		641.213	641.213	641.213	641.213
Reservas de lucros		134.500	182.339	134.500	182.340
		775.713	**823.552**	**775.713**	**823.552**
Participação não controladores		–	–	168.096	238.953
		775.713	**823.552**	**943.808**	**1.062.505**
Total do passivo e patrimônio líquido		**811.144**	**868.225**	**1.762.802**	**1.813.731**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de vendas	18	30.811	29.518	762.333	705.659
(-) Custo das produtos vendidos	18	(30.635)	(28.875)	(398.496)	(301.070)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**176**	**643**	**363.837**	**404.589**
(+/-) Despesas/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	19	(13.073)	(20.753)	(34.977)	(41.005)
Resultado de equivalência patrimonial	7	128.118	173.127	–	–
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	(5.534)	(3.271)	(1.549)	20.724
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**109.687**	**149.747**	**327.311**	**384.308**
Receitas financeiras	20	13.718	12.872	19.754	31.159
Despesas financeiras	20	(93)	(160)	(70.942)	(71.733)
(=) Resultado financeiro líquido		**13.625**	**12.712**	**(51.188)**	**(50.582)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**123.312**	**162.458**	**276.123**	**333.726**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	21	–	–	(75.101)	(71.389)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	(478)	(478)	(519)	(12.941)
(=) Lucro líquido do exercício		**122.834**	**161.980**	**200.503**	**249.395**
Lucro líquido por ação		**0,207**	**0,272**	**0,338**	**0,419**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		–	–	122.834	161.980
Acionistas não controladores		–	–	77.669	87.416
		–	–	**200.503**	**249.395**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
(=) Lucro líquido do exercício	122.834	161.980	200.503	249.395
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**122.834**	**161.980**	**200.503**	**249.395**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	–	–	122.834	161.980
Acionistas não controladores	–	–	77.669	87.416
	–	–	**200.503**	**249.395**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Ações de tesouraria	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**643.706**	–	**27.966**	**232.776**	–	**904.448**	–	**1.114.228**
Ações de tesouraria		–	(2.493)	–	–	–	(2.493)	–	(2.493)
Lucro líquido do exercício	17.c	–	–	–	–	161.980	161.980	–	249.395
Reserva legal	17.b	–	–	8.099	–	(8.099)	–	–	–
Dividendos propostos	17	–	–	–	–	(38.470)	(38.470)	(7.344)	(45.814)
Dividendos adicional		–	–	–	–	(201.913)	(201.913)	(57.923)	(259.836)
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	115.411	–	–	–
Juros sobre capital Próprio	20	–	–	–	–	–	–	(12.975)	(12.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**643.706**	**(2.493)**	**36.065**	**146.274**	–	**823.552**	**238.953**	**1.062.505**
Ações de tesouraria		–	2.493	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	17.c	–	–	–	–	122.834	122.834	77.669	**200.503**
Reserva legal	17.b	–	–	6.142	–	(6.142)	–	–	–
Dividendos propostos	17	–	–	–	–	(29.173)	(29.173)	(6.526)	**(35.699)**
Dividendos adicional	17	–	–	–	(141.500)	(141.500)	(127.297)	**(268.797)**
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	87.519	(87.519)	–	–	–
Juros sobre capital Próprio	20	–	–	–	–	–	–	(14.704)	(14.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**641.213**	–	**42.207**	**92.293**	–	**775.713**	**168.096**	**943.808**

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - % 2025	2024
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torre de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Bancos conta movimento	3	4	16.438	3.786
Aplicações financeiras (a)	669	4.273	90.840	90.955
	672	**4.277**	**107.278**	**94.741**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,35% a.a. em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Contas a receber (a)	2.739	2.614	69.943	65.727
	2.739	**2.614**	**69.943**	**65.727**

(a) O "Contas a receber" da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
PIS retido na fonte **(a)**	1	–	3.236	2.673
COFINS retido na fonte **(a)**	3	3	14.611	12.119
IR retido na fonte **(b)**	6.876	4.933	7.056	9.793
IRPJ Estimativa **(c)**	250	137	1.265	137
CSLL Estimativa **(c)**	100	52	100	52
IRPJ e CSLL a recuperar **(c)**	–	–	144	228
Outros impostos a recuperar	4	4	196	109
	7.234	**5.130**	**26.608**	**25.111**

(a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento do receita de venda de energia; **(b)** Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio; **(c)** Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. INVESTIMENTO

	Controladora 2025	Controladora 2024
Saldo inicial	**802.865**	**791.640**
(+) Reconhecimento de dividendos (a)	(140.655)	(137.643)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	141.600	185.024
(-) Recebimento dos juros sobre capital próprio	(13.483)	(11.897)
(-/-) Ajuste de equivalência de dividendos desproporcional das ações	(4.357)	(2.125)
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores	–	–
(-) Amortização dos lucros não realizados	1.407	1.407
(+) Aporte / Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–
(-) Dividendos propostos (b)	(17.953)	(33.091)
(=) **Total do Movimentação de Investimento**	**769.424**	**802.865**
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	26.183	31.135
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	127.173	131.653
Total de Investimento	**153.356**	**162.788**

(a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R$153.356,00 mil, dente valor R$127.143 referem-se a dividendos adicionais de 2025, R$26.183 mil referem-se a dividendos propostos de 2024 recebidos no exercício de 2025. (b) Dividendos propostos de conforme estatuto de suas controladas; e (c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Patrimônio líquido	Lucro não realizado/ AFAC	Participação no Capital	Participação Lucro/Prejuízo	Equivalência Patrimonial
Ventos Populares	280.389	(25.672)	100,00%	254.717	337.549
Ventos Fortes	343.782	–	100,00%	343.782	330.541
Energia Poligular	65.817	–	0,01%	7	6
Morro dos Ventos	67.483	–	0,01%	7	6
Canto da Ilha	35.918	–	0,02%	7	6
Esquina dos Ventos	40.519	–	0,02%	7	6
Pontal do Nordeste	40.950	–	0,02%	7	6
Ilha dos Ventos	27.982	–	0,03%	8	7
Torres de Pedra	65.090	–	0,01%	9	6
Ponta do Vento Leste	63.606	–	0,01%	9	6
Torres de São Miguel	29.383	–	0,02%	9	6
Campina Poligular	40.272	–	0,02%	7	6
Corumbá Concessões	322.232	–	47,83%	154.136	219.108
Serveng Energia Imob	16.712	–	100,00%	16.712	15.602
				769.424	**802.865**

Empresa	Participação Lucro/Prejuízo 2023	Equivalência Patrimonial 2023	Participação Lucro/Prejuízo 2022	Equivalência Patrimonial 2022
Ventos Populares	51.844	80.833	12.108	185.023
Ventos Fortes	137.643	137.643	185.024	185.024
Energia Poligular	6.148	6.147	6.147	6.146
Morro dos Ventos	6.147	6.146	6.146	6.145
Canto da Ilha	6.146	6.145	6.145	6.144
Esquina dos Ventos	6.145	6.144	6.144	6.143
Pontal do Nordeste	6.144	6.143	6.143	6.142
Ilha dos Ventos	7.168	7.167	7.167	7.166
Torres de Pedra	6.146	6.145	6.145	6.144
Ponta do Vento Leste	6.146	6.145	6.145	6.144
Torres de São Miguel	6.146	6.145	6.145	6.144
Campina Poligular	6.146	6.145	6.145	6.144
Corumbá Concessões	73.460	73.460	73.460	73.460
Serveng Energia Imob	1.111	677	1.111	677
	128.118	**185.023**		

8. IMOBILIZADO

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Terrenos	509	509
Veículos	3.393	3.473
Reservatórios, barragens e adutoras	362.434	373.846
Aerogeradores	968.314	1.015.150
Instalações e benfeitorias	27.109	37.773
Equipamentos de informática	706	724
Máquinas e equipamentos	107.953	113.409
Móveis e utensílios	357	374
Direito de uso	43.204	43.768
(-) Custo não realizado	(25.671)	(27.439)
Imobilizado em andamento	12.499	3.285
	1.500.389	**1.565.232**

As controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizados e não identificáveis de renganças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

	Taxa de Depreciação a.a.	2023	Transf.	Adições/ Baixas/ 2024	Transf.	Adições/ Baixas/ 2025
Custo						
Terrenos		509	–	509	–	509
Veículos		3.393	4.038	7.431	300	7.731
Reservatórios, barragens e adutoras		570.823	230	571.053	(523)	570.530
Aerogeradores		1.414.469	–	1.414.469	299	1.414.768
Instalações e benfeitorias		40.442	9.410	49.852	(9.424)	38.428
Equipamentos						
de informática		1.253	409	1.662	57	1.719
Máquinas e equipamentos		216.970	6.619	223.589	1.244	224.833
Móveis e utensílios		700	21	721	12	733
Direito de uso		62.472	(72)	62.260	3.020	65.280
(-) Custo não realizado	–	(28.486)	1.407	(27.079)	1.408	(25.671)
Imobilizado em andamento	–	8.168	(4.903)	3.265	9.234	12.499
		2.290.733	**17.059**	**2.307.792**	**5.370**	**2.313.162**
Depreciação						
Veículos	3,3	(3.122)	(836)	(3.958)	(798)	(4.756)
Reservatórios, barragens e adutoras	4 a 25	(185.643)	(11.564)	(197.207)	(10.869)	(208.096)
Aerogeradores	4 a 25	(352.137)	(47.148)	(399.285)	(44.666)	(443.951)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(10.603)	(1.476)	(12.079)	(1.210)	(13.289)
Equipamentos de informática	4 a 25	(761)	(177)	(938)	(75)	(1.013)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(102.891)	(7.289)	(110.180)	(6.700)	(116.800)
Móveis e utensílios	4 a 25	(318)	(29)	(347)	(29)	(376)
Direito de uso		(14.796)	(6.496)	(18.457)	(3.543)	(22.000)
		(670.363)	**(72.215)**	**(742.520)**	**(70.420)**	**(812.940)**
		(1.620.41)	**(55.196)**	**(1.565.232)**	**(65.203)**	**(1.500.389)**

9. INTANGIVEL

A controlada Corumbá Concessões atua na geração e comercialização de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica explorada mediante a contrato de concessão firmado, nos termos da Agência Nacional de Energia Elétrica e legislação aplicável ao setor elétrico. O contrato de concessão é classificado e contabilizado de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12), sendo reconhecido como ativo intangível, uma vez que a Companhia possui o direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Adicionalmente a controlada Ventos Poligulares, desenvolve projetos ambientais que permitem a geração e comercialização de créditos de carbono, decorrentes da redução de emissões de gases de efeito estufa. Os créditos de carbono são reconhecidos e registrado no ativo intangível pelo custo de obtenção (custo de certificação, auditoria, validação e registro).

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Direito de concessão	18.147	19.444
Crédito de Carbono	903	1.973
(-) Amortização	(1.294)	(1.296)
	17.756	**20.121**

10. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de autorgas e arrendamentos de terrenos adentres aos circuitos de transporte e de geração de energia elétrica, conforme CPC 06, sendo vinculados a operações dos parques eólicos. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	44.260	42.260
Amortização do ativo	(22.076)	(18.492)
Saldo contábil líquido	**43.394**	**43.768**
	Consolidado 2025	**Consolidado 2024**
Passivo		
Arrendamento a pagar	9.337	9.327
(-) Juros a apropriar	(3.474)	(3.698)
	5.918	**5.669**
Arrendamento a pagar	94.675	99.999
(-) Juros a apropriar	(21.215)	(23.271)
Provisão de Desmobilização **(a)**	10.340	9.641
	83.800	**86.369**
Saldo contábil líquido	**89.718**	**92.038**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a. no início do reconhecimento, considerando o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas; **(a)** As controladas possuem contratos de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. E esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, dato no qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pelo melhor estimativa atual, de acordo com determinações do CPC 25. Os juros sobre as autorgasse e os arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, contém os seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	Consolidado
2027	10.081
2028	9.342
2029	9.635
2030	9.930
2030 em diante	45.412
	73.460

Os impactos no demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida dos contratos.

11. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores	2.800	2.620	23.412	17.586
Terrenos	–	–	131	–
	2.800	**2.620**	**23.543**	**17.717**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

12. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem as obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Financiamento BNDES	–	–	–	–
Financiamento BNB (b)	–	–	233.412	257.588
Debêntures (a)	–	–	276.547	321.305
Capital de Giro	–	–	–	–
Saldo contábil	–	–	**509.959**	**578.893**
Circulante	–	–	77.195	74.233
Não Circulante	–	–	432.764	504.660

Pagamento	Saldo em 2024	Captação	Juros do exercício	Principal / Juros	Saldo em 2025
	578.893	–	64.230	(133.164)	509.959

(a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem um prazo de vencimento 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2032. Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas provenientes da venda de energia elétrica. • A Companhia tem o adimplemento de montante contratado maior ou igual a R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em aplicações financeiras inferior a 360 dias com liquidez diária verificadas no conjunto da Emissora e suas controladas. **(nota 4).** (b) As Controladas firmaram contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida correspondem a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em dezembro de 2035. Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólicos e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição de caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescido de seus encargos.

13. OUTROS PASSIVOS

Determinadas operações comerciais e contratuais da Companhia prevemo o recebimento de valores a título de garantias contratuais (cauções) e antecipações financeiras de clientes ou fornecedores, vinculadas a fornecimento futuros de bens ou serviços, os quais são reconhecidos no passivo até o cumprimento das respectivas obrigações.

Abertura do Saldo Contábil	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caução(i)	–	–	5.000	–
Adiantamento de Clientes (ii)	–	–	138.105	631
Contas a pagar	580	614	2.650	3.829
Saldo contábil	**580**	**614**	**145.755**	**4.461**
Circulante	580	614	38.225	3.819
Não Circulante	–	–	107.530	642

(i) Outras contas a pagar é composto por caução, essa garantia está vinculada ao contrato de venda de energia das controladas SM Geração de Energia e Ventos Paraizinhenses, perante ao cliente representar a garantia bancária. (ii) Em 1º de julho de 2025 a controlada celebrou Contrato de Compra e Venda da Energia Elétrica com a Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda, objetivando a comercialização de energia elétrica no período de suprimento de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2030. Este operação de compra e venda de energia elétrica está sendo aplicável ao setor elétrico brasileiro, em especial, o contido nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.438 de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de marco de 2004 e nos Decretos nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções da ANEEL, nos procedimentos de comercialização e nas regras de comercialização vigentes. Após atender as condições contratuais, a Companhia recebeu, em 04 de julho de 2025, o pagamento antecipado pelo comprador no valor de R$ 150.000, correspondente a totalidade de pagamentos.

14. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante) Controladora 2025	Controladora 2024	Dividendos a pagar (passivo circulante) Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ventos Populares	12.323	19.196	–	–	–	–
Corumbá	1.503	1.437	–	–	–	–
Ventos de Fortes	4.123	5.547	–	–	–	–
Parques Eólico - UVI e UVI10	4	3	–	–	–	–
Itaguaçu Investimentos	–	–	29.173	38.470	29.173	38.470
Outros acionistas	–	–	–	–	1.754	1.678
	17.953	**26.183**	**29.173**	**38.470**	**30.927**	**40.148**

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante) Controladora 2025	Controladora 2024	Mútuo/ contas a Pagar (passivo não circulante) Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ventos Fortes	4.368	17.948	–	–
	4.368	**17.948**	–	–

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2025.

15. ATIVO DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais e prejuízos fiscais na apuração.

Descrição	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
IRPJ	6.418	6.770	7.862	8.370
CSLL	2.311	2.437	2.832	3.013
Total	**8.729**	**9.207**	**10.695**	**11.383**

Consolidado - Movimentação Descrição	2025	Movimentação 2025	2024	Movimentação 2024	2023
IRPJ	6.418	(352)	6.770	(351)	7.121
CSLL	2.311	(126)	2.437	(127)	2.564
	8.729	**(478)**	**9.207**	**(478)**	**9.685**

Consolidado - Movimentação Descrição	2025	Movimentação 2025	2024	Movimentação 2024	2023
IRPJ	7.867	(503)	8.370	(5.758)	14.128
CSLL	2.832	(181)	3.013	(2.203)	5.216
	10.699	**(684)**	**11.383**	**(7.961)**	**19.784**

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia não é parte de ações cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, no exercício de 2025. As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos na data do balanço. Caso não seja provável que existirá uma obrigação presente na data do balanço, uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

Processos Cíveis	Consolidado 2025	2024
	187	8
	187	**8**

16.1. Ações das controladas passíveis: 16.1.1. Ações cíveis: a. A controlada SM Geração de Energia é parte em ação de natureza cível através do polo passivel, as quais têm como objeto, geralmente, ações declaratórias e indenizatórias, cuja execução está sob a competência da Justiça Cível Comum. Atualmente, a Companhia discuti nesta ação jurídica cível o valor de R$1.950mil em 31 de dezembro de 2025. b. Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, cujo pleito principal consiste na cobrança de indenização por danos em decorrência de fuga de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submerso pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R$ 24.021. Como em ação de natureza trabalhista em nome do Consórcio Parque Eólico através do Consórcio Pontal, as quais foram ajuizadas por ex-funcionários e empregados e execuções, cujo estó sob discussão o montante de R$19mil em 31 de dezembro de 2025.

Consorciadas	Controladas/ Participação Indiretamente em %	Consolidado 2025	2024
Energia Poligular Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Ventos de Fortes Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	1
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	8,13%	2
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,68%	1
Campina Poligular Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,68%	1
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,68%	1
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,68%	1
Ponta Canto da Baixo Geradora Eólica S.A.	Controlada	6,40%	1
Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	6,40%	1
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	7,11%	1
Ventos Populares Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	10,68%	1
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	9,79%	2
Total da Ação		**100%**	**19**

Os assessores jurídicos avaliaram como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiados pela perecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social: O capital social integralizado de R$641.213 mil em 31 de dezembro de 2025, está representado por 593.386 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social acrescido de suas reservas de lucros.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	122.834	161.980
Constituição da reserva legal (5%)	(6.142)	(8.099)
Base de Cálculo dos dividendos	**116.692**	**153.881**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**(29.173)**	**(38.470)**
	87.519	**115.411**

(d) Reserva Lucros: O sa

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O DIA SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Classificação por Função				
Despesas administrativas (i)	(30.635)	(28.875)	(398.496)	(301.070)
Custo de produto vendido	(13.073)	(20.753)	(34.977)	(41.080)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(5.534)	(3.271)	(1.549)	20.724
	(49.242)	**(52.899)**	**(435.022)**	**(321.351)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	236	975	18.903	20.789
Juros sobre capital próprio	13.483	11.897	–	–
Descontos obtidos	–	–	850	55
	13.719	**12.872**	**19.754**	**20.844**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	–	–	(64.254)	(63.018)
Juros sobre arrendamento	–	–	(4.334)	(6.224)
Despesas bancárias	(4)	(4)	(413)	(441)
Juros incorridos	–	(53)	(1.816)	(1.324)
Outros	(89)	(103)	(125)	(419)
	(93)	**(160)**	**(70.942)**	**(71.426)**
Total	**13.625**	**12.712**	**(51.188)**	**(50.582)**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Imposto de Renda		
Receita bruta	353.830	459.521
Alíquota	8%	8%
	28.306	**36.762**
Outras receitas, inclusive financeiras.	11.236	12.672
Base de cálculo	**39.542**	**49.634**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(5.931)	(7.445)
Adicional federal de 10%	(3.930)	(3.395)
Imposto apurado	**(9.862)**	**(10.840)**
Contribuição social		
Receita bruta	353.830	459.521
Alíquota	12%	12%
	42.460	**55.143**
Outras receitas, inclusive financeiras.	11.236	12.672
Base de cálculo	**53.696**	**68.015**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(4.833)**	**(6.121)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(14.694)**	**(16.961)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	365.066	472.393
Imposto calculado (IR/CS)	(14.694)	(16.961)
	4,03%	**3,59%**

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
LUCRO REAL		
LUCRO REAL		
IR e CS correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL	333.374	162.458
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%.	**(113.347)**	**(55.236)**
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL		
Despesas indedutíveis	1.026	–
Reversão/ Provisão para riscos e passivos contingentes	(50)	(595)
Prejuízo fiscal compensado no exercício	–	–
Outros Adições/exclusões permanentes	37.270	1.403
IR e CSLL corrente	**(75.101)**	**(54.428)**
IR e CS diferido		
Resultado Fiscal do exercício	–	–
Provisão para riscos e passivos contingentes	–	–
Apropriação lucro não realizado nos imobilizados	–	–
Outras Adições/exclusões permanentes	1.525	38.063
Base de Cálculo IR diferido	**1.525**	**38.063**
Alíquota combinada de IR e CS de 34%	(519)	(12.941)
IR e CSLL diferido	**(519)**	**(12.941)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **22.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro à Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas. **22.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas não sejam capazes de honrar suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	23.543	–	–
Financiamentos e debentures	77.195	154.390	278.374

22.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **22.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é dominar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025 o exposição máxima é de R$178.841 no consolidado e R$3.411 no controladora (R$167.589 no consolidado e R$6.891 no controladora em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **22.5. Gestão de capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **22.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil 2025	Valor contábil 2024	Valor justo 2025	Valor justo 2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	16.438	3.786	16.438	3.786
Aplicações financeiras	90.840	90.955	90.840	90.955
Contas a receber	69.943	65.727	69.943	65.727
Outros contas a receber	1.619	7.121	1.619	7.121
Total	**178.841**	**167.589**	**178.841**	**167.589**

Consolidado	Valor contábil 2025	Valor contábil 2024	Valor justo 2025	Valor justo 2024
Passivos financeiros				
Fornecedores	23.412	17.586	23.412	17.586
Financiamentos e Debêntures	509.959	578.893	509.959	578.893
Outros contas a pagar	145.755	4.461	145.755	4.461
Total	**679.126**	**600.940**	**679.126**	**600.940**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

	2025		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	16.438	–	–
Aplicações financeiras	–	90.840	–
Contas a receber	69.943	–	–
Outros contas a receber	1.619	–	–
Total	**88.001**	**90.840**	–
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	–	23.412
Financiamentos e Debêntures	–	–	509.959
Outros contas a pagar	–	–	145.755
Total	–	–	**679.126**

	2024		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.786	–	–
Aplicações financeiras	–	90.955	–
Contas a receber	65.727	–	–
Outros contas a receber	7.121	–	–
Total	**76.634**	**90.955**	–
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	–	17.586
Financiamentos e Debêntures	–	–	578.893
Outros contas a pagar	–	–	4.461
Total	–	–	**600.940**

22.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como o seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificados no Nível 2. **22.8. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para as aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do ingresso nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidas 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses uma taxa de 14,90% (12,15% em 2024) para o CDI e 7,98% (7,43% em 2024) para o TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados um uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	19.754	14,90	2.943	3.679	4.415	2.207	1.472
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(70.942)	7,98%	(5.661)	(7.076)	(8.492)	(4.246)	(2.831)
Resultado financeiro			**(2.718)**	**(3.397)**	**(4.077)**	**(2.038)**	**(1.359)**

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

THADEU LUCIANO MARCONDES PENIDO - Diretor Presidente **CLEITON LAMEIRA FALCI** - CRC ISP252875/O-1 - Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretores da **Serveng Energias Renováveis S.A.** - São Paulo/SP.

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Serveng Energias Renováveis S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Serveng Energias Renováveis S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequado apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incertezas relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e as eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1- S - RN **Henrique Herbel de Melo Campos** - Contador - CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1045096-46.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Galvão Medina, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a ELIO CHERUBIM BERGEMANN,** CPF 109.527.868-18, que Moyses Rzezak, ajuizou uma ação de Despejo por Falta de Pagamento, tendo como corréus Nicolau Nemer Junior e Alba Regina Nemer Bergemann, constando que os réus estão em débito com os alugueres do imóvel situado na Av. Angélica, nº 1.106, apto. 114, Bloco B, Santa Cecília, São Paulo/SP, no total de R$ 122.125,43 (11/2022), referente aos alugueres vencidos e demais encargos. Estando o suplicado em lugar ignorado, expediu-se o presente, para que 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste a presente ou peça prazo para a purgação da mora, sob pena de decretação do despejo, ocasião que será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 § - IV). Será o presente edital, afixado e publicado. São Paulo, 13 de fevereiro de 2026. N - 27 e 28

ATHENA SAÚDE BRASIL S.A.

CNPJ Nº 31.701.408/0001-14 | NIRE 35.300.522.681

AVISO AOS ACIONISTAS

A Presidente do Conselho de Administração da **ATHENA SAÚDE BRASIL S.A.** ("Companhia"), no uso de suas atribuições, vem, por meio do presente, comunicar aos Senhores Acionistas que, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026, foi aprovada a alteração do jornal de grande circulação destinado à publicação dos atos societários e demais documentos de interesse da Companhia, do "Jornal Data Mercantil" para o "Jornal O Dia SP", passando este a ser o jornal oficialmente adotado a partir da data de publicação do presente aviso. Esclarece-se que a referida deliberação será submetida à ratificação na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social.

São Paulo/SP, 28 de fevereiro de 2026.
Ana Teresa do Amaral Meirelles
Presidente do Conselho de Administração

A.M.R. SANTOS PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.

CNPJ/NIF nº 18.633.316/0001-86 - NIRE 35.227.787.535

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por meio do presente Edital de Convocação ("Edital"), a **A.M.R. SANTOS PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Camazem, nº 453, Vila Jaguara, CEP 05305-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 18.633.316/0001-86, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.227.787.535 ("Sociedade"), convocam os sócios da Sociedade a reunirem-se de Reunião de Sócios da Sociedade, no próximo dia 10 de março de 2026, às 10:00h, em primeira convocação, na sede da Sociedade, nos termos do Art. 1.080-A da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para apresentação, discussão, debates e deliberação acerca da seguinte ORDEM DO DIA: (i) Apresentação aos sócios, por parte da administração da Sociedade, dos eventos recentes relacionados à operação da Sociedade e relação com fornecedores, e discussão dos respectivos impactos; e (ii) discussão e deliberação sobre solução de continuidade da Sociedade. A Sociedade resalta que a Reunião de Sócios da Sociedade será instalada, em primeira convocação, com a presença de sócios titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartas) das quotas representativas do capital social da Sociedade, sendo que, para a aprovação da ordem do dia, serão necessários votos favoráveis de sócios que representem, no mínimo, mais da metade das quotas representativas do capital social da Sociedade. Os sócios poderão ser representados e serão considerados regularmente presentes mediante apresentação de procuração particular ou pública outorgada pelo sócio representado, e apresentada pelo respectivo representante no início da reunião. A Sociedade poderá nomear advogados para acompanhamento da reunião.

São Paulo, 02 de março de 2026.
A.M.R. SANTOS PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.
p. Alexandre Douglas Mirailo e Fabiana Sousa Benevenuto
Administradores

AMATA S.A. - CNPJ/MF nº 07.909.776/0001-78 - NIRE 35.300.328.728

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 28.03.2025, às 15 horas, por videoconferência. **Mesa:** Presidente, Luis Antônio Lopez Quintans; Secretário, Dario Ferreira Guarita Neto. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o primeiro trimestre de 2025: operação, comercial e silvicultura; (ii) apresentação das metas cumpridas em 2024 e das metas propostas para 2025; (iii) atualização do conselho sobre os processos do IAT; (iv) atualização do conselho sobre processo de indenização; (v) atualização do conselho sobre as áreas de pousio; (vi) discussão de questões jurídicas envolvendo a Amata; (vii) discussão de questões financeiras envolvendo a Amata; (viii) atualização do conselho sobre o andamento do projeto green; (ix) apresentação das perspectivas de mercado; e (x) Wrap up. **Deliberações:** O Presidente apresentou aos conselheiros presentes os dados relativos ao volume de venda e preços praticados no primeiro trimestre de 2025, bem como uma visão geral do da performance e desempenho da companhia até a presente data. Na sequência, o Presidente apresentou ao conselho as metas atingidas em 2024 e os principais fatores que influenciaram o resultado financeiro obtido em 2024, tendo os conselheiros, por unanimidade, aprovado a aferição do atingimento das metas de 2024, bem como os parâmetros estabelecidos para aferição das metas de 2025. A administração da companhia apresentou um relato sobre os procedimentos e processos estabelecidos junto ao Instituto Água e Terra – IAT, informando que o escritório de advocacia Machado Meyer tem atuado em conjunto com a administração da companhia na condução dos processos em curso perante o IAT. Os conselheiros acordaram em realizar uma nova reunião para tratar com mais profundidade do assunto, em data a ser definida pela administração da companhia. A administração ainda informou os conselheiros acerca do andamento do processo de indenização em curso, relativa a um contrato de compra e venda de madeira firmado pelo afiliada da Amata S.A., Florespar Florestal S.A. A administração se comprometeu a alinhar e estabelecer uma atuação conjunta com os demais envolvidos na demanda. Logo após, o Presidente também apresentou um relato sobre o procedimento de limpeza de áreas em curso, bem como as solicitações de autorização para limpeza de áreas de pousio junto ao Instituto Água e Terra, sendo que as áreas que não necessitam aprovação prévia de órgãos ambientais já superam as metas estabelecidas. O Presidente prestou alguns esclarecimentos e apresentou o status dos processos judiciais em curso envolvendo a companhia, especialmente os processos de usucapião em que a companhia figura como autora. O Presidente apresentou as áreas cujas matrículas já foram averbadas em cartório. A este respeito, o conselho decidiu, pela continuidade do monitoramento dos processos e das visitas aos cartórios visando atender eventuais exigências e concluir processos, no que concedem às questões fundiárias da Companhia. A administração apresentou suas considerações a respeito do Projeto Green. Os conselheiros, deliberaram pela continuidade das etapas e procedimentos necessários para adicionar valor ao ativo e preparar a companhia para novo round no mercado em data a ser definida. A administração da companhia manifestou sua preocupação quanto a possíveis taxações da venda de madeira no mercado norte americano e a existência de processos de investigação antidumping na União Europeia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28 de março de 2025. Luis Antônio Lopez Quintans - Presidente, Dario Ferreira Guarita Neto - Secretário. JUCESP nº 54.200/26-0 em 24.02.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

O 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 216A, §§ 4º e 13º, da Lei nº 6.015/73, FAZ SABER que foi prenotado, sob o nº 680.644, o procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade extraordinária, requerido por Maria das Graças de Jesus de Santanna, brasileira, viúva, depiladora/aposentada, portadora do RG nº 22.641.802-SSP/SP, inscrita no CPF/MF 330.175.008-70, residente e domiciliada na Rua Maestro Arturo de Angelis nº 190, apartamento 141, torre 2, Vila Comercial, Pirituba, nesta Capital; Brígida Graziela de Jesus Santana, brasileira, solteira, administradora, portadora do RG nº 33.935.177SSP/SP, inscrita no CPF/MF 292.291.148-98, residente e domiciliada na Rua Desembargador Plinio Novaes de Andrade nº 310, Vista Verde, Pirituba, nesta Capital; Alex de Jesus de Santanna, brasileiro, solteiro, gerente industrial, portador do RG nº 33.935.180-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 309.420.058-30, residente e domiciliado na Rua Maestro Arturo de Angelis, nº 190, apartamento 141, torre 2, Vila Comercial, Pirituba, nesta Capital e Marcos Jesus de Santanna, brasileiro, soltero, funcionário público, portador do RG nº 33.935.178-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 335.994.828-96, residente e domiciliado na Rua João da Silva Vianna, nº 95, Jardim Dinorah, nesta Capital. com o objetivo de obter o reconhecimento do domínio sobre o imóvel com área de 157,35 m², situado à Rua Joaquim de Figueiredo, nº 112, parte do lote 114, núcleo "A", da Vila Jaraguá, no 31° Subdistrito – Pirituba, nesta Capital, contribuinte nº 124.063.0317-8 e 124.063.0418-2 (maior área), matriculado sob o nº 17.813 (maior área), de propriedade de José Ciarallo Rosa e Albertina Jadyr Rosa. Os requerentes alegam exercer posse mansa, pacífica e ininterrupta, com ânimo de dono, por período superior a 38 anos, atendendo aos requisitos legais para a usucapião. O imóvel confronta-se pelo lado direito com o imóvel nº 114 da Rua Joaquim de Figueiredo, matriculado sob nº 17.813 (maior área) de propriedade de José Ciarallo Rosa e Albertina Jadyr Rosa; Pelo lado esquerdo com o imóvel nº 3 A, da Rua Joaquim de Figueiredo, matriculado sob nº 51.076 neste Registro, de propriedade de Maria Helena de Paula Barduchi, Pedro Luiz Barduchi, Humberto Barduchi e Ednalva Pereira Barduchi; e pelos fundos com o imóvel nº 11 na Rua Clara Novello, matriculado sob nº 201.561 neste Registro, de propriedade de Maria dos Reis Alves de Alcantra Sousa e Nestor Gonçalves de Sousa. O presente edital tem por finalidade DAR CIÊNCIA A JOSÉ CIARALLO ROSA, ALBERTINA JADYR ROSA, MARIA HELENA DE PAULA BARDUCHI, PEDRO LUIZ BARDUCHI, HUMBERTO BARDUCHI E A TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste edital, apresentem impugnação fundamentada, caso não concordem com o reconhecimento da usucapião. As manifestações deverão ser dirigidas ao 16º Registro de Imóveis, localizado na Rua Pamplona, nº 1.593, Jardim Paulista, São Paulo/SP, durante o horário de expediente, das 9h às 16h. Fica informado que, não havendo manifestação no prazo estipulado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes, e o procedimento de usucapião extrajudicial poderá ser concluído com o competente registro, nos termos da Lei.

opec@jornalodiasp.com.br
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista
CEP: 01332-030
www.jornalodiasp.com.br

Vtal LEILÃO ON LINE FRAZÃO Leilões
Data: 03 de março de 2026 às 10h00
SUCATA PLÁSTICA, ELETRÔNICA E DE FONTE
CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
OSB: Equipamentos em estado de sucata, sem garantia de troca/funcionamento
Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br
Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

Vtal LEILÃO ON LINE FRAZÃO Leilões
Data: 03 de março de 2026 às 11h00
GERADOR 150 KVA
CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
OSB: Venda no estado que se encontra, sem garantia de troca/funcionamento
Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br
Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

FRAZÃO Leilões LEILÃO DE IMÓVEIS 10/03/2026 3ª Feira – às 10h00 Prestador de Serviço Autorizado Itaú
O leilão já está aberto na internet para receber lances.
Débitos de condomínio serão quitados pelo Banco até a data do leilão. IPTU de 2026 quitado.
CASAS * APARTAMENTOS * IMÓVEIS COMERCIAIS
Apartamento no Jardim Alvorada, Bauru SP * Prédio residencial em Muriqui, Mangaratiba RJ * Sobrado no Jardim Betânia, Sorocaba SP * Apartamento no Jaguaré, São Paulo SP * Casa no Parque São Caetano, Alvorada RS * Apartamento no Centro, Niterói RJ * Casa na Vila Caiçara, Praia Grande SP * Terreno na Linha Brasil, Nova Petrópolis RS * Casa assobradada em Catumbi, Rio de Janeiro RJ * Terrenos no Jardim Bela Vista, Moreira Sales PR * Casa na Restinga, Porto Alegre RS * Casa no Engenho Pequeno, São Gonçalo RJ * Apartamento na Vila Peri, Fortaleza CE * Apartamento na Arruda, Recife PE * Sala comercial no Centro, Rio de Janeiro RJ * Apartamento em Campo Grande, Rio de Janeiro RJ * Casa em Agostinho Porto, São João do Meriti RJ * Casa na Cidade Satélite, Tanguá RJ * Chalé no Jardim Planalto, Pamamirim RN * Apartamento no Parque dos Lagos, Ribeirão Preto SP * Terreno em Adolfo Xavier, Eunápolis BA * Loja em Pacheco, Itaboraí/RJ * Apartamento no Centro, São Bernardo do Campo SP * Terrenos em Araruna II, Timbaúba PE * Casa no Jardim Vitória Régia, São José do Rio Preto SP * Apartamento em Madureira, Rio de Janeiro RJ * Casa no Jardim Garcia, Campinas SP * Casa no Jardim Santo André, Sorocaba/SP * Casa em Andrade Araújo, Belford Roxo RJ * Apartamento em Belenzinho, São Paulo SP * Apartamento na Saúde, São Paulo SP * Sala comercial na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro RJ * Apartamento em Caji, Lauro de Freitas BA * Casa em Cruz Alta, Santa Cruz do Capibaribe PE * Apartamento no Parque Novo Mundo, São Paulo SP * Apartamento no Centro, Nilópolis RJ * Casa em Nova Cidade, Nilópolis RJ * Casa em São José Operário, Manaus AM * Apartamento no Parque dos Imigrantes, Erechim RS * Apartamento em Pechincha, Rio de Janeiro RJ * Casa em Nova Mutum Paraná, Porto Velho RO * Casa no Jardim Sarah, São Paulo SP * Apartamento em Feliz, Goiânia GO * Apartamento em Vasco da Gama, Cariacica ES * Casa no Estância de São Paulo, Campo Limpo Paulista SP * Apartamento no Itaguá, Ubatuba SP * Casa na Enseada das Gaivotas, Rio das Ostras RJ * Apartamento em Sarandi, Porto Alegre RS * Casa em Madureira, Rio de Janeiro RJ * Casa no Residencial Fazenda Rodeio, Mogi das Cruzes SP * Casa no Potengi, Natal RN * Casa no Centro, Jaboti PR * Apartamento no Centro, Porto Alegre RS * Apartamento em Bangu, Rio de Janeiro RJ * Casa no Parque das Américas, Praia Grande SP * Apartamento na Mooca, São Paulo SP * Apartamento no Morumbi, São Paulo SP * Casa no Jardim dos Buritis, Itaquaquecetuba SP * Casa no Butantã, São Paulo SP * Casa no Conjunto Habitacional Mary Dota, Bauru SP * Casa de condomínio em Vargem Pequena, Rio de Janeiro RJ * Casa na Serra do Mimo, Barreiras BA * Apartamento no Jardim Luisa, São Paulo SP * Casa em Madureira, Rio de Janeiro RJ * Casa em Aningal, Alenquer PA * Casa na Vila Medeiros, São Paulo SP * Casa em Campinho, Rio de Janeiro RJ * Apartamento em Pitangueiras, Rio de Janeiro RJ * Imóvel comercial em Nova Conquista, Paragominas PA * Casa em Bandeirantes, Nova Iguaçu RJ * Casa em Bruno Gisbert Cury, Pedemeiras SP * Apartamento em Del Castilho, Rio de Janeiro RJ * Casa em Itauna, São Joaquim RJ * 3 Lotes de terrenos na Vila das Amoreiras, Mário Campos MG * Terrenos no Jardim Bela Vista, Moreira Sales PR * Sala comercial na Freguesia de Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ * Sala comercial na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro RJ * Apartamento no Parque Turf Club, Campos dos Goytacazes RJ * Apartamento no Engenho Novo, Rio de Janeiro RJ * Casa em Teotônio Rodrigues, Lapão/BA * Apartamento no Jardim Carioca, Rio de Janeiro/RJ * Casa no Parque Vitória, São José de Ribamar MA * Casa na Vila Divinéia, Padre Bernardo GO * Casa em Guadalupe, Rio de Janeiro RJ * Apartamento em Tomas Coelho, Rio de Jane

ATHENA SAÚDE BRASIL S.A. - CNPJ nº 31.701.408/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Athena Saúde Brasil S.A.: A administração da Athena Saúde Brasil S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os comentários de performance apresentados preservam a comparabilidade dos dados históricos e estão fundamentados nas informações apuradas de acordo com o IFRS 4 e o IFRS 17. A adoção do CPC 50 / IFRS 17 para contratos de seguros, que impacta as operações do Grupo Athena, introduziu mudanças relevantes nas práticas contábeis e na forma de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. A reconciliação de alguns dos principais indicadores financeiros considerados relevantes pela Administração, apurados conforme os requerimentos de ambas as normas, está apresentada ao longo do relatório. **Mensagem da administração:** Os resultados do ano de 2025 refletiram a continuidade das ações de controle de sinistralidade que iniciamos nos últimos 2 anos. Houve o equilíbrio financeiro de contratos através de reajustes negociados, intensificamos a verticalização de serviços de alto custo, implementamos ferramentas tecnológicas que aumentaram os controles de frequência de uso e aprimoramos a rede própria com investimentos em infraestrutura e treinamentos para a percepção de qualidade por parte dos clientes, como também trouxeram maior eficiência operacional. O ano de 2025 também foi um ano de reconhecimento, com a Athena conquistando o selo Great Place To Work, o 3º lugar no Prêmio Valor Inovação Brasil 2025, Prêmio Inovativa, Selo TOP Performer (UTIs), além de manter a marca de 9 hospitais com acreditação ONA. O índice de satisfação dos clientes, medido pelo Net Promoter Score ("NPS"), apontou nota média de 70,5 pontos em 2025, demonstrando nossa qualidade de atendimento. Nossa base de beneficiários de planos de saúde e odontologia cresceu em 156,6 mil vidas de 2024 para 2025. Continuamos avaliando oportunidades de investimentos em mercados complementares às regiões em que já atuamos, com o objetivo de fortalecer ainda mais nossa posição, além de explorar novas praças que contribuam para o aumento de escala da operação. Na base IFRS 17, nossa receita líquida atingiu o patamar de R$3,8 bilhões em 2025 com aumento de 6,2% em relação a 2024, impulsionada pelos reajustes de preço nos contratos saúde e crescimento orgânico da base de beneficiários, principalmente do produto odontologia. O EBITDA ajustado em IFRS 17 totalizou R$453,8 milhões no ano, representando crescimento de 8,3% comparado a 2024 e o Lucro Líquido totalizou R$47,7 milhões, atingindo o 1º ano de resultado positivo e apresentando crescimento de R$73,8 milhões versus 2024. Na base IFRS 04, a receita líquida atingiu o patamar de R$3,7 bilhões em 2025 com aumento de 6,7% em relação a 2024. O EBITDA ajustado totalizou R$417,5 milhões no ano, representando crescimento de 14,4% comparado a 2024 e o prejuízo ajustado totalizou R$-8,9 milhões, apresentando evolução positiva de R$33,9 milhões versus 2024. Continuamos confiantes no nosso sólido modelo de negócios, alavancas de geração de valor e otimistas no que diz respeito à melhora contínua do setor de saúde no próximo ano. Estas confianças advêm de um trabalho interno da companhia para integração das operações adquiridas ao longo dos anos, da verticalização de serviços, da revisão do nosso portfólio de produtos para garantia de contratos mais lucrativos, e do forte controle das nossas despesas médicas e administrativas. **A Athena:** Somos a terceira maior operadora verticalizada de saúde suplementar do país em números de beneficiários, conforme dados da ANS, oferecendo planos de assistência à saúde e à odontologia de forma integrada, contando com uma rede própria de atendimento ampla composta por hospitais, centros médicos e pronto atendimentos. Acreditamos que nosso posicionamento é diferenciado em decorrência de nossa atuação integrada, associada a entrega de qualidade, com marcas reconhecidas como referência na prestação de serviços em toda cadeia operacional do negócio, sempre buscando obter maior eficiência e satisfação dos clientes. Nosso modelo de negócios somado à oportunidade de crescimento no mercado em que atuamos nos fortalecem, consequentemente, em uma Companhia com alto potencial de expansão. Nossas operações são divididas em três segmentos de negócios: operadora de planos empresarial, adesão e individual, com atendimento balanceado entre rede credenciada e rede própria, direcionados nos hospitais, centros médicos e pronto atendimentos do grupo, o que fortalece a capacidade de serviço e percepção de qualidade. Buscamos prestar um serviço de saúde humanizado, com custo acessível, o que nos permite criar uma carteira de clientes pulverizada nas regiões em que atuamos, diversificada em termos de idade dos beneficiários, gênero, tipos de produto contratados e rentáveis. Nossa estratégia é embasada na busca pela dominância regional, de forma a melhor atender as necessidades dos nossos beneficiários, oferecendo o atendimento local, resolutivo e de qualidade. Nossa missão é superar as expectativas dos nossos beneficiários oferecendo a melhor solução de saúde regional. Acreditamos que possuimos atualmente uma das melhores infraestruturas nas regiões onde atuamos. Nossos hospitais são referência em saúde localidades e nossa rede de atendimento médico-hospitalar é versátil e resolutiva. Em nossa percepção, a combinação de qualidade na prestação de serviço com a nossa eficiência operacional, por meio de agilidade no atendimento, qualidade técnica e protocolos clínicos eficazes, possibilita a alta performance em todas as nossas frentes de atuação. **Comentários de Desempenho:** Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando especificado, e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais. O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os anos de 2025 e 2024:

Destaques Operacionais	2025	2024	Var. (%)
Beneficiários de Saúde e Odonto (milhares)	1.594,1	1.437,5	10,9%
Beneficiários de Saúde	866,5	869,3	(0,3%)
Beneficiários de Odonto	727,6	568,2	28,1%

Destaques Operacionais	2025	2024	Var. (%)
Rede Própria			
Hospitais	12	12	-
Leitos	1.161	1.168	(0,6%)

(R$ milhões, exceto percentuais)	IFRS 4			IFRS 17		
Destaques Financeiros	2025	2024	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Receita Líquida	3.683,9	3.453,1	6,7%	3.809,7	3.588,7	6,2%
Sinistralidade - MLR[1(1)]	71,7%	72,5%	-0,7 p.p	81,5%	82,7%	-1,1 p.p
SG&A / ROL	16,9%	17,0%	0,0 p.p	6,3%	5,7%	0,7 p.p
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18,9)	(42,8)	(55,9%)	47,7	(26,1)	(283,1%)
Margem Líquida	(0,5%)	(1,2%)	0,7 p.p	1,3%	(0,7%)	2,0 p.p
EBITDA	326,9	305,1	7,1%	363,2	359,0	3,7%
Margem EBITDA[2]	8,9%	8,8%	0,0 p.p	9,5%	10,0%	-0,2 p.p
EBITDA Ajustado[4]	417,5	365,0	14,4%	453,8	418,9	10,5%
Margem EBITDA Ajustado[3]	11,3%	10,6%	0,8 p.p	11,9%	11,7%	0,5 p.p
Dívida Bruta[5]	1.105,2	1.076,4	2,7%	1.105,2	1.076,4	2,7%
Caixa Total[7]	603,6	589,3	2,4%	603,6	589,3	2,4%
Caixa Livre	357,3	335,3	6,6%	357,3	335,3	6,6%
Dívida Líquida[8]	747,9	741,1	0,9%	747,9	741,1	0,9%
Ticket Médio Saúde (em R$)	285,4	270,8	5,4%	285,4	270,8	5,4%

(1) Sinistralidade é um índice calculado pela Companhia e refere-se ao custo dos serviços prestados, exclusivo se depreciação, dividido pela receita líquida. Para melhor apresentação, a Companhia adequou o *mapping* de algumas contas do custo dos serviços prestados para demonstrar a evolução do indicador em mesma base comparável entre os anos de 2024. (2) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2021 e corresponde ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização. (3) Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida do período. (4) EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, pela receita financeira oriunda de caixa restrito (recebíveis de juros de aplicações financeiras vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela ANS); pelas despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, pelas despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia e pelas despesas caracterizadas por eventos não recorrentes. (5) Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia. (6) Dívida Bruta resulta do somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), contas a pagar - aquisição de empresas (*Sellers Finance*) e parcelamentos de tributos. (7) Caixa Total resulta do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante). (8) Dívida Líquida consiste na Dívida Bruta deduzida do Caixa Livre da Companhia.

Receita Líquida: A Receita Líquida consolidada, em base IFRS 4, teve crescimento de 6,7% de 2024 para 2025, baseado de R$3,5 bilhões para R$3,7 bilhões. O aumento foi impulsionado pelos reajustes de preço da base de beneficiários saúde e crescimento orgânico da base de beneficiários de planos odontológicos. Em IFRS 17, atingiu R$3,8 bilhões em 2025 com aumento de 6,2% em relação a 2024. **Sinistralidade (MLR):** A Sinistralidade (MLR) é o indicado que acreditamos ser adequado para avaliação da rentabilidade dos planos de saúde da Companhia. Nossa Sinistralidade em 2025, considerando o IFRS 4, foi de 71,7%, apresentando uma redução de -0,8 p.p versus o praticado no ano anterior e demonstrando consistência no controle de custos, através das verticalizações dos serviços de alta complexidade ou alta frequência e do mantenedor dos reajustes em contratos corporativos (PME). A queda também ocorreu em IFRS 17, aponta para 81,5% em 2025, com uma redução de 1,1 p.p versus 2024 (82,7%). **EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado:** Nossa disciplina financeira garantiu o controle das despesas comerciais, gerais e administrativas ajustadas (SG&A), mantendo o patamar em 16,9% da receita líquida em 2025 (base IFRS 4), em linha com o realizado no ano anterior. Em IFRS 17, o SG&A representou 6,3% da receita líquida, versus 5,7% em 2024. O EBITDA de 2025 em IFRS 4 foi de R$326,9 milhões, o que representa uma Margem EBITDA de 8,9%, e um aumento de R$21,8 milhões (+7,1%) em relação ao ano anterior. O EBITDA Ajustado foi de R$417,5 milhões em 2025, com aumento de 11,3%. Este resultado representa um aumento de R$52,5 milhões versus o 2024 e um crescimento de 14,4%.

Na base IFRS 17, apresentamos um EBITDA de R$363,2 milhões e EBITDA Ajustado de R$453,8 milhões, com margens de 9,5% e 11,9%, respectivamente. Na tabela abaixo apresentamos a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, para os anos de 2024 e 2025:

(R$ milhões, exceto percentuais)	IFRS 4			IFRS 17		
Reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado	2025	2024	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18,9)	(42,8)	(55,9%)	47,7	(26,1)	(2,8)
(+) Resultado financeiro	136,7	139,4	(2,0%)	140,7	229,2	(0,4)
(+) Imposto de renda e contribuição social	54,1	63,2	(14,4%)	88,4	71,8	0,2
(+) Depreciação e amortização	155,1	145,2	6,8%	86,5	84,0	0,1
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,1)	0,1	(197,6%)	(0,1)	0,1	(2,0)
EBITDA	**326,9**	**305,1**	**7,1%**	**363,2**	**359,0**	**3,7%**
Margem EBITDA	***8,9%***	***8,8%***	***0,0 p.p***	***9,5%***	***9,4%***	***0,3 p.p***
(+) Receita Financeira - ANS[1(1)]	35,3	31,6	11,7%	35,3	31,6	0,1
(-) Despesas com fusões e aquisições (M&A)[2(2)]	4,1	3,8	7,0%	4,1	3,8	0,1
(-) Stock Options[3(3)]	16,3	0,9	1620,9%	16,3	0,9	16,2
(-) Despesa com Impairment	10,0	-	-	10,0	-	-
(-) Despesas não recorrentes[4(4)]	24,9	23,5	6,2%	24,9	23,5	0,1
EBITDA Ajustado	**417,5**	**365,0**	**14,4%**	**453,8**	**418,9**	**10,5%**
Margem EBITDA Ajustado	***11,3%***	***10,6%***	***0,8 p.p***	***11,9%***	***11,0%***	***1,1 p.p***

(1) Juros decorrente das aplicações financeiras restritas que são vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). (2) Despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, tais como despesas com due diligence, com advogados para estruturação da combinação de negócios e fees honorários de bancos. (3) Despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos planos de opções de compra de ações da Companhia. (4) Ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, que, por exemplo, incluem: (a) despesas com ações judiciais da Companhia, tais como despesas relacionadas ao desenvolvimento da tese de negócios da Companhia, como consultoria com análises de viabilidade, assessoria jurídica, assessoria tributária e consultoria estratégica.

Resultado de exercício positivo: O Prejuízo Proforma em 2025 foi de R$-8,9 milhões, representando uma melhora de R$+33,9 milhões versus 2024, atrelada ao crescimento do resultado operacional (+R$52,5 milhões de EBITDA Ajustado comparado ao ano anterior), mas ainda prejudicado pela alta taxa de juros no ano. O resultado contábil foi afetado principalmente por despesas não recorrentes de fusão e aquisição (M&A) e Hospital Alagoinhas. Em IFRS 17, a companhia apresenta pelo 1º ano, um Lucro Líquido Ajustado positivo de R$57,7 milhões, com crescimento de +R$83,8 milhões versus 2024, indicando a qualidade da carteira de beneficiários no longo prazo.

(R$ milhões, exceto percentuais)	IFRS 4			IFRS 17		
Lucro Líquido / (Prejuízo) Proforma	2025	2024	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18,9)	(42,8)	(55,9%)	47,7	(26,1)	(283,1%)
(+) Impairment	10,0	-	-	10,0	-	-
Lucro Líquido / (Prejuízo) Proforma	**(8,9)**	**(42,8)**	**(79,2%)**	**57,7**	**(26,1)**	**(321,5%)**

Endividamento: Nossa dívida bruta total com base em IFRS 4 se manteve em R$1,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025, tendo como principal instrumento a 4ª emissão de debêntures realizada em outubro de 2025 no valor de R$1.000,0 milhões, com custo de carregamento da dívida e repactuação do perfil de vencimento. A 3ª emissão de debêntures emitidas em agosto de 2024 foi totalmente liquidada de forma antecipada em outubro de 2025. Encerramos o ano com uma posição de Caixa Total de R$603,6 milhões, sendo R$357,3 milhões de caixa livre, perfazendo uma Dívida Líquida de R$747,9,3 milhões e atingindo um índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA) de 2,6x em dezembro de 2025, seguindo os critérios de DL e EBITDA das escrituras da 4ª emissão de debêntures. A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar o CPC 50 / IFRS 17 que trouxe mudanças nas práticas contábeis da Companhia, o detalhamento das dessas práticas estão apresentados na nota explicativa nº 2.7. **Declaração da Diretoria Estatutária:** Os Diretores da Companhia declaram que revisam, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), emitido em 26 de fevereiro de 2026, e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	26.274	121.986	322.926
Aplicações financeiras	5	110.143	-	481.590	266.362
Contas a receber	6	-	-	337.761	293.738
Ativos de contratos de seguro	14	-	-	125.000	24.904
Estoques	7	-	-	62.746	65.127
Tributos a recuperar	8	105	95	121.266	157.466
Adiantamentos a fornecedores		-	70	34.397	10.081
Partes relacionadas	20	4.547	4.547	-	-
Despesas antecipadas		240	247	42.593	17.320
Garantia de reembolso de contingências - Ativo indenizatório	9	-	-	2.993	-
Outros ativos		6	6	9.426	11.697
Total do ativo circulante		**115.065**	31.239	**1.339.758**	1.169.621
Não circulante					
Contas a receber		-	-	-	9.264
Ativos de contratos de seguro	14	-	-	94.381	95.704
Garantia de reembolso de contingências - Ativo indenizatório	9	9.163	8.125	132.289	141.937
Despesas antecipadas		-	34	-	1.437
Partes relacionadas	20	-	-	-	69.138
Ativos fiscais diferidos	28.1	42.697	32.703	205.626	233.301
Tributos a recuperar	8	10.126	17.753	10.900	17.825
Depósitos judiciais	21	60	60	110.377	88.345
Outros ativos				9.818	10.539
Investimentos	10	2.641.155	2.666.516	2.855	2.858
Imobilizado	11	1.315	1.360	747.738	703.130
Intangível	13	154.693	154.470	1.528.957	1.567.297
Total do ativo não circulante		**2.858.209**	2.880.987	**2.842.941**	2.939.372
Total do ativo		**2.973.664**	2.912.226	**4.182.699**	4.108.993

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores		99	18	118.672	104.593
Passivo de arrendamento	12	-	-	42.776	33.169
Provisões técnicas (ANS)		-	-	1.538	1.487
Passivos de contratos de seguro	14	-	-	102.852	104.169
Empréstimos e financiamentos	15	17.869	22.125	17.875	22.343
Dividendos a pagar		-	-	3.394	3.043
Obrigações sociais e trabalhistas	16	-	-	120.687	123.991
Obrigações tributárias	17	384	44	137.912	165.953
Contas a pagar - Aquisição de empresas	19	-	-	44.714	63.841
Parcelamentos de tributos	18	-	-	10.032	10.082
Outros passivos		1.127	1.132	9.793	16.538
Total do passivo circulante		**19.479**	23.319	**610.245**	649.207
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	961.234	889.341	961.234	889.347
Passivo de arrendamento	12	-	-	269.455	236.000
Passivos fiscais diferidos	28.1	-	-	109.143	74.896
Parcelamentos de tributos	18	-	-	31.072	38.506
Contas a pagar - Aquisição de empresas	19	-	-	40.319	52.274
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	2.743	3.239	154.045	151.288
Obrigações tributárias	17	-	-	4.752	5.573
Outros passivos		990	1.801	6.044	10.109
Total do passivo não circulante		**964.877**	894.381	**1.576.064**	1.457.993
Total do passivo		**984.356**	917.700	**2.186.309**	2.107.200
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	**1.562.173**	1.562.133	**1.562.173**	1.562.133
Ações em tesouraria	22.2	**(7.101)**	(6.980)	**(7.101)**	(6.980)
Reserva de capital	22.3	**364.799**	364.799	**364.799**	364.799
Transação de capital	22.4	**209.968**	278.475	**209.968**	278.475
Pagamentos baseado em ações	30	**114.574**	85.865	**114.574**	85.865
Prejuízos acumulados		**(255.105)**	(289.766)	**(255.105)**	(289.766)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora		**1.989.308**	1.994.526	**1.989.308**	1.994.526
Participação de não controladores		-	-	**7.082**	7.267
Total do patrimônio líquido		**1.989.308**	1.994.526	**1.996.390**	2.001.793
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.973.664**	2.912.226	**4.182.699**	4.108.993

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Transações de capital	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível à controladora	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.559.797	(6.362)	364.799	282.109	69.366	(263.461)	2.006.248	5.871	2.012.119
Integralização de capital (Nota 1.1)	2.336	(618)	-	-	-	-	1.718	-	1.718
Efeitos de transações entre sócios (Nota 22.4)	-	-	-	(3.634)	-	-	(3.634)	1.152	(2.482)
Remuneração com base em ações (Nota 30)	-	-	-	-	16.499	-	16.499	-	16.499
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(26.305)	(26.305)	244	(26.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.562.133	(6.980)	364.799	278.475	85.865	(289.766)	1.994.526	7.267	2.001.793
Integralização de capital (Nota 1.1)	**40**	-	-	-	-	-	**40**	-	**40**
Aquisição de ações em tesouraria	-	**(121)**	-	-	-	-	**(121)**	-	**(121)**
Efeitos de transações entre sócios (Nota 22.4)	-	-	-	**(68.507)**	-	-	**(68.507)**	**(787)**	**(69.294)**
Remuneração com base em ações (Nota 30)	-	-	-	-	**28.709**	**(12.456)**	**16.253**	-	**16.253**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**47.117**	**47.117**	**602**	**47.719**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.562.173**	**(7.101)**	**364.799**	**209.968**	**114.574**	**(255.105)**	**1.989.308**	**7.082**	**1.996.390**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas	**924**	900	**3.934.377**	3.712.093
Prestação de serviços	-	-	**878.630**	870.214
Resultado de contratos de seguro	-	-	**3.076.164**	2.860.641
Outras receitas	**924**	900	**23.828**	14.770
Provisão para perda esperada de crédito	-	-	**(44.245)**	(33.532)
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.610)**	(3.635)	**(3.111.769)**	(2.927.270)
Custo dos serviços prestados	-	-	**(377.750)**	(306.395)
Despesas de contrato de seguro	-	-	**(2.351.614)**	(2.292.225)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(5.148)**	(4.466)	**(385.986)**	(346.891)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	**(10.000)**	-
Outras	**1.538**	831	**13.581**	18.241
Valor adicionado bruto	**(2.686)**	(2.735)	**822.608**	784.823
Depreciação, amortização e exaustão	**(687)**	(2.252)	**(86.528)**	(85.394)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(3.373)**	(4.987)	**736.080**	699.429
Valor adicionado recebido em transferência	**202.953**	127.558	**97.315**	94.697
Resultado de equivalência patrimonial	**199.355**	106.231	**83**	(85)
Receitas financeiras	**3.598**	21.327	**102.465**	93.466
Outros	-	-	**(5.233)**	1.316
Valor adicionado total a distribuir	**199.580**	122.571	**833.395**	794.126
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**28.709**	952	**250.351**	231.614
Remuneração direta	**28.709**	944	**212.875**	193.156
Benefícios	-	8	**24.834**	25.030
FGTS	-	-	**12.642**	13.428
Impostos, taxas e contribuições	**(9.679)**	(857)	**289.303**	263.135
Federais	**(9.679)**	(903)	**201.994**	176.438
Estaduais	-	46	**428**	330
Municipais	-	-	**86.891**	86.367
Remuneração de capital de terceiros	**133.433**	148.781	**246.022**	325.438
Juros	**133.433**	148.781	**243.165**	322.671
Aluguéis	-	-	**2.857**	2.767
Remuneração de capitais próprios	**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Lucro líquido do exercício	**47.117**	(26.305)	**47.117**	(26.305)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	**602**	244
Valor adicionado distribuído	**199.580**	122.571	**833.395**	794.126

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

Receita	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de serviços	23	-	-	**733.536**	726.039
Receita de seguros	24	-	-	**3.076.164**	2.860.641
Custos					
Custo dos serviços prestados	25	-	-	**(753.923)**	(674.135)
Despesas de seguro	26	-	-	**(2.351.614)**	(2.292.225)
Lucro bruto		-	-	**704.163**	622.320
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	25	-	(249)	**(27.559)**	(24.776)
Gerais e administrativas	25	**(34.592)**	(7.468)	**(424.960)**	(350.241)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**199.355**	106.230	**83**	(85)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	**2.193**	1.549	**25.114**	27.768
Total		**166.956**	100.062	**(427.322)**	(347.334)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**166.956**	100.062	**276.841**	274.986
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	27	**3.599**	21.327	**173.265**	150.040
Despesas financeiras	27	**(133.433)**	(148.781)	**(313.965)**	(379.247)
Total		**(129.834)**	(127.454)	**(140.702)**	(229.207)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**37.122**	(27.392)	**136.139**	45.779
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	28	-	-	**(26.432)**	(26.478)
Diferido	28	**9.995**	1.087	**(61.988)**	(45.362)
Total		**9.995**	(1.087)	**(88.420)**	(71.840)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		**47.117**	(26.305)	**47.117**	(26.305)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	**602**	244
Resultado básico por ação		**0,1122**	(0,0626)	**0,1122**	(0,0620)
Resultado diluído por ação		**0,1080**	(0,0626)	**0,1080**	(0,0620)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**47.117**	(26.305)	**47.719**	(26.061)
Atribuível a				
Acionistas controladores	**47.117**	(26.305)	**47.117**	(26.305)
Acionistas não controladores	-	-	**602**	244

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**37.122**	(27.392)	**136.139**	45.779
Ajustes para reconciliar resultado:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(199.355)**	(106.230)	-	85
Provisão para perda esperada de crédito	-	-	**53.691**	(48.768)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	**(1.535)**	(831)	**(14.133)**	(11.551)
Baixas de imobilizado e intangível	-	-	**2.362**	9.842
Baixa de passivo de arrendamento	-	-	**(987)**	(11.360)
Depreciação e amortização	**687**	2.254	**155.112**	145.191
Juros e variações monetárias líquidas	**132.651**	148.192	**152.996**	198.118
Redução ao valor recuperável - Ágio	-	-	**10.000**	-
Pagamento baseado em ações	**28.709**	944	**16.253**	944
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber	-	-	**(88.450)**	31.562
Ativos de contratos de seguro	-	-	**(98.773)**	(69.428)
Estoques	-	-	**2.381**	(1.415)
Tributos a recuperar	**7.618**	(4.061)	**43.125**	(455)
Adiantamentos a fornecedores	**70**	60	**(24.316)**	10.119
Despesas antecipadas	**6**	-	**(25.239)**	(2.159)
Outros ativos	-	-	**2.996**	(1.413)
Depósitos judiciais	-	-	**(22.032)**	(11.786)
Garantia de reembolso de contingência - Ativo indenizatório	**(121)**	(618)	**4.589**	7.290
Fornecedores	**82**	17	**14.079**	5.970
Provisões técnicas (ANS)	-	-	**51**	(2.401)
Passivo de seguros	-	-	**(1.317)**	37.347
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	**(3.004)**	(725)
Obrigações tributárias	**340**	(71)	**(21.149)**	68.458
Outros passivos	**(907)**	(903)	**(10.223)**	7.304
Caixa gerado pelas operações	**5.367**	11.383	**234.500**	358.748
Pagamento de parcelamentos de impostos	-	-	**(7.589)**	(7.874)
Juros pagos de parcelamentos de impostos	-	-	**(3.386)**	(3.232)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	**(34.040)**	(47.983)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.367**	11.383	**239.235**	299.659
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital em controladas	-	(40.500)	-	-
Obrigações pagas por aquisição de investimento	-	(2.801)	**(28.280)**	(23.473)
Aplicações financeiras	**(110.143)**	-	**(179.927)**	40.756
Aquisição de imobilizado e intangível	**(229)**	(517)	**(92.839)**	(96.725)
Transações com partes relacionadas	-	19	-	(383)
Dividendos e JSCP recebidos de subsidiárias	**143.720**	3.345	-	-
Aquisição de controladas, líquido de controladas	-	-	-	263
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**33.357**	(40.454)	**(

Jornal O DIA SP
Edição impressa e verificada pelo Jornal O DIA SP para circulação diária em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação... **ATHENA SAÚDE BRASIL S.A. - CNPJ nº 31.701.408/0001-14**

segurados/beneficiários); e a Margem de Serviço Contratual (Contractual Service Margin - CSM) que é o componente do ativo ou passivo para o grupo de contratos que representa o lucro não auferido que a entidade deve reconhecer conforme presta a cobertura de seguro no futuro. Além do Modelo Geral, o CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmio (Premium Allocation Approach - PAA - PPA). Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com limite contratual de até um ano ou que sejam elegíveis. Ele produz a mensuração do passivo para cobertura remanescente do passivo para cobertura remanescente para o grupo similar daqueles que tenham uma mensuração ao Modelo Geral. O Grupo Athena aplica o modelo PAA para a maioria de contratos de Produtos Coletivos e Adesão Empresarial (Pessoas Jurídica). A Companhia mensura o passivo pela cobertura remanescente como os prêmios, se houver, recebidos no reconhecimento inicial, menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro requeridos data, mais ou menos quaisquer valores decorrente de desreconhecimento na data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa de aquisição de seguro que a Companhia paga ou recebe antes do grupo de contratos ser reconhecido. A Companhia não mensura contratos pelo Modelo de Taxas Variáveis (Variable Fee Approach - VFA), pois está é uma variação do Modelo de Mensuração Geral (BBA), que adota as mesmas políticas, mas a mesma, ajusta posteriormente a margem de mensuração da margem de serviço contratual (Contractual Service Margin - CSM). O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Considerando que após análise dos contratos a produtora não há quaisquer indícios que observem este tipo de relação. **(g) Estimativas de fluxos de caixa futuros:** Segundo o CPC 50 / IFRS 17, o fluxo de caixa futuro será tratado como uma estimativa, impactando diretamente na mensuração do reconhecimento inicial dos contratos de seguro. A Companhia incluirá na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos. Desta forma, a Companhia pode estimar os fluxos de caixa futuros a um nível de agregação mais elevado e então alocar os fluxos de caixa de cumprimento resultantes a grupos de contratos individuais. A Athena entende que os seguintes fluxos de caixa estão dentro do escopo do contrato de seguro:

Item	Premissas
Contraprestações	Cancelamento
	Mortalidade
	Reajustes
	Reenquadramento etário
	Inadimplência
Eventos a ocasionar	VCMH
	Sinistralidade
Comissões	Percentual de comissões
Impostos	Percentual de impostos (PIS/COFINS)
Despesas	Percentual de despesas administrativas
	Percentual de despesas com serviços de terceiros
	Percentual de tributos e taxas
	Percentual de outras despesas
PEONA	Fator de desenvolvimento
	Padrão de pagamento
PESL	Custo Valorizado
	Padrão de pagamento
	Glosa
PDR	Percentual de despesas relacionadas

Adicionalmente, a Companhia deve realizar a projeção dos fluxos de caixa de modo que seja possível que o valor contábil do grupo de contratos de seguro no fim de cada período possa ser segregado entre: passivo para cobertura remanescente compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de serviços futuros e fluxos de caixa futuros a um nível de agregação mais elevado e então alocar os fluxos de caixa de cumprimento resultantes a grupos de contratos individuais. A Athena entende que os seguintes fluxos de caixa estão dentro do escopo do contrato de seguro:

Item	Premissas
Contraprestações	Cancelamento
	Mortalidade
	Reajustes
	Reenquadramento etário
	Inadimplência
Eventos a ocasionar	VCMH
	Sinistralidade
Comissões	Percentual de comissões
Impostos	Percentual de impostos (PIS/COFINS)
Despesas	Percentual de despesas administrativas
	Percentual de despesas com serviços de terceiros
	Percentual de tributos e taxas
	Percentual de outras despesas
PEONA	Fator de desenvolvimento
	Padrão de pagamento
PESL	Custo Valorizado
	Padrão de pagamento
	Glosa
PDR	Percentual de despesas relacionadas

Adicionalmente, a Companhia deve realizar a projeção dos fluxos de caixa de modo que seja possível que o valor contábil do grupo de contratos de seguro no fim de cada período possa ser segregado entre: passivo para cobertura remanescente compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de serviços futuras

bradesco bem dtvm

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br; e

b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2025
Disponibilidades	**18**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	**283.599**
Títulos e Valores Mobiliários	283.599
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	**95.679**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	90.120
Outros Ativos Financeiros	5.559
Créditos Tributários	**367**
Outros Ativos	**111**
Total do Ativo	**379.774**

Passivo	2025
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	**90.072**
Outros Passivos Financeiros	90.072
Outras Provisões	**3.530**
Impostos Correntes	**15.750**
Outros Passivos	**18.097**
Total do Passivo	**127.449**
Patrimônio Líquido	
Capital Social	121.000
Reservas de Lucros	131.325
Total do Patrimônio Líquido	**252.325**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**379.774**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira	**26.840**	**51.061**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26.840	51.061
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**26.840**	**51.061**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**11.633**	**23.713**
Receita de Prestação de Serviços	37.437	75.232
Despesas Administrativas	(21.666)	(42.725)
Despesas Tributárias	(3.873)	(7.692)
Outras Receitas Operacionais	552	561
Outras Despesas Operacionais	(817)	(1.663)
Resultado Operacional	**38.473**	**74.774**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**38.473**	**74.774**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.283)	(22.798)
Lucro Líquido	**30.190**	**51.976**
Lucro básico por lote de mil cotas em R$	**249,51**	**429,56**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro Líquido do Período	**30.190**	**51.976**
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado	-	-
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado	-	-
Resultado Abrangente do Período	**30.190**	**51.976**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	57.133	(38.263)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(306)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**57.133**	**(38.569)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	316.604	412.306
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	373.737	373.737
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**57.133**	**(38.569)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento de capital a integralizar	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**98.000**	**-**	**12.115**	**107.727**	**-**	**217.842**
Aumento de Capital com Reservas	-	23.000	(10.503)	(12.497)	-	-
Homologação de Aumento de Capital	23.000	(23.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	51.976	51.976
Destinações: - Reservas	-	-	2.599	48.884	(51.483)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(493)	(493)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**121.000**	**-**	**4.211**	**127.114**	**-**	**252.325**
Saldos em 30 de junho de 2025	**98.000**	**23.000**	**2.701**	**115.720**	**-**	**239.421**
Homologação de Aumento de Capital	23.000	(23.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	30.190	30.190
Destinações: - Reservas	-	-	1.510	28.394	(29.904)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(286)	(286)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**121.000**	**-**	**4.211**	**127.114**	**-**	**252.325**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Instituição optou pela isenção facultada pela norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

3) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2025		
Títulos	**Prazo indeterminado**	**Valor justo (1)**	**Ganhos/ Perdas não realizadas**
Cotas de fundo de investimento	283.599	283.599	-
Total geral	**283.599**	**283.599**	**-**

(1) Valor de custo atualizado é similar ao valor justo.

4) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

R$ mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receita com rendimentos de cotas de fundos	25.483	49.704
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.357	1.357
Total	**26.840**	**51.061**

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2025	
	1 a 30 dias	**Total**
Aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada		
Letras do tesouro nacional	90.120	90.120
Total	**90.120**	**90.120**
%	**100,0**	**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

R$ mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	1.357	1.357
Total	**1.357**	**1.357**

6) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2025
Recursos de clientes (1)	90.072
Total	**90.072**

(1) Recursos disponíveis de clientes enquanto não comprometidos em operações.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R$ 121.000 mil é composto por 121.000.000 de cotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Conforme a alteração contratual de 10 de abril de 2025 foi deliberado o aumento de capital social de R$ 23.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Legal e Estatutária, com a criação de 23.000.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 16 de julho de 2025.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R$ mil
	2025	2025
Saldo no início do período	**98.000.000**	**98.000**
Aumento de capital	23.000.000	23.000
Saldo no final do período	**121.000.000**	**121.000**

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2025
Reservas de lucros	**131.325**
- Reserva legal (1)	4.211
- Reserva estatutária (2)	127.114

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios-Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios-Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado em 29 de dezembro de 2025 a destinação de juros sobre capital próprio no montante de R$ 17.000 mil mediante parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias. O pagamento será efetuado até 31.12.2026.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido	**51.976**	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	2.599	
Base de cálculo	**49.377**	
Total de dividendos em 31 de dezembro de 2025	**493**	**1%**
Juros sobre o capital próprio em 29 de dezembro de 2025 (2)	**17.000**	

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo; e

(2) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado em 29 de dezembro de 2025 o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 17.000 mil, mediante parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias, os quais serão pagos até 31 de dezembro de 2026.

e) Lucro básico por cota

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade total de cotas.

8) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

R$ mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Distribuição de cotas de fundos de investimento	21.236	43.680
Administração de fundos de investimento	12.814	24.536
Outras	3.387	7.016
Total	**37.437**	**75.232**

9) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R$ mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Serviços de terceiros (1)	19.364	39.845
Serviços técnicos especializados	1.690	2.190
Doações	498	498
Serviços do sistema financeiro	36	75
Processamento de dados	49	49
Publicações	18	38
Outras	11	30
Total	**21.666**	**42.725**

(1) Contratação de agentes autônomos de investimentos.

10) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo o resultado recorrente e não recorrente do período:

O resultado contábil até 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 51.976 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM, como parte integrante da Organização Bradesco, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

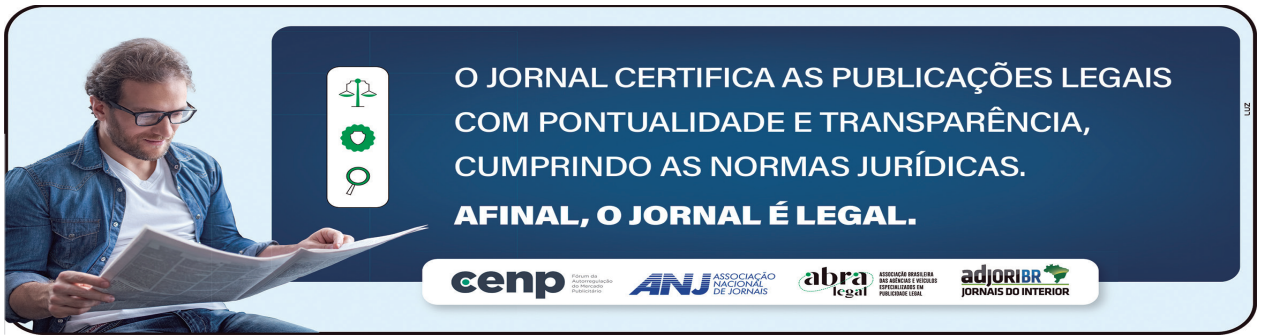
c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Geane Braga de Melo
Contadora - CRC 1SP273494/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores (www.bradesco.com.br/ri).
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de fevereiro de 2026, sem ressalvas.



autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 755 28 DE FEVEREIRO A 6 DE MARÇO 2026

Motos

Supernaked Kaawasaki Z1100 já chegou!

A Kawasaki amplia o patamar técnico da família Z com a chegada da Z1100, modelo que passa a ocupar o topo da linha Supernaked aspirada da marca. O projeto combina um novo motor de 1.099 cm³, chassi de alumínio de alta rigidez e um conjunto eletrônico avançado baseado em IMU, entregando desempenho consistente, previsível e altamente controlável.

O coração da Z1100 é o motor quatro cilindros em linha, desenvolvido para oferecer maior torque em baixas e médias rotações, resposta direta ao acelerador e entrega de potência progressiva. As relações de transmissão revisadas contribuem para uma pilotagem mais fluida no uso urbano e maior eficiência dinâmica em estradas e rodovias.

A base estrutural da Z1100 utiliza um quadro de alumínio twin-tube, projetado para garantir equilíbrio entre rigidez e flexibilidade controlada. O conjunto resulta em manuseio ágil, estabilidade em curvas e resposta previsível, mesmo em pilotagem mais esportiva.

A suspensão dianteira SFF-BP e o sistema traseiro Horizontal Back-link trabalham em conjunto para manter a roda em contato constante com o solo, assegurando controle e confiança em diferentes condições de piso e carga.

Na versão Z1100 SE, o conjunto ciclístico recebe amortecedor traseiro Öhlins e conjunto de freios dianteiro, incluindo discos, pastilhas e pinças Brembo, elevando o nível de controle, sensibilidade e desempenho em frenagens mais exigentes e condução esportiva.

A Z1100 incorpora um pacote completo de tecnologias de assistência ao piloto, operando de forma integrada por meio de uma IMU (Unidade de Medição Inercial), que monitora continuamente a orientação do chassi.

Entre os principais tecnologias estão: KCMF (Kawasaki Cornering Management Function), que coordena motor e chassi durante as curvas; KTRC (controle de tração) com três níveis selecionáveis + OFF; KIBS (sistema inteligente de freios), que ajusta a pressão conforme múltiplas variáveis de pilotagem; Modos de potência (Full e Low), adaptando a entrega de força às condições e preferências do piloto; Controle de cruzeiro eletrônico, ampliando o conforto em viagens longas.

O Quick Shifter (KQS) permite trocas de marcha ascendentes e descendentes sem o uso da embreagem, garantindo acelerações e reduções mais suaves e contínuas.

O painel TFT colorido de 5 polegadas, com ajuste automático de brilho, oferece leitura clara das informações essenciais em

qualquer condição de luz. A conectividade com smartphone por meio do aplicativo Rideology permite acesso a dados de pilotagem, registros e personalização de telas, reforçando o caráter tecnológico do modelo.

O design da Z1100 foi desenvolvido para motociclistas que buscam performance esportiva aliada a uma posição de pilotagem mais ereta, dominante e confortável. O conjunto entrega uma experiência equilibrada entre potência, controle e usabilidade real, mantendo o DNA agressivo do conceito Sugomi, agora aplicado ao motor com maior deslocamento já produzido pela Kawasaki na linha Z.

Com a Z1100 e a Z1100 SE, a Kawasaki consolida sua proposta de Supernaked de alta performance, combinando engenharia refinada, tecnologia avançada e pilotagem envolvente em um único pacote: Motor quatro cilindros em linha de 1.099 cm³, com entrega linear e maior torque em baixas e médias rotações; Relações de transmissão revisadas para uso urbano e estrada; Quadro de alumínio twin-tube; Suspensão dianteira SFF-BP; Pacote eletrônico completo baseado em IMU; Sistemas KCMF, KTRC, KIBS, modos de potência e controle de cruzeiro; Quick Shifter bidirecional (KQS); Painel TFT colorido de 5" com conectividade via Rideology; Iluminação full LED.

O que diferencia a Z1100 da versão Z1100 SE: Amortecedor traseiro Öhlins, com maior capacidade de ajuste, precisão e controle em condução esportiva; Conjunto de freios dianteiro, incluindo discos, pastilhas e pinças Brembo Freios Brembo; Foco em performance esportiva, feedback refinado e condução mais agressiva; Indicada para pilotos mais exigentes, que priorizam controle máximo e sensação de pista.

Os modelos estarão disponíveis nas concessionárias autorizadas Kawasaki.

Preços Públicos Sugeridos e Cores:

Z1100 (2027) - Preta - Preço Público Sugerido: R$ 74.990 +frete

Z1100 SE (2027) - Cinza - Preço Público Sugerido: R$ 84.990 +frete

Yamaha Lander Connected 2026

A Yamaha Lander Connected chegou à Linha 2026 com nova opção de cor. A qualidade na escolha dos materiais das carenagens do farol e tanque da Lander Connected proporcionam riqueza nos detalhes e um acabamento superior à motocicleta.

O farol com projetor de LED bifuncional e o DRL (Daytime Running Light), Luz de Rodagem Diurna, embutido no para-lama superior, tornam o visual da Lander Connected 2026 único ainda mais impactante e moderno. O conjunto óptico móvel com projetor e lanterna de LED proporciona maior controle da iluminação ao virar o guidão e oferece uma iluminação muito mais potente e nítida para uma condução mais tranquila em qualquer situação.

O painel da moto tem display 100% digital no estilo "Blackout", que facilita a visualização das informações exibidas. A Yamaha Lander Connected 2026 traz conectividade Bluetooth da motocicleta com o smartphone por meio do aplicativo Yamaha Motorcycle Connect (Y-Connect). Pelo app, o piloto acompanha o consumo de combustível médio, o histórico de viagens (com possibilidade de compartilhamento em redes sociais) e o cronograma de manutenção. O aplicativo também mostra a última localização de pareamento da motocicleta e um ranking ECO, que indica quão econômica e eficiente está a pilotagem comparada a de outros pilotos.

O painel exibe ainda indicador de conexão do celular com o aplicativo, nível da bateria do celular conectado, notificação de mensagem recebida e notificação de chamada recebida. Além disso, a moto vem equipada com tomada 12V acima do painel, item que garante ainda mais conveniência para manter os dispositivos eletrônicos sempre carregados.

O motor 250cc da Lander Connected 2026 é reconhecido no Brasil por sua extrema durabilidade, desempenho e eficiência, atrelado ao câmbio de cinco marchas. Com potência e torque de 20,9 cv a 8.000 rpm e 2,1 kgf.m a 6.000 rpm, respectivamente, esse motor movido a gasolina é versátil tanto para uso urbano como para viagens, além de exigir manutenção simples.

A Yamaha Lander Connected 2026 segue equipada com uma suspensão dianteira com garfo telescópico com 220 mm de curso e uma balança traseira tipo Monocross com link de 204 mm de curso.

A trail da Yamaha está equipada com freio a disco nas duas rodas, sendo o disco dianteiro de 245 mm e o traseiro de 203 mm, com sistema ABS na dianteira.

A Lander Connected 2026 está disponível na nova cor Atacama Brown (Marrom Metálico), além das cores Titanium Grey (Cinza Fosco), Amazon Green (Verde Fosco) e Racing Blue (Azul Metálico). A Yamaha Lander Connected 2026 tem preço público sugerido de R$ 29.290 (além de frete), com quatro anos de garantia e Revisão Preço Fixo.

BMW R 12 G/S chega ao Brasil

A BMW Motorrad inicia 2026 ampliando seu portfólio no país com o lançamento da nova BMW R 12 G/S, que chega ao mercado brasileiro na cor branca, apresentada com preço de R$ 105.900.

O modelo combina a herança clássica do motor boxer com tecnologias avançadas de segurança e pilotagem, reforçando o compromisso da marca com a excelência e a inovação no segmento de motocicletas premium.

Equipada com o tradicional motor boxer de 1.170 cm³, a nova BMW R 12 G/S entrega 109 cv a 7.000 rpm e 115 Nm de torque a 6.500 rpm, oferecendo performance nos mais diversos terrenos e respostas de acordo com cada um dos modos de pilotagem. O modelo também se destaca pelas suspensões ajustáveis, eixo cardã, ABS Pro, controle de tração dinâmico (DTC), assistente de troca de marchas e rodas raiadas de 21" e 17".

Para celebrar o lançamento, a BMW Motorrad oferece condições exclusivas e especiais de pré venda, com taxas a partir de 0%, e com entrada de 60% e saldo em 24 meses, mais até 50% de desconto na compra do seu capacete novo da linha GS. E, se a motocicleta antiga entrar como parte de pagamento, ainda há uma supervalorização de até R$ 5.000.

O início de produção da BMW R 12 G/S concluiu o ciclo de produção dos modelos previstos para 2025 na fábrica do BMW Group em Manaus.

Novos quadriciclos Dakar 250 e 300

A Fun Motors, marca brasileira de veículos off-road com sede em Piracicaba (SP), anuncia o lançamento dos quadriciclos Dakar 250 e Dakar 300. Os novos modelos chegam para complementar a linha adulta da marca, que já conta com a família Farmer, consolidada no mercado, reforçando o portfólio.

O Dakar 250 é indicado para quem busca praticidade. É ideal para iniciantes ou para quem deseja um quadriciclo de boa performance e econômico. O veículo tem partida elétrica, freios hidráulicos, injeção eletrônica e câmbio CVT. Pesa 227 quilos.

Já o Dakar 300 entrega mais potência e performance, oferecendo uma experiência mais intensa em terrenos variados. Com motor 4 tempos, o quadriciclo é movido à gasolina, com injeção eletrônica e partida elétrica. Alcança os 90 km/h e pesa 290 quilos. O câmbio é CVT com High e Low, configuração que permite ao veículo alcançar velocidade ao mesmo tempo, torque e força.

Os dois novos modelos contam com painel digital completo, barra de led e injeção eletrônica Bosch, que garantem uma experiência de pilotagem mais eficiente e alinhada às exigências atuais do mercado.

Disponíveis nas cores azul, cinza e vermelho, os novos Dakar permitem maior personalização na escolha do consumidor. Os modelos estão disponíveis na rede de concessionárias Fun Motors em todo o Brasil.

Os modelos Dakar 250 e Dakar 300 vão além do uso recreativo e também se consolidam como uma alternativa eficiente para diferentes atividades, para uso recreativo em trilhas leves, áreas rurais, chácaras, praias e também para aplicações no campo.

Nacionais

Fiat Pulse Lollapalooza Brasil 2026

A Fiat é patrocinadora master do Lollapalooza Brasil pelo segundo ano consecutivo, reforçando sua presença em diferentes iniciativas culturais no país. Para celebrar essa parceria que une as duas paixões dos brasileiros – carro e música – a marca lança uma edição especial do seu primeiro SUV produzido no país: o Fiat Pulse. Exclusiva e limitada, a edição, que tem como base a versão Drive 1.3 CVT, contará com apenas 550 unidades – em referência aos 50 anos da Fiat no Brasil.

A edição especial do Lollapalooza Brasil traz elementos de design e tecnologia pensados para traduzir a energia jovem e urbana do festival. Entre os diferenciais estão acabamentos escurecidos no interior e exterior, teto bicolor, rodas de liga-leve de 16 polegadas em preto brilhante, nova soleira personalizada, adesivo exclusivo com o nome do festival nas laterais e badge numerado que garante autenticidade e exclusividade a cada unidade.

Além do visual marcante, a edição especial oferece recursos que elevam a experiência de condução e conforto do motorista, como câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro para maior segurança, ar-condicionado automático e digital, faróis e lanternas em LED, sistema keyless e partida remota que trazem praticidade ao dia a dia, e central multimídia de 10 polegadas com conexão sem fio a Android Auto e Apple Carplay, proporcionando uma experiência tecnológica completa.

A edição especial do Fiat Pulse Lollapalooza Brasil 2026 está disponível nas cores Branco Banchisa, Cinza Silversone e Vermelho MonteCarlo.

Auto Dicas

Recall de airbags em Honda

A Honda anuncia uma iniciativa inédita para ampliar a realização dos reparos de airbags da Takata, reafirmando que a segurança dos clientes é a prioridade da empresa. Em parceria com concessionárias locais, a marca irá trabalhar junto a leiloeiro particular do Rio de Janeiro para viabilizar a substituição de airbags defeituosos.

Essa ação complementa outras medidas adotadas pela Honda recentemente, como a parceria com o Detran de São Paulo para realizar reparos em veículos localizados nos pátios do órgão.

No Brasil, a intenção de troca de veículos por parte dos consumidores ocorre, em média, a cada três anos. Portanto, é comum que com o passar do tempo os carros mudem de donos, que nem sempre retornam às concessionárias para realizar as revisões e eventuais reparos periódicos, dificultando a atualização dos dados e o contato com o proprietário.

A Honda continua a convocar proprietários de veículos afetados pelos recalls do insuflador de airbags Takata e pede para que levem, com urgência, seus veículos a uma concessionária autorizada para o reparo.

A ruptura do insuflador defeituoso do airbag Takata pode ser fatal ou ferir os ocupantes do veículo. O proprietário pode verificar se seu veículo necessita de reparo pelo link www.honda.com.br/recall. O agendamento pode ser feito pelo mesmo site, pela Central de Atendimento ao Cliente (0800-701-3432) ou em qualquer concessionária Honda Automóveis do país. O reparo é rápido, gratuito e independe de consulta às pendências financeiras, documentação ou impostos.